

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

LENORA AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE
PROCESSOS DE INTERAÇÃO DE ATORES HUMANOS COM MONUMENTOS CÍVICOS**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

LENORA AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UM
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE PROCESSOS DE INTERAÇÃO
DE ATORES HUMANOS COM MONUMENTOS CÍVICOS**

Porto Alegre
2018

LENORA AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UM
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE PROCESSOS DE INTERAÇÃO
DE ATORES HUMANOS COM MONUMENTOS CÍVICOS**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

O48p Oliveira, Lenora Azevedo de

Patrimônio Cultural, memória e identidade : um estudo etnográfico sobre as interações dos atores humanos com monumentos cívicos / Lenora Azevedo de Oliveira . – 2018.

214 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut.

Co-orientador: Prof. Dr. Lucas Lixinski.

1. Patrimônio cultural. 2. Memória. 3. Monumentos cívicos. 4. Etnografia. 5. Brasil e Austrália. I. Jungblut, Airton Luiz. II. Lixinski, Lucas. III. Título.

LENORA AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UM
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE PROCESSOS DE INTERAÇÃO
DE ATORES HUMANOS COM MONUMENTOS CÍVICOS**

Tese apresentada como requisito final
para obtenção do grau de Doutora pelo
Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut/Pucrs
(Orientador)

Prof. Dr. Charles Monteiro/Pucrs

Prof^a. Dra. Cornelia Eckert/Ufrgs

Prof^a. Dra. Fernanda Bittencourt
Ribeiro/Pucrs

Porto Alegre

2018

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram com este trabalho pelo apoio, compreensão, conselhos, dedicação e contribuições importantes pelas quais sou muito grata.

Existem muitas pessoas, incluindo familiares e amigos, que de muitas maneiras ajudaram nesta trajetória. A cada uma delas agradecerei pessoalmente após a finalização deste longo processo.

As pessoas, autoridades, organizações e instituições as quais sou grata incluem: meu orientador; equipe acadêmica e administrativa do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pucrs; ao Laboratório de tratamento de imagens e Geoprocessamento da Pucrs; as equipes do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Museu Joaquim José Felizardo; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; e Museu Júlio de Castilhos.

Minha gratidão ao orientador na Austrália pela dedicação e amizade, assim como aos funcionários da *University New South Wales*, da *Southern Cross University* e a equipe de pesquisa do *Australian War Memorial*.

Aos interlocutores que generosamente dedicaram seu tempo, meu agradecimento especial, pois sem eles este trabalho não seria possível.

Meu agradecimento a Capes que concedeu a bolsa de estudos para estágio doutoral no exterior.

Em particular gostaria de agradecer a minha revisora pelo profissionalismo, dedicação e carinho. A contribuição para o texto final foi fundamental e, claro, todos os erros remanescentes são inteiramente de minha responsabilidade.

Finalmente, desejo lembrar e agradecer a uma pessoa em especial: George, meu interlocutor que morava na Praça da Matriz e que faleceu extemporaneamente e de forma triste durante a realização desta pesquisa.

I will remember him...

Às três joias e ao meu Professor Perfeito, aos
quais me prostro de corpo, fala e mente.

RESUMO

Este trabalho dedica-se ao estudo dos processos de interação com os monumentos cívicos na perspectiva da “constelação identitária” formada pelas categorias patrimônio cultural, memória e identidade. Os monumentos cívicos são construídos com objetivo de consagrar valores considerados caros a um grupo social, normalmente ligados à identidade e à memória, servindo como suporte material para as tradições existentes ou para a construção de novas tradições. Para realizar este estudo adota-se o método etnográfico, cujo objetivo é a compreensão das práticas culturais da contemporaneidade e em que medida essas práticas se modificam desde a construção do monumento, com a realização ou não de outras e diferentes práticas. Três monumentos são escolhidos para esta análise: o Monumento a Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, o *North Bondi War Memorial* e o *Anzac Memorial Hyde Park* – ambos na cidade de Sydney, na Austrália. O estudo teórico e a pesquisa empírica mostram que as práticas sociais decorrentes das artes de fazer (DE CERTEAU, 2014) que se desenvolvem com estes monumentos podem ou não contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo social, pois são as duas dimensões do patrimônio cultural, a material [monumentos] e a imaterial [rituais e comemorações], que revelam de que maneira se constrói e se mantém a memória e a identidade. Por isto, o ato de lembrar está diretamente vinculado às práticas sociais que, quanto mais emoções incluem em seus processos, maior é a capacidade de lembrar. Neste sentido, os monumentos podem ser “suporte de memória” (NORA, 1993), “suporte de história” ou objetos comuns. Serão “suporte de memória” quando a eles estiver associada a memória viva; serão “suporte de história” quando a eles estiver associada a memória histórica; e serão objetos comuns quando não existir memória sobre eles. Neste último caso, os monumentos podem ser ressignificados e as práticas sociais estarão desvinculadas das suas funções originais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Monumentos cívicos. Memória. Etnografia. Brasil e Austrália.

ABSTRACT

This work is a study of human interaction with civic monuments examining the constellation of cultural heritage, memory and identity. Civic monuments are built with the purpose of establishing and maintaining values considered central to a social group, usually linked to identity and memory, serving as material support for existing traditions or for the construction of new traditions. The ethnographic method's objective is to understand contemporary cultural practices and to determine to what extent these practices have changed since the construction of the monument, with or without the establishment of other and different practices. Three monuments were chosen for this analysis: the Julio de Castilhos Monument in Porto Alegre, Brazil, the war memorial monument at North Bondi and the Anzac Memorial Hyde Park, both in the city of Sydney, Australia. Research has shown that social interactions with monuments can contribute to a feeling of belonging to a social group and the interaction with cultural heritage could build and maintain memory and identity. Research on social practices with the monuments indicates that this may or may not contribute to the feeling of belonging to a social group. Cultural heritage, tangible (monuments) and intangible (rituals), are examined specifically in the way memory and identity are created and maintained. The act of remembering is directly tied to social practices and the more emotions experienced in the social practice the greater the capacity of the individual to remember. Monuments can be as powerful a "memory support" (NORA, 1993) as they can be a "historical support". They are memory support when associated with living memory. If there is no kind of memory associated with them, monuments can be redefined and social practices will be disconnected from the monument's original function.

Keywords: Cultural heritage. Civic monuments. Memory. Ethnography. Brazil and Australia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Monumento a Júlio de Castilho. Década 1920/30	70
Imagem 2: Praça da Matriz. Década 1920/30	77
Imagem 3: Trabalhadores e o assentamento das primeiras pedras	78
Imagem 4: Monumento pronto e aguardando a retirada dos andaimes	78
Imagem 5: Face norte do Monumento a Júlio de Castilhos	80
Imagem 6: Face oeste do Monumento a Júlio de Castilhos	81
Imagem 7: Face leste do Monumento a Júlio de Castilhos	81
Imagem 8: Face sul do Monumento a Júlio de Castilhos	82
Imagem 9: Inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos	83
Imagem 10: Inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos	83
Imagem 11: Imagem aérea da Praça da Matriz	86
Imagem 12: Barraca improvisada	98
Imagem 13: Placa em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca	99
Imagem 14: Viaturas da polícia na Praça	100
Imagem 15: Monumento em restauração	101
Imagem 16: Praça da Matriz, corredor sudeste	104
Imagem 17: Busto de André Leão Puente	104
Imagem 18: Mapa da Praça da Matriz com indicação de usos dos espaços	107
Imagem 19: Jovem sentado na estátua do <i>Jovem</i>	109
Imagem 20: Skatistas e estudantes na praça	109
Imagem 21: Fitas roxas e laranjas no monumento	110
Imagem 22: Unhas do <i>Velho</i> em cor de rosa	112
Imagem 23: Etiqueta no joelho da estátua de Júlio de Castilhos	112
Imagem 24: Palavras de ordem política e pichos	113
Imagem 25: Sartori depredador do patrimônio público	114
Imagem 26: Índios e religiosos na praça	115
Imagem 27: <i>Como se eu fizesse parte</i>	124
Imagem 28: George apontando tudo no caderno	124
Imagem 29: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, década de 1910/1920	128
Imagem 30: Faixas, cartazes e bandeiras no monumento	130
Imagem 31: Bandeiras, faixas e barracas vendendo alimentos	130
Imagem 32: Banheiros químicos	130

Imagem 33: Barracas na entrada oeste	131
Imagem 34: Barracas ao lado norte da escadaria	131
Imagem 35: Escadaria no lado norte da praça.....	131
Imagem 36: Faixas de protesto de Policiais Militares concursados.....	132
Imagem 37: Barracas de manifestantes.....	132
Imagem 38: Professoras sindicalizadas ao CPERS.....	133
Imagem 39: <i>North Bondi RSL</i>	139
Imagem 40: Mapa do <i>North Bondi War Memorial</i>	141
Imagem 41: Multidão no <i>Dawn Service</i>	143
Imagem 42: Amanhecer em <i>North Bondi</i>	144
Imagem 43: Flores e fotos dos combatentes com a <i>Victoria Cross</i>	145
Imagem 44: <i>Endurance, Courage, Mateship e Sacrifice</i>	145
Imagem 45: <i>Lest We Forget</i>	145
Imagem 46: Monumento e homenagens.....	145
Imagem 47: Bandeiras da Austrália e da Turquia	148
Imagem 48: <i>Mustafa Kemmel</i>	150
Imagem 49: Carta de Mustafa às mães australianas	150
Imagem 50: Mapa do <i>Hyde Park</i>	153
Imagem 51: Mulher desfilando com foto do parente	154
Imagem 52: Veterano desfilando com andador.....	154
Imagem 53: <i>Anzac Memorial</i>	156
Imagem 54: Alunos de escola escocesa.....	157
Imagem 55: Estátua <i>Sacrifice</i>	159
Imagem 56: Veterano e suas medálias.....	159
Imagem 57: <i>Anzac Day</i> escrito com papoulas	178

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Entrevistados em Porto Alegre	19
Quadro 2 – Entrevistados na Austrália	24
Quadro 3 – Monumentos históricos e monumentos vivos	51
Quadro 4 – Agentes de dissociação dos monumentos	56
Quadro 5 – Frequentadores da Praça e suas atividades	96
Quadro 6 – Formas de interação com o monumento	108
Tabela 1 – Custos com a construção do monumento (1903-13).....	75
Tabela 2 – Participação dos australianos na Primeira Guerra Mundial.....	161

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AHD – Authorized Heritage Discourse
AIF – Australian Imperial Force
AM – Anzac Memorial
ANZAC – Australian and New Zealand Army Corps
AWM – Australian War Memorial
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Copevida – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio Grande do Sul
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação
EPAHC – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural
EUA – Estados Unidos da América
IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
LTGI – Laboratório de Tratamento de Imagens e Geoprocessamento da Pucrs
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NSW – New South Wales
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCI – Patrimônio Cultural Imaterial
PCM – Patrimônio Cultural Material
PT – Partido dos Trabalhadores
Pucrs – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAAF – Australian Air Force
RAN – Royal Australian Navy
RSL – Returned and Services League
SCU – Southern Cross University
Ufrgs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNSW – University New South Wales

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. CONCEITOS, OBJETO DE PESQUISA E SUPORTE TEÓRICO.....	15
1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.3. MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS: INSERÇÃO EM CAMPO.....	19
1.4. PESQUISA NA AUSTRÁLIA.....	21
1.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA TESE.....	24
2. PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UMA CONSTELAÇÃO IDENTITÁRIA	28
2.1. GÊNESE DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	28
2.2. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	30
2.3. PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO.....	32
2.3.1. Estados Nacionais e a política de homogeneização Internacional	34
2.3.2. Unesco e a política de uniformização internacional	37
2.3.3. Participação da comunidade local	39
2.4. PATRIMÔNIO CULTURAL NAS SOCIEDADES COMPLEXAS E NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS.....	42
2.5. PATRIMÔNIO CULTURAL EM MONUMENTOS E ESTÁTUAS: MARCOS NA CIDADE MODERNA.....	44
3. MONUMENTOS E PRÁTICAS CULTURAIS: ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA	47
3.1. MONUMENTOS: GÊNESE E CARACTERÍSTICAS.....	49
3.2. MONUMENTOS HISTÓRICOS E MONUMENTOS VIVOS.....	51
3.3. ACTANTES NÃO-HUMANOS: OS MONUMENTOS CÍVICOS NAS REDES DE MEDIAÇÃO.....	57
3.4. CULTURA DA MEMÓRIA: O QUE LEMBRAR E O QUE ESQUECER.....	59
3.4.1. Monumentos e as dimensões de tempo do passado e do futuro	60
3.4.2. Monumentos na dimensão de tempo do presente	61
3.5. MEMÓRIA: A NATUREZA DE SEUS REGISTROS E AS EMOÇÕES.....	63
3.6. MEMÓRIA E IDENTIDADE: SÓ LEMBRAMOS AQUILO QUE GUARDAMOS, AQUILO QUE FOI APRENDIDO.....	66
4. MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS: ORIGENS E SEU LUGAR DE HISTÓRIA	70
4.1. MORTE DE JÚLIO DE CASTILHOS: ABAFANDO O PRANTO DA SAUDADE IMORREDOURA.....	71
4.2. MONUMENTO GRANDILOQUENTE.....	75
4.3. GLORIFICAÇÃO: AS GERAÇÕES VINDOURAS SABERÃO.....	82

4.4. PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	85
4.5. FUNÇÕES ORIGINAIS DO MONUMENTO	87
5. PROCESSOS DE INTERAÇÃO COM O MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS	91
5.1. ESTAR NA PRAÇA E OBSERVAR O MONUMENTO	91
5.2. HETEROGENEIDADE NA PRAÇA: O GRANDE GRUPO	94
5.3. ESPAÇO FRAGMENTADO E AS SOCIABILIDADES NA PRAÇA DA MATRIZ.....	103
5.4. FORMAS DE INTERAÇÃO COM O MONUMENTO	107
5.5. LÁPIS-DE-COR DA MARCA FABER CASTELL: SÃO OS MELHORES E NÃO QUEBRAM QUANDO CAEM NO CHÃO	116
5.5.1. Primeiro tenho que passar o balde.....	118
5.5.2. Sou um morador de rua, não tenho nada para te oferecer	119
5.5.3. Nem sei o que é, nem vejo que está ali	121
5.5.4. Por que tu escreves tanto?	124
5.5.5. Estou te esperando desde às 4 horas	125
5.5.6. Morte: um veículo de destruição covarde, traiçoeira e má.....	126
5.6. MONUMENTO E A PRAÇA: PALCO PARA MOVIMENTOS SOCIAIS.....	127
6. MONUMENTOS DE GUERRA: SEU PAPEL NA MEMÓRIA E NA IDENTIDADE AUSTRALIANA	135
6.1. WE WILL REMEMBER THEM: O ANZAC DAY DE 2017	138
6.1.1. Monumento de Guerra de <i>North Bondi</i>	139
6.1.2. <i>Dawn Service</i> em <i>North Bondi</i>	141
6.1.3. Entre turcos e australianos: compartilhando o sofrimento.....	148
6.1.4. Centro de Sydney: desfile, cerimônia no <i>Hyde Park</i> e <i>o The Dolphin Hotel</i>.....	152
6.2. TODA NAÇÃO TEM SUA HISTÓRIA. ESTA É A NOSSA.....	160
6.3. MONUMENTOS DE GUERRA E PRÁTICAS CULTURAIS AUSTRALIANAS	166
6.3.1. <i>Surrogates Graves</i>: monumentos de guerra como Sepulturas	171
6.3.2. Ritos em homenagem aos mortos: religião civil?	172
6.4. OUTROS ELEMENTOS INTEGRANTES DAS PRÁTICAS CULTURAIS	176
6.5. EMOÇÃO: PROGRAMA DE AÇÕES QUE ATUA NA MEMÓRIA ATRAVÉS DOS RITUAIS	183
REPENSANDO OS ACHADOS ETNOGRÁFICOS: À GUIA DE CONCLUSÃO	187
REFERÊNCIAS.....	202
APÊNDICE.....	213

1 INTRODUÇÃO

Um olhar frugal sobre os monumentos pode conduzir à ideia de que possuem uma realidade intrínseca, ou seja, que são objetos com valor em si mesmos. No entanto, os monumentos não têm esta suposta existência intrínseca e seus significados são construções humanas que lhes concedem o sentido e a materialidade. Os processos sociais que os têm como materialidade, quando estudados *in loco*, possibilitam a compreensão desses significados para o grupo social e em que medida eles participam do cotidiano desse grupo.

As interações dos atores humanos com os monumentos cívicos, foco deste estudo, indicam o lugar que ocupam nas práticas sociais, podendo revelar em que medida sua presença no cotidiano impacta nas dimensões da memória, da identidade e do patrimônio cultural.

Por isto, as diferentes formas de interação que têm os monumentos como materialidade indicam pelo menos duas perspectivas em relação à memória e à identidade. Na primeira perspectiva, as funções para as quais os monumentos foram construídos estão mantidas. Neste caso, o processo cultural preserva as práticas originais que deram origem aos monumentos. Essas práticas podem sofrer algumas alterações, mas são elas que garantem a criação e a manutenção da memória e da identidade. Na outra perspectiva, os monumentos não mais exercem sua função original e as práticas indicam diferentes interações.

Os processos de interação dos atores humanos com os monumentos foram escolhidos como tema desta pesquisa, com o intuito de compreender os usos e as apropriações, assim como em que medida essas interações participam da construção e da manutenção da memória e da identidade.

1.1 CONCEITOS, OBJETO DE PESQUISA E SUPORTE TEÓRICO

Françoise Choay (2006) considera os monumentos como uma categoria universal cultural, pois existem em todas as sociedades, dotadas de escrita ou não. Sua materialidade pode se apresentar através de múltiplas formas, tais como, edificações, estátuas, obeliscos, pilares, lápides, templos, totens, colunas. Independentemente do tipo de materialidade com que se apresentam, os monumentos possuem a mesma característica, qual seja, a de ser um suporte físico para registro dos valores culturais do período em que foram construídos.

Contemporaneamente, alguns monumentos mantêm seus usos e significados originais, outros se perderam com o tempo. Os processos culturais vinculados aos Menires e os Moais da Ilha de Páscoa, por exemplo, foram interrompidos em algum momento. Por isto, seus significados são objetos de investigação para arqueólogos e historiadores, com objetivo de entender os usos e os significados atribuídos na época em que foram construídos. Outros monumentos mantêm seus significados e seguem fazendo parte das práticas culturais, conforme as funções para as quais foram erigidos. No Monumento ao Expedicionário, localizado no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, segue sendo realizado o ritual anual, com a manutenção da Chama da Pátria, acessa na semana comemorativa ao Sete de Setembro.

Neste sentido, podemos pensar os monumentos em duas perspectivas: na primeira, entendendo-os em sua função original de manter a “memória viva” (CHOAY, 2006, p. 18), situação em que seus usos e significados estão mantidos através das práticas culturais cotidianas. Em uma outra, pode-se entender os monumentos como testemunhos do passado, pois fazem parte de processos culturais do passado e sua edificação pode ser bela e/ou exótica para os padrões atuais, concedendo-lhe valor histórico e/ou estético. Porém, diferentemente dos primeiros, perderam seu sentido original e podem ter adquirido outros significados que se constroem através de novas práticas culturais.

Este estudo se ocupa tanto das práticas culturais da contemporaneidade, que decorrem dos usos e dos significados dos monumentos cívicos, quanto analisa em que medida esses usos e significados se modificam, dando lugar a novas práticas culturais.

Para atingir este objetivo, escolhi monumentos cívicos que têm a função de homenagear pessoas e eventos: o Monumento a Júlio de Castilhos, localizado na Praça da Matriz, em Porto Alegre, e dois monumentos cívicos na cidade de Sydney, na Austrália - o monumento de guerra localizado em *North Bondi* e o *Anzac Memorial*, localizado no *Hyde Park*.

As categorias priorizadas na análise dos processos de interação com os monumentos foram o patrimônio cultural, a memória, a identidade, os rituais e a emoção.

O patrimônio cultural, a memória e a identidade são os três elementos que formam a “constelação passional” de Pierre Nora (1997, p. 12) que, quando acompanhados dos rituais de recordação (CONNERTON, 1993), fazem com que o “estímulo emocionalmente competente” (DAMÁSIO, 2011, p. 161), que une a memória, o evento/objeto e a emoção, seja o processo cuja intensidade definirá maior ou menor grau de lembrança sobre eventos, pessoas e/ou lugares.

Assim, o patrimônio cultural configura-se em objetos e saberes, cuja construção visa dar suporte, material e imaterial, às práticas sociais. Monumentos públicos são patrimônio cultural, pois construídos com a intenção de representar valores que se pretende preservar. A memória vincula-se ao sentido original dos monumentos que é o de “tocar pelas emoções a memória viva” (CHOAY, 2006, p. 18). Os processos identitários necessitam da memória para existirem, de forma que memória e identidade se reforçam mutuamente (CANDAU, 2011) na construção e na manutenção da identidade. A memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990) será analisada para demonstrar a dimensão da memória individual no processo de construção e de manutenção do senso de coletividade, e de que maneira o grupo se une na preservação de valores comuns.

As emoções, por terem um papel fundamental nos processos de lembrança e de esquecimento, serão estudadas com base nas pesquisas dos neurocientistas António Damásio (2012, 2011) e Ivan Izquierdo (2014, 2013).

As práticas culturais serão analisadas na perspectiva de Michel De Certeau (2014) e de suas duas categorias *estratégias* e *táticas*.

Como os monumentos objeto deste estudo estão localizados em cidades, foram contemplados os estudos de Georg Simmel (1973, 2002, 2006, 2014) sobre os modos de vida urbanos; espaço, conforme o geógrafo brasileiro Milton Santos (2017, 2011, 1977); tempo, a partir de Pierre Nora (1993), Regina Abreu (2005, 2007) e Sandra Pesavento (2008, 2004, 1995); o espaço urbano, segundo Rogério Proença Leite (2010, 2002,) e Gilberto Velho (1978, 1988). As políticas contemporâneas da memória são contextualizadas a partir de Andreas Huyssen (2014) e Elsa Peralta (2014, 2007). Bruno Latour (2012), Paulo Knauss (2003, 2000, 1997) e Elisabete Leal (2003) são fundamentais na compreensão dos monumentos, tanto na sua materialidade e presença nas cidades, quanto nas representações e no papel que podem desempenhar no cotidiano.

1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em Porto Alegre ocorreu no primeiro semestre de 2015, nos meses de abril, maio, setembro, outubro e novembro de 2016 e nos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e dezembro de 2017. Além de *estar lá* (GEERTZ, 2009), pesquisei em museus, memoriais, institutos e fotografei as experiências no campo. Não sou conhecedora da arte de fotografar, não possuo máquina fotográfica e, por isto, as fotografias foram feitas com meu celular, um *Iphone 5S*. Desta forma, o *estar aqui* (GEERTZ, 2009) se construiu através de dados coletados no convívio com os interlocutores e, também, pelas fotografias, tanto aquelas que fiz quanto as que selecionei em acervos, dos relatos históricos, antropológicos e sociológicos, da pesquisa em anais, jornais e na internet.

Ainda que minha pesquisa não tivesse por objetivo compreender relações sociais tradicionais (entre pessoas), mas sim compreender os sentidos e os significados dos monumentos cívicos, adotei a perspectiva

etnográfica de pesquisa. Coletei dados e informações através das observações direta, flutuante e participante, visando captar o ponto de vista dos frequentadores da Praça que interagem com o monumento a Júlio de Castilhos.

Os museus onde pesquisei foram o Joaquim José Felizardo, Júlio de Castilhos e Hipólito da Costa, em Porto Alegre. Recorri ao Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, à Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e ao Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Foi fundamental pesquisar sobre o Monumento a Júlio de Castilhos no contexto histórico em que foi idealizado e construído para compreender as interações da atualidade.

Convivi e entrevistei muitas pessoas durante a pesquisa. George é o principal interlocutor da pesquisa de campo feita na Praça da Matriz, que não permitiu a gravação das entrevistas. Outros interlocutores na praça foram a Rita, Belo, Dora, Onofre, Anabela, Ricardo e Frederico que responderam perguntas sobre monumento, mas não se dispuseram a conceder entrevistas formais. Por isto, com eles, optei pela técnica da “observação flutuante” (PÉTONNET, 2008, p. 102), pois minha atenção pode flutuar e receber as informações sem filtros para que, posteriormente, os argumentos deles e a minha intenção em conhecer como são suas relações com o monumento chegassem ao ponto de convergência. Os nomes dos interlocutores foram alterados para manter o sigilo sobre suas identidades. Seus nomes fictícios, as idades e as atividades realizadas na praça são apresentados no Quadro a seguir, sendo que maiores detalhes sobre eles serão explicitados durante a narrativa do capítulo 5.

Quadro 1 – Entrevistados em Porto Alegre

Nome	Idade	Atividades na praça
George	32 anos	morar e cuidar de carros
Rita	28 anos	transitar e acompanhar o filho na pracinha
Belo	20 anos	andar de skate
Dora	75 anos	Lazer
Onofre	62 anos	vender bebidas e engraxar sapatos
Anabela	81 anos	Lazer
Ricardo	61 anos	vender balas
Frederico	34 anos	Morar

1.3. MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS: A INSERÇÃO NO CAMPO

O Monumento a Júlio de Castilhos está situado na Praça da Matriz, em Porto Alegre. A praça não foi o objeto desta pesquisa e, ainda que seja palco de sociabilidades, meu olhar sempre esteve voltado às interações das pessoas com o monumento, seus usos e apropriações.

Importante referir que minha inserção em campo se deu através da prática do estranhamento, pois nunca frequentei a Praça da Matriz. Ainda que as praças sejam locais conhecidos na nossa cultura como um espaço público e, portanto, de uso comum a todas as pessoas, a Praça da Matriz, mesmo sendo conhecida, não era familiar, uma vez que situada fora do meu mundo cotidiano e do meu universo social (DA MATTA, 1987).

Já nas primeiras observações percebi que o monumento parece ser invisível para muitas das pessoas que frequentam a praça. Além disso, eu tinha a impressão de que as conversas com os frequentadores não ajudavam, pois as respostas eram quase que um padrão: “não sei nada sobre o monumento”; “não sei quem foi Júlio de Castilhos”. Como era possível que tantos frequentadores não soubessem nada sobre o monumento?

Costumava deixar a praça frustrada, pois tinha a impressão de que eu não estava conseguindo “entrar no campo”. Como podem ser pesquisadas as interações com um monumento que, ainda que enorme e ocupando um espaço de destaque na praça, parece ser invisível? Como conseguir profundidade em

um campo que se mostra raso? Além disto, a alta rotatividade de pessoas que frequentam a praça, fazia com que “o ritual de entrada em campo se repete [repetisse] a cada dia” (CORADINI, 1992, p. 44).

Fiz uma pesquisa na internet com objetivo de encontrar manifestações e relatos sobre o significado do monumento. Encontrei um *blog* chamado “Aumiguinhos da praça” e um *post* de 2011 chamado “decifrando o monumento a Júlio de Castilhos” com a seguinte afirmação:

ficou comprovado que pouco ou nada conhecemos sobre o monumento que está localizado no centro da pracinha e que é visitado e admirado por tantos turistas que por ali passam diariamente, sendo que algumas vezes eles nos pedem informações (os nossos peludinhos atraem a atenção deles) sobre a complexa simbologia que nele está representada e nós, bem sem graça, respondemos ... ahhhhhhhhh, é o monumento a Júlio de Castilhos e... não sai mais nada¹.

Este *post* reforçou minha visão do campo de que muitos dos frequentadores da praça não sabem quem foi Júlio de Castilhos. Só pude realmente compreender o que acontece com as interações com o monumento quando realizei a pesquisa na Austrália. Foi a experiência no exterior que me auxiliou na compreensão dos dados de campo coletados em Porto Alegre. Compreendi que minha pesquisa aqui não estava “esvaziada”, e que os dados obtidos eram exatamente tudo o que eu precisava para concluí-la. O afastamento do campo brasileiro produziu um efeito valioso: concedeu o privilégio de ver o que não era possível pela proximidade, e por estar imersa na nossa cultura. Foi como olhar em um espelho e ver o que até então estava tão invisível quanto o monumento é invisível para os frequentadores da praça.

Assim como aqueles frequentadores, eu também não sabia muito sobre a vida de Júlio de Castilhos e sobre o monumento em sua homenagem. Ainda que durante os três anos do ensino médio eu tenha estudado em uma escola que oferecia duas disciplinas de História, geral e do Brasil, eu não sabia muito sobre a história da minha cidade. Estudar na escola sobre a cidade onde

¹ Disponível em Aumiguinhos da Praça <http://aumigosdapraca.blogspot.com.br/2011/03/1188-decifrando-o-monumento-julio-de.html>. Acesso em 20.05.2015.

vivemos parece não ser uma prioridade até hoje² e o impacto deste desconhecimento ficou evidente durante a pesquisa.

Conforme Milton Santos, a “etnografia de um espaço não pode ser senão a etnografia do que se passa nele” (1985, p. 48). Meu campo era o que se passava nele. Ao aceitar que a principal característica deste campo é o fato de que os frequentadores da praça não sabem nada, ou quase nada, sobre o monumento, compreendi que não se tratava de mudar o objeto da pesquisa, mas de ficar aberta ao que o campo mostrava, aos dados coletados.

Atualmente, o Monumento a Júlio de Castilhos não cumpre mais a função original para a qual foi construído no início do século XX, qual seja, manter viva a memória do político e suas ideias. A memória de Júlio de Castilhos, tão cara aos seus contemporâneos e contemporâneos, hoje não existe para as pessoas que não estudam especificamente este período da história de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, outras formas de interação estão presentes, ainda que diferentes das formas originais para as quais ele foi construído. Existem outros modos de uso e de apropriação que apontam para diferentes relações com o monumento.

Estes processos sociais indicam que as funções originais do monumento estão adormecidas e que a memória de Júlio de Castilhos, desejada por seus contemporâneos, não se constitui, atualmente, em uma memória viva.

1.4. PESQUISA NA AUSTRÁLIA

A pesquisa na Austrália se desenvolveu em dois momentos. O primeiro ocorreu nos meses de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 quando, orientada pelo Prof. Dr. Lucas Lixinski, da Faculdade de Direito da *University New South Wales* (NSW), priorizei os aspectos legislativos e políticos do patrimônio cultural. A rede de pesquisa disponibilizada pela Universidade permite o acesso a revistas *on line*, livros *e-book* e acesso *on line* a bibliotecas de outras Universidades. Há muito material disponível, pois a Austrália é um país que investe em pesquisas, leis e cuidados com o meio ambiente e, assim como no Brasil, o patrimônio cultural está incluído na política de preservação

² Esta é uma afirmação puramente empírica, pois desconheço o currículo escolar atual e se há ou não a previsão do estudo da nossa cidade, sua história e cotidiano.

do meio ambiente. Naquela oportunidade, meu foco estava no estudo teórico do patrimônio cultural, cuja pesquisa gerou o primeiro capítulo desta tese.

O segundo momento ocorreu durante o período de abril a agosto de 2017, realizado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nesta ocasião, priorizei a pesquisa empírica e o estudo dos aportes teóricos para compreensão dos processos sociais australianos de interação com os monumentos.

Para esta etapa do trabalho preparei meu plano de pesquisa considerando a permanência de cinco meses no exterior. Antes de viajar, fiz uma pesquisa na internet e vi algumas interações interessantes com monumentos em Sydney: a colocação de um preservativo gigante de cor *pink* em um obelisco como forma de lembrar o sexo seguro³; o projeto “Estátuas de Sydney”⁴, em 2011, ocasião em que oito estátuas foram vestidas por artistas e *designers* inspirados nas roupas e nas cores dos anos 1970 e 80. Esses fatos indicavam o potencial para pesquisa programada.

Além disto, quando cheguei à Austrália, soube do julgamento de quatro homens que haviam interagido de forma ilegal com um monumento localizado em um cemitério em Brisbane. Eles retiraram uma espada que estava em uma cruz, fato considerado um ato de vandalismo. Estavam sendo processados e, em sua defesa, alegavam que “o dano foi realizado quando uma espada foi colocada na cruz, o que contradiz tudo que Jesus disse”⁵.

No entanto, eu precisava ser objetiva devido ao curto período no exterior. Por isto, planejei o mapeamento dos monumentos no *Hyde Park*, em Sydney. Após a observação direta das visitas exploratórias, a observação flutuante (PÉTONNET, 2008) seria a abordagem com os frequentadores do parque para compreender os processos sociais que têm os monumentos como materialidade.

O mapeamento do *Hyde Park* mostrou que lá existem nove monumentos, sendo que quatro deles têm relação com a temática da guerra. O número de monumentos cívicos com a temática de guerra despertou meu

³ Disponível em *ABC News*: <http://www.abc.net.au/news/2016-02-27/giant-pink-condom-goes-onto-obelisk-at-hyde-park-in-sydney/7205162>. Acesso em 14/07/2017.

⁴ Disponível em *Tendril*: <http://tendril.net.au/2011/04/04/sydney-statues-project/>. Acesso em 14/07/2017.

⁵ Disponível em *9 News*: <http://www.9news.com.au/national/2017/07/19/15/27/brisbane-war-memorial-vandalism-accused-was-compelled-by-god-court-hears>. Acesso em 20/07/2017.

interesse. Como toda pesquisa antropológica pode nos surpreender, não foi diferente com a minha. Passei a me perguntar por que havia tantos monumentos de guerra, quais seus sentidos e significados e como os australianos se relacionavam com eles.

Em uma conversa informal com Jigme, um dos interlocutores, perguntei a razão de tantos monumentos cívicos com a temática de guerra. A resposta foi que “estes monumentos fazem parte da nossa história e representam o nosso reconhecimento pelo sacrifício daqueles que morreram nas guerras em nome de todos nós”. Até então eu não sabia nada sobre a participação da Austrália em guerras. Não fazia ideia da marca profunda que existe no país em relação aos que morreram em guerras, principalmente os combatentes da Primeira Guerra Mundial, os chamados *Anzacs*.

Ao saber do meu interesse pelo assunto e, como consequência da minha pergunta sobre os monumentos de guerra, Jigme sugeriu que seria interessante para minha pesquisa a participação em um *Dawn Service*⁶ no *Anzac Day*. Prontificou-se a me acompanhar e a sugestão foi excelente e bem oportuna, pois eu estava na Austrália exatamente no dia 25 de abril. Por isto, tive a oportunidade de participar das comemorações do *Anzac Day*, conforme narro no Capítulo 6, em diferentes locais e momentos do dia, desde as homenagens formais do *Dawn Service* e os desfiles militares até as festividades mais descontraídas ao final do dia.

Neste sentido, adotei a perspectiva etnográfica de pesquisa. Coletei dados e informações através das observações direta, flutuante e participante visando captar o ponto de vista dos australianos em relação aos monumentos de guerra. Além da observação participante no *Anzac Day* e da observação flutuante em outras ocasiões, visitei museus, exposições e inúmeros monumentos. Pesquisei em livros, revistas, ouvi programas de rádio, assisti documentários, li discursos de ex-Primeiros-Ministros, assisti filmes e seriados de TV sobre o assunto.

Os interlocutores deste período foram australianos que conheci entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, quando estive na Austrália para realizar a primeira parte desta pesquisa. Assim como identifiquei os

⁶ Serviços militares que ocorrem no amanhecer.

interlocutores de Porto Alegre através de nomes fictícios, os interlocutores australianos tiveram suas identidades preservadas e seus nomes foram alterados. O professor universitário Robert James Smith, a quem conheci em maio deste ano, concedeu uma entrevista formal, por isto seu nome não foi alterado.

O Quadro abaixo apresenta as características gerais dos interlocutores australianos, e suas trajetórias são detalhadas no capítulo “Monumentos de guerra: seu papel na memória e na identidade australiana”.

Quadro 2 – Entrevistados na Austrália

Nome	Idade	Atividade
Britney	25 anos	Professora
Alan	34 anos	Veterinário
Angus	20 anos	Em treinamento militar
Jigme	58 anos	Professor de história aposentado
Robert James Smith	64 anos	Professor universitário
Linda	57 anos	Artista plástica
Steve	59 anos	Artista plástico
Oscar	32 anos	Motorista de <i>Uber</i>
David	72 anos	Prefeito

1.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA TESE

Para compreender as interações com os monumentos, os usos e as apropriações pelos atores sociais, e em que medida essas interações participam da construção e da manutenção da memória e da identidade, organizei a tese com a seguinte estrutura: introdução, cinco capítulos e conclusão.

Na Introdução apresento o tema, o objeto de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a inserção no campo, o suporte teórico e a estrutura da tese.

No primeiro capítulo, denominado “Patrimônio Cultural, memória e identidade: uma constelação identitária”, abordo o patrimônio cultural como

sendo um dos elementos formadores do que denominei como uma “constelação identitária”, inspirada na “constelação passional” de Nora (1997). Para isto, delinheiro sua gênese, as políticas de preservação, os processos de patrimonialização e o seu papel nas sociedades complexas e tradicionais. No item dos processos de patrimonialização, discuto como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), os estados nacionais e as comunidades se configuram neste jogo patrimonial. Discuto os papéis de cada membro que atua nas decisões sobre a inclusão de bens nas listas patrimoniais, que podem ser mais ou menos ativos. Além destes tópicos, discorro sobre a importância dos monumentos e das estátuas, enquanto categoria patrimonial, e de que forma se tornaram marcos nas cidades modernas.

No capítulo denominado “Monumentos e práticas culturais: espaço, tempo e memória”, contextualizo os monumentos e as práticas culturais na perspectiva do espaço, do tempo e da memória. Para isto, abordo a gênese e as características dos monumentos e a diferença entre monumentos históricos e monumentos vivos conforme suas funções, gênese, tipo de memória, valores, tempo e agentes de dissociação. A seguir, identifico que, conforme a presença de monumentos no cotidiano, podem ser considerados como actantes não-humanos (LATOURE, 2014), especialmente quando participam das redes de mediação.

A cultura da memória (HUYSSSEN, 2014), típica da contemporaneidade, é problematizada com intuito de indicar como se define o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido na contemporaneidade. As dimensões de tempo, passado, presente e futuro, assim como uma perspectiva de “tempo espacial” (SANTOS, 2017) são tratadas como forma de demonstrar como os monumentos podem ter maior ou menor presença no cotidiano e nas práticas culturais. Ainda neste capítulo, discuto o papel das emoções nos processos de registro da memória que têm nos monumentos a materialidade como suporte.

No capítulo chamado de “Monumento a Júlio de Castilhos, origens e seu lugar de história”, narro as origens e as funções do monumento, trazendo à tona os registros históricos do período de 1903 até 1913, época da morte de Júlio de Castilhos, da construção e da inauguração do monumento. Discorro sobre a forma como seus contemporâneos viveram o processo da sua morte,

as razões pelas quais o monumento foi construído, as expectativas e os desejos de conceder-lhe a imortalidade através do monumento e dos ritos comemorativos. Finalizo o capítulo com algumas reportagens da época e indico que as funções para as quais o monumento foi erigido não se mantêm na atualidade.

O capítulo “Processos de interação com o monumento a Júlio de Castilhos” expõe o trabalho empírico que indica quais são as funções, o tipo de memória, os valores, o tempo, a preservação e os agentes de dissociação vinculados ao monumento na atualidade. Os itens “estar na praça e observar o monumento”, “o grande grupo: heterogeneidade na praça”, “o espaço fragmentado e as sociabilidades na Praça da Matriz” e “formas de interação com o monumento” são resultado da observação direta e da observação flutuante. A seguir, o “lápiz de cor da marca *Faber Castell*: são os melhores e não quebram quando caem no chão” inicia a observação participante, seguida de seis narrativas sobre o convívio com George, o interlocutor principal. Finalizando este capítulo, apresento “o monumento e a praça: palco para movimentos sociais” onde relato alguns dos movimentos sociais que aconteceram na praça, os históricos mais relevantes e os que ocorreram durante esta pesquisa.

No último capítulo, “Monumentos de guerra: seu papel na memória e na identidade australiana”, descrevo a experiência no doutorado-sanduíche em cinco tópicos. No tópico 6.1, narro a observação participante durante o feriado do *Anzac Day*. A seguir, contextualizo a comemoração desse dia com a história australiana que consagrou os *Anzacs* como heróis nacionais. O tópico 6.3 discorre sobre as práticas culturais australianas que têm nos monumentos de guerra sua expressão material. A seguir, o tópico “outros elementos integrantes das práticas culturais” relata como a integração de elementos variados interfere na construção e na manutenção da identidade e memória australianas. Por fim, apresento de que forma as emoções atuam na memória dos australianos por meio de um programa de ações que têm nos rituais comemorativos sua maior expressão.

Em “Repensando os achados etnográficos: à guisa de conclusão”, defendo a tese de que os rituais comemorativos e as emoções, bem como

outras práticas culturais, são elementos fundamentais para a construção e manutenção da memória e da identidade nacionais.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: UMA CONSTELAÇÃO IDENTITÁRIA

Patrimônio cultural, memória e identidade fazem parte de uma mesma “constelação passional” (NORA, 1997, p.12), o que indica que o estudo dos três, além de apaixonante, é indissociável. Esta constelação existe devido a fatores como crenças, mitos, representações e saberes (CANDAUI, 2011), vetores que sustentam o registro que cria e mantém a memória e a identidade que têm no patrimônio cultural sua expressão.

Os monumentos e os processos de interação com os atores sociais fazem parte da constelação identitária⁷, formada pelos três elementos e, por isto, podem ser lugares de memória nas situações em que contemplam os “três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p. 21).

Assim, para compreensão dos monumentos como sendo ou não lugares de memória, é preciso estudar a gênese do patrimônio cultural, a política contemporânea para sua preservação e sua posição como marcos na cidade moderna.

2.1. GÊNESE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

As primeiras ideias do que hoje chamamos de patrimônio cultural foram forjadas no século XVIII e no século XIX⁸, quando seu estudo e definição como disciplina foram vinculados à necessidade de fortalecimento dos Estados

⁷ Inspirada na “constelação passional” de Nora (1997) denominei a constelação formada pelo patrimônio cultural, memória e identidade como “constelação identitária”, pois são estes três elementos que, em conjunto, permitem a existência do sentimento de pertencimento a um grupo social ou a uma nação.

⁸ Antes disto, os Gabinetes de Curiosidades do século XV, lugares de simples colecionismo de objetos exóticos provenientes das colônias, impulsionaram a criação dos primeiros museus na França, cuja função de preservação dos objetos, organizados em coleções, tiveram papel fundamental na criação da nação francesa. Por isto, na França, os museus e suas coleções se tornaram fundamentais para consolidação da ideia de identidade nacional (POULOT, 2013).

Modernos. Neste período, a consolidação dos Estados Modernos também dependia de alguns subterfúgios, cujo objetivo era a crença em uma unidade nacional que deveria estar acima das classes, acima das regiões e acima das raças (FIORIN, 2009). Assim, os símbolos nacionais tiveram [têm] papel fundamental na formação das identidades nacionais (CARVALHO, 1990; OLIVEN, 1993): uma bandeira, um hino, heróis, uma língua comum, uma história, alegorias e monumentos, são elementos simbólicos e materiais que atuam no sentido de enraizamento e de pertencimento (PESAVENTO, 2008).

O enraizamento remete ao passado e aos antepassados, cujo objetivo é fazer com que, no presente, o sentimento de ser parte não se perca e permita que a identidade nacional seja construída e mantida. Para isto, necessita do criar e do preservar, o que é possível através do que Eric Hobsbawn (1984) chamou de “invenção das tradições”⁹. As práticas que visam lembrar e manter na memória o sentimento de pertencimento e de identidade são possíveis pelos processos de formalização que utilizam os rituais e os monumentos como forma de concretização.

No entanto, até o final do século XIX e início do século XX, os objetos, com destaque para os etnógrafos, tinham a função de demonstrar os estágios de evolução pelos quais passaria a humanidade e sua função nos estudos antropológicos era a de fazer comparações e demonstrar os “estágios hierarquicamente diferenciados e de evolução entre as sociedades de onde vieram” (GONÇALVES, 2005, p. 17). Por isto, o estudo dos objetos nem sempre foi o foco das análises sociais e culturais. Ainda que sua presença fosse importante nas sociedades pesquisadas¹⁰, na “história da disciplina nem sempre os antropólogos estiveram voltados para o estudo dos objetos materiais enquanto tema específico de descrição e análise” (GONÇALVES, 2005, p. 16). Na literatura Antropológica das últimas décadas do século XX, os objetos foram estudados não mais como somente partes funcionais de determinados contextos sociais, mas como componentes dos processos

⁹ Um trabalho interessante sobre a invenção das tradições e de como este processo pode preservar patrimônios e atuar como resignificador dos processos culturais foi escrito por Luciana Braga Silveira e Mercedes Pardo Buendía, no texto “Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam). Notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 17, n. 36, p.145-169, jul/dez 2011.

¹⁰ Gonçalves cita alguns objetos célebres na Antropologia: os churinga nos ritos australianos, os colares e braceletes do circuito do Kula trobriandês, as máscaras de dogon (2005, p. 16).

sociais, institucionais, epistemológicos e políticos, passando a ser reconhecidos na sua função simbólica (GONÇALVES, 2005), diretamente implicada nos processos de formação individual e coletiva.

Ainda assim, o reconhecimento dos objetos como sendo patrimônio cultural é relativamente novo na história da humanidade, pois “são muitos os estudos que afirmam que essa categoria constitui-se em fins do s. culo XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais” (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Neste sentido, preservar os bens culturais, seja através da invenção de novas tradições ou da manutenção de antigas, é parte de uma tentativa de evitar os efeitos reais e simbólicos do tempo, tanto na materialidade quanto nos aspectos subjetivos [valores] que se deseja manter. Por isto, preservar tem relação com fazer o passado estar presente no *agora*, mas também com vistas ao futuro, para que no futuro os bens culturais não estejam esquecidos.

2.2. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A política para preservação do patrimônio cultural está ligada a história da sua invenção e publicização, que se tornaram possíveis pelas práticas adotadas para o seu reconhecimento: a análise e modos de identificação e de gestão jurídica e especializada (POULOT, 2012).

Devido a essas práticas, a política oficial de preservação se intensificou desde a segunda metade do século XX e o conceito de patrimônio cultural sofreu alterações e ampliações.

As categorias “patrimônio cultural material”, referindo-se aos objetos, e de “patrimônio cultural imaterial”, referindo-se aos saberes, são as definições contemporâneas de patrimônio cultural. Estes dois conceitos estão formalizados no artigo 216 da Constituição Federal brasileira de 1988, nas leis infraconstitucionais e tratados internacionais que o Brasil ratificou.

No entanto, esta dicotomia criou uma falsa ideia sobre a separação entre a cultura material e a cultura imaterial, uma vez que patrimônio cultural tem como suporte vetores materiais, os objetos, e imateriais, os rituais e os processos de saber-fazer (MENESES, 2009). Esta falsa divisão poderia ter sido

evitada no Brasil se “as trajetórias dos campos do patrimônio e do folclore não tivessem sido apartadas na sua origem” (CHUVA, 2012, p. 151).

As trajetórias do patrimônio, material e imaterial, foram apartadas na década de 1930. Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, foi convidado para formular um projeto de lei nacional para a cultura. Seu projeto visava o patrimônio de forma integral, procurando equilibrar o popular e o erudito, com ênfase aos aspectos imateriais da cultura “e nos estudos da cultura e seus diversos estamentos sociais” (SALA, 1990, p. 21).

No entanto, a visão totalizante do Estado, decorrente da política de Getúlio Vargas, afastou do campo cultural a proposta do patrimônio integral de Mário de Andrade. As diretrizes políticas deveriam proporcionar uma padronização do ensino em todos os níveis, uso da língua portuguesa em todo o território nacional, a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais, pois foram consideradas uma questão de segurança nacional (SCHWARTZMAN, 2000). Esta padronização também foi adotada para a política cultural e o conceito dicotômico de patrimônio priorizou a cultura material. Além disto, a educação e as versões oficiais da história deveriam prevalecer, em detrimento da cultura local ou regional, com vistas à unificação da nação brasileira que deveria ter valores comuns. As medidas para isto iniciaram

Nas primeiras horas da manhã do dia 10 [de novembro de 1937] [quando] Getúlio Vargas reuniu o Ministério e pediu a Francisco Campos que apresentasse o texto final da nova Constituição, a ser publicada naquele mesmo dia. A Carta, lida e aprovada por antecipação pelo Ministro da Guerra e da Marinha, ampliava sobremaneira as atribuições do Executivo e determinava a completa centralização administrativa, **retirando dos estados inclusive o direito de possuir bandeira, hino e escudo oficial** (LIRA NETO, 2013, p. 310) [grifo nosso].

A unificação da educação em todo território nacional, a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais somadas ao esvaziamento do poder dos estados – aos quais foi retirado o direito de possuir bandeira, hino e escudo oficial – teve consequências para o campo cultural. Esta política esvaziou o reconhecimento das culturas locais e regionais, grandemente

baseadas em crenças, festas e saberes, para introduzir no Brasil uma padronização nacional cultural.

A opção por esta política priorizou o patrimônio cultural material e foi a gênese do Decreto-lei nº 25 de 1937. Este decreto regulamenta os processos de patrimonialização dos bens materiais, cujo § 1º do artigo 1º determina que “os bens a que se refere o presente artigo **só serão considerados** parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, **depois de inscritos** separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei” [grifo nosso].

Desde então, a legislação brasileira para o tombamento segue as diretrizes do Decreto-lei nº 25, de forma que os bens culturais materiais devem ser reconhecidos pelos processos administrativos, com a posterior inscrição nos órgãos estatais competentes¹¹.

2.3. PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Os processos de patrimonialização são a forma oficial de reconhecimento de objetos e de saberes como patrimônio cultural. Comumente tramitam na esfera administrativa perante órgãos federais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); estaduais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAES); e municipal, como a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (EPAHC), conforme as competências definidas na Constituição Federal.

O reconhecimento pode ser provocado pela iniciativa do Estado administrador ou pelas comunidades interessadas em ter seus valores reconhecidos oficialmente. A solicitação também pode ser requerida diretamente no Poder Judiciário nas situações em que há indeferimento do pedido nos órgãos administrativos. No entanto, nos dois casos há necessidade de interpretação do bem cultural, se é ou não um valor a ser preservado. O resultado pode ser o reconhecimento ou não do bem como patrimônio cultural.

¹¹ As competências administrativas para o reconhecimento de bens culturais estão definidas na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais.

Os processos de patrimonialização podem ser analisados em três perspectivas: a dos Estados, a das diretrizes internacionais dadas pela Unesco e a das pessoas para quem o patrimônio cultural é dirigido.

Nas três perspectivas é possível observar a atuação do que Laurajane Smith (2006) identificou como *Authorized Heritage Discourse* (AHD)¹² que, como discurso oficial, é criado e implementado por especialistas que têm a prerrogativa de identificar, selecionar definir e ditar o que é patrimônio cultural e quais devem ser as formas de cuidado adotadas para sua preservação. Este discurso, originado no século XIX, ligado ao nascimento do nacionalismo e do liberalismo modernos, está “intrinsicly embedded with a sense of the pastoral care of the material past”¹³ (SMITH, 2006, p. 17). A consagração das identidades nacionais, possíveis através de um conjunto de elementos simbólicos e materiais, se legitima através deste discurso oficial, que, além de uma narrativa nacionalista, também confere legitimidade para a dominação da (nova) elite europeia, pois

It was not by chance that the discourse of monumentality and cultural heritage, as developed from the nineteenth century, is not only driven by some narratives that approach nationalist and romantic ideals, but that was also a specific theme on the legitimacy and places of dominance in the national cultures of European political and social elites (SMITH, 2006, p. 19)¹⁴.

Ulpiano Meneses (2009) referiu que a área do patrimônio cultural é eminentemente política e, por isto, os valores sociais devem se propostos, explicitados e enunciados, mas não impostos através do saber técnico-científico que, por si só, não pode dar conta de toda a problemática.

¹² AHD: Discurso Oficial (Tradução nossa)

¹³ “intrinsecamente permeado por um senso de cuidado acurado pelo passado material” (tradução nossa).

¹⁴ “Não foi por acaso, que o discurso do monumentalidade e do patrimônio, tal como desenvolvido a partir do Século XIX, não é somente conduzido por algumas narrativas que abordam ideais nacionalistas e românticos, mas que também foi um tema específico sobre a legitimidade e lugares de dominância nas culturas nacionais das elites políticas e sociais europeias” (tradução nossa).

2.3.1 Estados Nacionais e a política de homogeneização internacional

Na perspectiva dos Estados é possível observar uma tendência à homogeneização das políticas e leis nacionais às diretrizes internacionais para o patrimônio cultural, definidas pelas convenções e recomendações da Unesco. Segundo Maria Cecília Fonseca (2009), a política pública para o patrimônio cultural no Brasil é inspirada em padrões internacionais, com objetivo de reforçar a identidade coletiva, em nível simbólico, para ser apreciado por gerações futuras. A homogeneização destas políticas pode ser analisada nas dimensões formal e material, estando a primeira ligada aos processos de análise dos bens candidatos a bens culturais, e a segunda, pela definição de quais bens são dignos de elevação à categoria de patrimônio cultural, ou seja, quais são os bens que estão aptos a representar valores considerados relevantes.

Entretanto, no Brasil, o Decreto-lei nº 25 de 1937, outorgado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, é um dos primeiros instrumentos jurídicos nacionais a ocupar-se, de forma sistemática, com o patrimônio cultural sendo anterior às principais convenções da Unesco para o patrimônio cultural. Seu primeiro artigo define o que vem a ser patrimônio histórico e artístico nacional, afirmando que sua existência e necessidade de preservação estão ligadas ao interesse público vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil. Os valores arqueológicos, etnográficos, bibliográficos ou artísticos¹⁵ estão destacados e o parágrafo segundo do Art. 1º inclui os “sítios e paisagens, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” como passíveis de serem tombados.

Desde então, inúmeros tombamentos foram realizados no Brasil, como, por exemplo, no Rio de Janeiro: os Arcos da Lapa, o Aqueduto da Colônia de Psicopatas e o Arco Teles, ou Beco do Comércio, em 1938. Em Porto Alegre, em 1938, foi tombada a Igreja Nossa Senhora das Dores¹⁶ e posteriormente as coleções arqueológicas, etnográficas, históricas e artísticas do Museu Júlio de

¹⁵ Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

¹⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 15/01/2016.

Castilhos, assim como as Praças da Matriz e da Alfândega são sítios históricos tombados pelo IPHAN¹⁷. Esta legislação está de acordo com o discurso dominante (AHD), pois expressa no seu artigo 1º que os bens serão tombados desde que seja de interesse público e vinculado a fatos memoráveis da história brasileira. Esta lei prevê as diretrizes para a preservação de bens culturais através do tombamento e é até hoje utilizada, mesmo que necessite alterações ou, mesmo, sua revogação, para que abordagens contemporâneas da matéria possam ser adotadas pelo ordenamento jurídico. Esta lei, seguindo as diretrizes ditatoriais de 1937, regulamenta o tombamento de forma autoritária e defende interesses da elite brasileira.

Os processos de patrimonialização de competência da União são feitos administrativamente através do IPHAN, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, que promove e coordena os processos patrimoniais visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País¹⁸. O reconhecimento de objetos, de lugares e de saberes dependem de complexos processos administrativos¹⁹, cuja decisão final aprova ou não o tombamento ou o registro do bem cultural. Após a aprovação, a homologação é publicada no Diário Oficial e o processo termina com a inscrição do bem nos Livros Tombo ou nos Livros de Registro de bens culturais materiais e imateriais, respectivamente.

Porém, mesmo que os processos administrativos de reconhecimento de bens culturais também sejam de iniciativa da sociedade civil, a aprovação do pedido depende da decisão de um Conselho Consultivo para o Patrimônio Cultural, formado por nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, todos indicados pela presidência do IPHAN²⁰. Ou seja, quem tem respaldo legal para interpretar o patrimônio cultural e confirmar sua importância e seu significado é o Poder Público²¹ e não

¹⁷Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/394/>. Acesso em 15/01/2016.

¹⁸ Conforme determina o artigo 2º do Regimento Interno do IPHAN, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Acesse_o_Regimento_Interno_na_integra_aqui.pdf. Acesso em 21/11/2015.

¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?pagina=2>. Acesso em 21/11/2015.

²⁰Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/888>. Acesso em 21/11/2015.

²¹ Segundo Miranda, “a interpretação do patrimônio é a arte de revelar, *in situ*, o significado do legado natural, cultural ou histórico ao público que visita estes lugares” (MIRANDA, 2002, p. 95).

as pessoas para quem o bem cultural se destina. Isto se confirma pela formação do conselho, composto a partir da indicação da Presidência do IPHAN, que deve ser posteriormente aprovado pelo Ministério da Cultura. Desta forma, o reconhecimento de bens culturais pode se tornar uma arena de conflitos, pois na seleção que define os patrimônios culturais entram intencionalidades e práticas não somente de ordem científica e artística, mas também política e econômica (PADIGLIONE, 2012).

Esta arena de conflitos e tensões está alicerçada no AHD, e mesmo que “nos processos patrimoniais de registro de referências culturais os grupos sociais de alguma maneira têm [tenham] assumido um *topos* na conjuntura relacional com as políticas do Estado” (LIMA FILHO, 2015, p. 142), ainda assim estes grupos sociais têm voz limitada, pois dependente do posicionamento dos técnicos que sempre tem a última palavra quanto ao que pode ou não ser considerado patrimônio cultural. O registro de suas referências culturais só se perfectibiliza pela decisão dos especialistas, uma vez que o AHD reforça a política de inclusão e exclusão dada pelas diretrizes da Unesco, ao legitimar determinadas pessoas como especialistas em patrimônio cultural em detrimento dos grupos sociais que vivem cotidianamente este patrimônio. Aos especialistas é dado o poder de interpretar o que é ou não é patrimônio cultural, classificando e definindo quais são os bens dignos de serem elevados à categoria de bens culturais.

Conforme Lucas Lixinski (2013), a consequência da adoção de um AHD legitima também a definição de um vocabulário próprio, do que deve ser protegido, de como deve ser protegido e de para quem deve ser protegido o patrimônio escolhido *cientificamente*. Isto gera tensões, dificulta a comunicação e, conforme Smith (2006), acarreta algumas consequências. Legitima uma elite que define o que é patrimônio cultural e quem está autorizado a falar sobre sua natureza e seu significado, uma vez que, apoiada no discurso científico, pode interpretar e definir os valores culturais. Nesta visão o patrimônio cultural tem valor inalterável, representa os valores nacionais e deve ser aprendido pelos nacionais.

Esta última perspectiva reflete o discurso oficial, cujo foco é unificar a nação pela constelação composta pelo patrimônio cultural, memória e identidade.

2.3.2 Unesco e a política de uniformização internacional

Na perspectiva internacional as convenções e recomendações da Unesco comprovam a política de uniformização para as formas de reconhecimento do patrimônio cultural aos países que ratificam ou aderem às convenções.

A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural Mundial, Cultural e Natural, de 1972, foi ratificada pelo Brasil e pela Austrália. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, foi ratificada Brasil. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural das Expressões Culturais, de 2005, foi ratificada pelo Brasil e pela Austrália.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural das Expressões Culturais ²² destaca a importância da proteção do patrimônio intangível, apresentando no objetivo número 7 o “reconhecimento da natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados”. No entanto, esta Convenção segue a agenda de uniformização das diretrizes nacionais para os países participantes, ainda que o objetivo número 8 seja

reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território.

As convenções citadas são o reflexo do AHD. As convenções para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e para a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial, Cultural e Natural, são responsáveis pela dicotomia que identifica o patrimônio cultural em duas dimensões: patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial, ou patrimônio tangível e intangível, respectivamente, pois

²² Disponível em Unesco: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/international-instruments-ct/> . Acesso em 21.09.2017.

this differentiation, as well as the divergence between tangible and intangible cultural heritage, is in part a result of the processes of the decree-laws, which have created different instruments for different types of patrimony since the creation of Unesco (LIXINSKI, 2013, p. 408)²³.

O AHD inspira as diretrizes para o gerenciamento internacional do patrimônio cultural, de forma que estas convenções potencializam e reforçam a necessidade de especialistas, pois “while this differentiation shows the limitations of the law decrees, it also creates (or at least reinforces) the question of super-specialization”²⁴ (LIXINSKI, 2013, p. 408).

Além disto, a implementação das diretrizes dadas pelas convenções são responsabilidade dos Estados-parte, que se comprometeram a identificar e a proteger o patrimônio cultural localizado em seus territórios. A Convenção de 1972 não previa a participação da comunidade local, o que foi incluído nas “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”, em 2008, porém

this late reference is very timid and one of the few references to community involvement in world heritage systems is the idea of local communities acting as ‘partners’ in the protection and conservation of world cultural heritage²⁵ (LIXINSKI, 2013, p. 414).

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial busca valorizar, reconhecer e salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, prevendo uma maior participação das comunidades locais neste processo. O Comitê responsável pela implementação da Convenção adotou diferentes modalidades de participação no processo de reconhecimento e registro dos bens culturais imateriais, prevendo a participação da comunidade local e dos especialistas para proporcionar consultas sobre a inclusão dos bens nas listas, avaliação e seleção das melhores práticas para preservação, assistência

²³ “essa diferenciação, assim como a divergência entre patrimônio cultural tangível e intangível é em parte resultante dos próprios processos dos decretos-lei, os quais criaram distintos instrumentos para diferentes tipos de patrimônio a partir da criação da Unesco” [tradução nossa].

²⁴ “mesmo tempo que essa diferenciação evidencia as limitações dos decretos-lei, ela também cria (ou ao menos reforça) a questão da superespecialização” [tradução nossa].

²⁵ “esta referência tardia é muito tímida e uma das poucas referências ao envolvimento da comunidade nos sistemas mundiais de patrimônio é a ideia de atuação das comunidades locais como ‘parceiras’ na proteção e conservação do patrimônio mundial” [tradução nossa].

internacional, elaboração de documentos, estabelecimento de metas políticas para implementação da Convenção, avaliação dos formulários de inscrição dos bens, provisão de especialistas e voluntários para análise dos pedidos de assistência internacional e a verificação dos relatórios periódicos feitos pelos governos e comitês (LIXINSKI, 2013).

Mesmo com a previsão da participação da comunidade local, de grupos ou de indivíduos no processo de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, os especialistas seguem com o papel mais decisivo, pois os peritos tornam-se os replicadores dos preceitos, e agem como mediadores entre a cultura restrita a um grupo para torná-la acessível à população em geral. Além disto, a limitada participação da comunidade local só ocorre no registro nacional, pois o registro mundial depende exclusivamente de especialistas (LIXINSKI, 2013).

2.3.3 Participação da Comunidade Local

A terceira perspectiva de análise se refere à participação da comunidade local nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural. Toda estrutura que legitima o patrimônio enquanto categoria de análise cultural, e, portanto, social e jurídica, está apoiada no discurso oficial (AHD). Este discurso, através da imposição de seu poder e conhecimento especializado, traz como consequência a exclusão das pessoas diretamente interessadas nos processos de patrimonialização institucionalizados.

Além disto, este discurso atribui valores intrínsecos ao patrimônio cultural, de forma a torná-lo como um *patrimônio mumificado* (LIXINSKI, 2015), que suprime novas formas de expressão que podem se tornar controversas ou subversivas. Esta posição oficial comumente ignora que a valoração dos bens culturais depende diretamente dos grupos sociais que identificam este valor e que não há valor intrinsecamente existente nos objetos ou nos processos de fazer.

O AHD, ao definir o que é patrimônio cultural, como deve ser identificado, protegido e para quem deve ser protegido, ignora que o patrimônio cultural não é uma categoria que somente busca preservar o passado, mas um

processo de comprometimento e participação das comunidades, englobando tanto a materialidade quanto a imaterialidade de forma a dar sentido ao presente (SMITH, 2006).

Os processos de patrimonialização no Brasil, e provavelmente em todos os países que ratificaram as convenções da Unesco, estão imersos no discurso oficial. Este saber, recebido e imposto pelo eurocentrismo, cujo discurso reflete e constitui inúmeras práticas sociais, visa organizar as relações sociais, as identidades nacionais, as classes, a cultura e a etnia. Como consequência, é possível verificar a exclusão de determinadas pessoas dos processos patrimoniais de reconhecimento e preservação de bens culturais, tornando-o um instrumento de validação e justificativa para existência dos especialistas e da necessidade de seus aportes técnicos (LIXINSKI, 2015), impedindo a paridade entre as comunidades e os órgãos oficiais (FABRE, 2010).

As formas de interpretação dos bens considerados como patrimônio cultural e os processos de escolha dos bens que serão incluídos no rol de bens culturais indicam escolhas, que podem ser mais ou menos participativas, e demonstram mais ou menos intencionalidade dos atores sociais envolvidos nestes processos.

Neste sentido, pode-se questionar *para que e para quem* o patrimônio cultural deve ser reconhecido, tombado ou registrado, uma vez que se trata de um processo social e cultural contínuo de construção, e, também, de desconstrução e reconstrução de sentidos, que prescinde de reconhecimento pelos órgãos oficiais. Os cuidados e a manutenção dos bens culturais de muitas comunidades são feitos de forma oral, isto é, a tradição é passada de geração à geração oralmente. E, através da forma oral, esta tradição não se perdeu e continua fazendo parte do cotidiano destas comunidades.

Alguns exemplos podem elucidar esta perspectiva. O Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em Vitória/ES, foi o primeiro bem cultural imaterial registrado pelo IPHAN em 2002. Trata-se do saber envolvido na fabricação artesanal de painéis de barro, uma atividade eminentemente feminina e tradicionalmente repassada pelas artesãs paneleiras, às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas. Uma das razões para a solicitação do registro deste ofício perante o IPHAN está relacionada à “ameaça da perda do terreno de onde

exploravam o barro, tendo inclusive cedido uma parte para construção de uma estação de tratamento de água estadual” (LIMA FILHO, 2015, p. 148). Da mesma forma, o reconhecimento do ofício das baianas de acarajé de Salvador, registrado no Livro de Registro dos Saberes em 2005, foi motivado pela polêmica com os evangélicos após a promoção do prêmio Acarajé de Ouro, cuja vencedora foi uma evangélica (LIMA FILHO, 2015). O sistema de representação gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá, sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo e foi inscrito em 2002 no Livro de Registro das Formas de Expressão, e foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) da Humanidade em 2003. Em 2006, foi feita a inscrição da Cachoeira de Iauaretê no Livro de Registro dos Lugares, por ser um lugar sagrado para os povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira. Em dezembro de 2014, foi reconhecido como lugar de referência para os índios Guaranis, situado em São Miguel das Missões/RS, local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas e parte de suas corporalidades, contendo os “corpos” dos ancestrais que se transformaram em imortais através das pedras²⁶.

Que tipo de interesse as mulheres que detém o conhecimento da forma de fazer panelas de barro, as baianas do acarajé, os índios Wajãpi, os índios da região dos rios Uaupés e Papuri e os Guaranis teriam em deixar registrado seus saberes e lugares sagrados em um sistema de salvaguarda eurocêntrico? Os povos indígenas estão nestas localidades e mantêm seus costumes e tradições há muitos anos sem nunca ter sido necessário registrar formalmente estes locais para que sua cultura fosse preservada. As paneleiras do Espírito Santo e as baianas do acarajé, da mesma forma, seguem suas atividades, independentemente do registro formal de seu ofício. Por qual razão esta complexa estrutura de registro para salvaguarda de seus costumes e lugares sagrados se faz necessária para estes grupos sociais?

A forma como as sociedades complexas e as sociedades tradicionais vivem seus patrimônios pode apontar para a compreensão da cultura da memória que se intensificou no século XX.

²⁶ Fonte: IPHAN, disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 22 janeiro de 2016.

2.4. PATRIMÔNIO NAS SOCIEDADES COMPLEXAS E NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS

As sociedades tradicionais preservam os bens especiais independentemente da intervenção e do reconhecimento de um poder constituído, pois suas práticas são centenárias e transmitidas de geração a geração através da tradição oral.

O Japão, ainda que atualmente possa ser considerado uma sociedade complexa, mantém algumas práticas patrimoniais centenárias, características das sociedades tradicionais. Estas práticas não têm por objetivo somente a preservação do patrimônio material e a forma de construir é mais valorizada, pois

a proteção ao patrimônio não se faz priorizando os resultados ou produtos das técnicas de construção ou de conhecimento ancestrais, mas que, pelo contrário, se valoriza o processo de fazer. Desse modo, se um prédio é considerado importante para a cultura japonesa, de tempos em tempos promove-se ritualmente uma desconstrução desse prédio e a sua reconstrução. A proteção mais adequada, segundo esta concepção, baseia-se na valorização do processo e não do resultado final (ABREU, 2005, p. 37-52).

Este é o caso do Templo Tse, construído no ano de 478 a.C., cuja política de preservação prioriza os processos de fazer. Uma vez a cada 20 anos este templo é destruído e reconstruído durante uma cerimônia chamada *Shikinen Sengu*²⁷, em um ritual que *simboliza a “impermanência de todas as coisas, (...) assegura[ndo] que as técnicas tradicionais de construção sejam transmitidas à geração seguinte”* (BRITO, 2011, p. 16).

As sociedades complexas, com destaque para as sociedades ocidentais, desde a gênese do patrimônio cultural como categoria de pensamento (GONÇALVES, 2005), têm valorizado com mais intensidade a cultura material. A legislação nacional para a defesa do patrimônio imaterial, definida no Decreto lei nº 3.551 de 2000, entrou em vigor 63 anos após o decreto de 1937, que trata do

²⁷ Disponível em: <http://isejingu.or.jp/english/sikinen/sikinen.htm>. Acesso em 07.12.2015.

tombamento de bens materiais, indicando que a política de prevenção do patrimônio cultural material da República Nova prevaleceu na política nacional brasileira até o ano 2000.

Observa-se que as sociedades complexas valorizam os processos administrativos e os processos judiciais como forma oficial de reconhecimento de bens culturais, enquanto que as sociedades simples valorizam os lugares sagrados, a tradição oral e os processos de fazer, sem necessidade de registros e processos de patrimonialização.

No entanto, a preponderância da valorização da materialidade nas sociedades ocidentais pode ser observada mesmo antes da Revolução Industrial, quando já havia o interesse especial na preservação de bens materiais, conforme se observa através do relatório do Abade Grégoire que, em 1793, inaugurou uma verdadeira política de preservação na França, com objetivo de preservar o interesse nacional do ponto de vista da arte ou da história (GUILLAUME, 2003).

Para Marc Guillaume, a conservação das coisas materiais tem a dimensão de uma verdadeira instituição social, pois o mito da modernidade se fortalece nesta modalidade do crer, segundo o qual “a última instância do real é a sua materialidade, a sua visibilidade” (GUILLAUME, 2003, p. 93). A fronteira que separa as sociedades complexas das sociedades tradicionais pode ser verificada pelo “contraste entre as suas práticas de conservação e de memória e as nossas [sociedades complexas] pelo lugar que é deixado ao poder político neste domínio” (GUILLAUME, 2003, p. 99). Nas sociedades complexas o reconhecimento de um valor como integrante do patrimônio cultural depende das agências estatais e das políticas públicas de classificação, tombamento e registro destes bens.

Porém, estas tendências não são absolutas, considerando a lógica do *englobamento do contrário* (DUMONT, 1992) presente nas organizações sociais. Nas sociedades complexas há preponderância na valorização do aspecto material em detrimento do aspecto residual da cultura imaterial, enquanto que nas sociedades tradicionais a preponderância é identificada pelos bens imateriais, sendo residual a valorização do aspecto material do patrimônio. O *englobamento do contrário*, também presente nas questões patrimoniais,

demonstra que a dicotomia criada pela legislação nacional e pelas convenções da Unesco é uma ilusão, pois o patrimônio cultural material, quando dissociado dos processos de saber-fazer, tornam-se objetos simples e comuns, talvez com valor de arte ou estéticos, mas sem valor de referência à identidade.

Neste sentido, a construção e a manutenção da memória e da identidade dependem dos rituais e das comemorações [processos de fazer/patrimônio intangível] para além da materialidade. Estátuas e monumentos, ainda que tenham na materialidade seu valor preponderante, são comumente acompanhados de datas festivas e rituais de comemoração, como no caso dos monumentos cívicos que homenageiam pessoas ou eventos.

A partir do século XIX a construção de monumentos cívicos se intensificou. Neste período, conhecido como *estatuamania* (KNAUSS, 2003), as estátuas e os monumentos tornam-se um marco nas cidades modernas.

2.5. PATRIMÔNIO CULTURAL EM MONUMENTOS E ESTÁTUAS: MARCOS NA CIDADE MODERNA

A construção de monumentos nas cidades modernas se intensificou a partir do século XIX, quando os efeitos da Revolução Industrial no processo de desenvolvimento planetário, conforme Françoise Choay, tornou-se “responsável pela dimensão universal do conceito de monumento histórico” (2006, p. 127). Esta perspectiva indica que os monumentos históricos estão diretamente vinculados ao advento da era industrial, mesmo que suas consequências tenham sido diferentes na França e na Grã-Bretanha. Na França a “ideia de progresso e a perspectiva do futuro determina o sentido e os valores do monumento histórico e na Grã-Bretanha os monumentos mantêm-se ligados às tradições e ao passado” (CHOAY, 2006, p. 137).

Segundo Daniel Fabre, na França

A priori ces monuments-là, enfants de la modernité nationale ou, du moins, officialisés par elle, semblent exprimer les choix

raisonnés du présent au point qu'ils seraient assurés d'une visibilité permanente et préservés de l'oubli (FABRE, 2010).²⁸

No Brasil o costume de se erguerem esculturas públicas também se iniciou no século XIX por influência do modelo francês, mas intensificou-se com o advento da República. Este costume tornou-se um “modelo político do culto laico à nação, de forma que os monumentos se confundiram com os processos de fundação simbólica da nação” (KNAUSS, 2000, p.177).

Assim, a construção de monumentos públicos no Brasil²⁹, seguiu “a fase de expansão generalizada do movimento em todo mundo liberal ocidental” (KNAUSS, 2003, p. 179) e expandiu-se ao longo da República Velha e do pós-1930. O movimento de distribuir imagens de caráter histórico nos centros urbanos difundiu-se e inscreveu-se na paisagem das cidades do Brasil (KNAUSS, 2003, p. 176).

Neste período é possível destacar a construção de quatro monumentos: Triunfo à República, inaugurado em 1927, na cidade de Niterói; os monumentos a Floriano Peixoto e Benjamin Constant, inaugurados na cidade do Rio de Janeiro, em 1910 e 1925 respectivamente (ABREU, 2003); e o Monumento a Júlio de Castilhos, inaugurado em 1913, em Porto Alegre.

Esses monumentos tiveram em comum o propósito de consagrar a República e os ideais que acompanharam o novo regime político, uma vez que “nesse percurso de transformação dos valores sociais a estátua vai ser transformada em símbolo político” (KNAUSS, 2003, p. 176)

A construção de monumentos faz parte da narrativa monumental defendida por Gonçalves (2005), pois baseada na materialidade. Os monumentos têm papel fundamental nesta narrativa, pois se tornaram instrumentos de uma pedagogia geral do civismo (CHOAY, 2006, p. 117). No Brasil a construção dos monumentos seguiu a mesma lógica e tornou-se um processo de “pedagogia social caracterizado pela promoção do civismo” (KNAUSS, 2000, p. 177).

²⁸ “A priori esses monumentos filhos da modernidade nacional ou, pelo menos, oficializados por ela, parecem exprimir a escolha racional do presente na medida em que lhes serão asseguradas uma visibilidade permanente e preservada do esquecimento” (Tradução nossa).

²⁹ A primeira escultura urbana brasileira foi a estátua equestre de D. Pedro I, inaugurada em 1864 no Rio de Janeiro, seguida da inauguração da estátua de José Bonifácio, em 1872, também no Rio de Janeiro (KNAUSS, 2000, 2003).

Assim, as estátuas e monumentos tornam-se instrumentos de educação política conservadora a serviço do poder instituído, de forma que “celebrar ritualística e afetivamente a aliança entre o passado e o presente confirma e justifica a nação e a sua memória” (KNAUSS, 2000, p. 176).

Neste processo, os monumentos têm a função de criar, preservar e manter a memória da nação. Em conjunto com os rituais, os monumentos cívicos incentivam o patriotismo e a adoração cívica, exaltando os mortos com vistas a fomentar o patriotismo e a unidade nacional (LEAL, 2003).

Na atualidade, quando os monumentos e as estátuas estão associados a datas comemorativas e rituais de homenagens, podem atuar na criação e manutenção da memória e da identidade, pois nestes casos participam ativamente das práticas culturais.

3. MONUMENTOS E PRÁTICAS CULTURAIS: ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA

As práticas culturais permitem a compreensão dos sentidos e dos significados dos monumentos e podem ser estudadas na perspectiva da unicidade “tempo espacial” (SANTOS, 2017, p.52) e da memória.

A unicidade do “tempo espacial” pressupõe que o monumento será estudado pelas suas características tempo-espaciais que, juntamente com a memória, são as dimensões que lhe conferem maior ou menor presença no cotidiano de um grupo social.

O espaço se concretiza nos locais onde estão os monumentos e o tempo pelas diferentes formas de interação com eles. Nesta perspectiva, o tempo e o espaço podem ser entendidos como unos: o espaço se caracteriza pela concretude e o tempo pelas ações (SANTOS, 2017), o que permite que a unicidade possa ser percebida pelas ações e pelos objetos. O espaço [sistema de objetos] e o tempo [sistema de ações], associados à memória permitem o olhar conjunto sobre os processos sociais que têm nos monumentos sua expressão material.

Os lugares onde estão os monumentos não foram escolhidos aleatoriamente ou sem intencionalidade. Este espaço deve favorecer as práticas sociais que estimulam a memória, pois os monumentos são poderosos meios de comunicação. Para isto, a definição das características do monumento e sua localização, que “nunca será aleatória ou casual” (LEAL, 2003, p. 4), são fundamentais e decorrem de “estratégias” (DE CERTEAU, 2014) que têm por objetivo fixar os valores e as crenças do discurso oficial do momento em que são construídos. Como produto cultural decorrente de estratégias (DE CERTEAU, 2014), os monumentos deverão ser imponentes e instalados em locais de visibilidade, com prioridade para os locais de grande circulação de pessoas. As praças são os locais adequados para sua

localização, pois apresentam a dimensão espaço-temporal da vida urbana e são palco para sociabilidades e interações com os monumentos.

Praças também são “entrelugares” (LEITE, 2010, p. 85), pois são espaços públicos³⁰ onde ocorrem disputas simbólicas com diferentes e desiguais representações, assim como diferentes relações sociais e modalidades de interação. Nas praças há práticas sociais semelhantes (LEITE, 2002) e também práticas sociais diferentes, que podem ser observadas tanto no uso do espaço quanto nas interações com os monumentos. A percepção dos monumentos pode ser múltipla, cuja consequência será a variação nas formas de uso e interação possibilitando sentidos polissêmicos.

Por isto, os monumentos são portadores de ambiguidades, pois sua capacidade de comunicar o que desejavam seus idealizadores pode ser limitada e ter seus significados contestados (CORRÊA, 2005) e ressignificados. Nos espaços onde estão localizados podem ser observados tanto os usos (práticas sociais vinculadas as suas funções originais) quanto os “contra-usos” (LEITE, 2002), práticas que alteram seu sentido original.

Assim como nas grandes metrópoles, nas praças há permanente contradição de experiências dos grupos e indivíduos e também a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de um conjunto de símbolos (ROCHA; ECKERT, 2009) que, no caso dos monumentos, nem sempre mantém sua função de homogeneizadores e revelam a “ambiguidade das experiências de fragmentação-totalização do universo simbólico” (ROCHA; ECKERT, 2009, p. 107) que são as praças.

Espaço, tempo e memória são elementos que podem ser mais ou menos presentes nos monumentos. A memória confere existência aos monumentos, pois sem lembrar o que eles são, sua importância e seus valores serão meros objetos – poderão ser objetos com valor estético ou de arte, mas não serão representações dos valores identitários do grupo³¹.

³⁰ Leite (2002, 2010) faz uma diferenciação entre espaço público e espaço urbano, considerando que há sobreposição conceitual dos termos nos estudos de Arquitetura e Urbanismo. Enfatiza que o espaço público é o local onde ocorrem certas configurações espaciais e um conjunto de ações as quais são atribuídos sentidos, e espaço urbano seria sua referência espacial. Desta forma, as praças são tanto locais públicos quanto urbanos, dependendo da perspectiva de análise.

³¹ Nesta tese não será estudada a classificação de valores dada pela disciplina de Conservação preventiva e restauradora.

Uma das funções dos monumentos se vincula à ancoragem da memória. São as práticas culturais associadas aos monumentos, tais como rituais e datas comemorativas, que criam e mantêm especialmente a memória longa. A memória longa “organiza (...) a representação que um grupo faz de si mesmo, de sua história e de seu destino” (CANDAU, 2011, p. 86). Este tipo de memória ignora a cronologia e o fluxo de tempo linear, pois

sua duração do tempo não é assimilada como uma quantidade mensurável, mas como qualidade associativa e emocional que remete às representações que fazem os membros de um grupo sobre sua identidade e sua história (CANDAU, 2011, p. 87).

Neste sentido, os monumentos, assim como a memória coletiva, não têm realidade intrínseca. Os processos de interação com eles são decorrência da memória e da “inseparabilidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações” (SANTOS, 2017, p. 100). Por isto, uma vez construídos, passam a ter um papel fundamental na compreensão dos processos culturais, pois podem tornar-se actantes não-humanos (LATOUR, 2012) e mediadores da rede nas situações em que produzem diferença, modificam e são modificados no curso da ação e da comunicação (LEMOS, 2013).

A gênese e as características dos monumentos apontam para o seu trajeto cultural, revelando como sua presença no cotidiano reflete ou não os valores para os quais foram erigidos.

3.1. MONUMENTOS: GÊNESE E CARACTERÍSTICAS

A palavra monumento deriva da palavra latina *monumentum*, oriunda da raiz indo-europeia *men*, que indica uma das funções essenciais do espírito que é a memória, sendo que o verbo *monere* significa fazer recordar, iluminar, instruir (LE GOFF, 1994; CHOAY, 2006). Devido a esta herança filológica, os monumentos podem ser entendidos como objetos que têm por objetivo preservar memórias. Sendo objetos materializados em edificações, estátuas, obeliscos, placas comemorativas, etc., contribuem para compreensão das práticas culturais na medida em que são mediadores em um grupo social e, em sua gênese, têm por objetivo consolidar os valores deste grupo.

Entendidos como patrimônio cultural, os monumentos são um elemento revelador da condição de uma sociedade e nos remetem a uma mentalidade desta sociedade (CHOAY, 2006), pois são seus valores e as formas de interação com eles que os define como actantes não-humanos (LATOURET, 2012).

Françoise Choay (2006) afirma que o papel dos monumentos, entendidos em seu sentido original, qual seja, tocar pelas emoções a memória viva, foi perdendo progressivamente sua importância nas sociedades ocidentais para tomar outros valores, tais como, os valores arqueológicos e/ou estéticos. Seu sentido arqueológico lhe confere a característica de testemunho dos séculos passados, como, por exemplo, as Pirâmides do Egito, mas não mais possui o valor de memória, seu sentido original.

Podemos considerar os monumentos como estando “vivos” quando suas funções originais estão mantidas desde sua gênese até a atualidade. Estarão em estado letárgico quando suas funções originais se perderam, podendo ou não ser substituídas por outras. Neste último caso, o monumento retorna ao estado vivo, de forma que seus novos significados e funções causam impactos e transformações na rede.

Estudar os monumentos e sua condição de monumento vivo, em estado letárgico ou ressignificado, é uma das formas para compreensão dos processos culturais que se estabelecem tendo os monumentos como materialidade.

Para compreender esses processos culturais, utilizarei os dois tipos de monumentos destacados por Choay (2006): os “monumentos” e os “monumentos históricos”. Porém, adotarei a classificação da autora acrescentando a palavra “vivos” à classificação denominada simplesmente com o termo “monumentos”. Ainda que etimologicamente a palavra “monumento” remeta à ideia de “memória viva” (CHOAY, 2006, p.18), quando utilizada sem adjetivos pode remeter a uma classificação genérica que pretendo afastar, uma vez que minha análise tem foco na subjetividade que resulta das relações com os monumentos e não somente na abordagem teórica sobre estes objetos.

3.2. MONUMENTOS HISTÓRICOS E MONUMENTOS VIVOS

Para compreender os significados dos monumentos e sua posição nos processos culturais, algumas categorias serão analisadas, tais como funções, origem, memória, usos, valores, tempo e agentes de dissociação.

O quadro abaixo apresenta as diferenças entre as duas categorias de monumentos, quais sejam, os “monumentos históricos” e os “monumentos vivos”, as quais serão utilizadas para compreender os processos culturais observados no Monumento a Júlio de Castilhos e em dois monumentos de guerra em Sydney, um deles localizado em *North Bondi* e o outro no *Hyde Park*.

Quadro 3 – Monumentos históricos e monumentos vivos

Patrimônio Cultural	Monumento histórico	Monumento vivo
Funções	*testemunho histórico *testemunho do passado	*testemunho do presente *testemunho da contemporaneidade
Origem	objeto <i>a posteriori</i> , selecionado a partir de objetos já existentes	objetos <i>a priori</i> , construídos com intencionalidade
Usos	sem rituais, homenagens ou datas comemorativas	com rituais, homenagens e datas comemorativas
Memória	memória artificial	memória viva
Valores	*histórico *de arte/estético	*de comemoração *de arte/estético
Tempo	tempo linear / histórico	tempo cíclico / vivido
Agentes de dissociação	*parcial ou total *por força da natureza *por ação do homem	*parcial ou total *por força da natureza *por ação do homem

Fonte: criação da autora.

Segundo Françoise Choay (2006), existe uma progressiva extinção da **função** memorial do monumento, a qual ela atribui duas causas: o crescimento do conceito de arte nas sociedades ocidentais a partir do Renascimento, em detrimento do período anterior que buscava avivar a memória de Deus, de forma que o ideal de memória foi substituído pelo ideal

de beleza. A outra causa seria o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de memórias artificiais.

A despeito da autora não conceituar o termo “memória artificial”, podemos considerar que a artificialidade decorre da criação de novas e diferentes memórias, desvinculadas da memória viva que se queria manter através da construção e do uso daquele monumento específico.

Segundo Jacques Le Goff (1994), os monumentos históricos são documentos que exprimem dados do passado, e que resultam do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias. É difícil determinar se realmente as sociedades históricas tinham este objetivo. De qualquer maneira, por serem objetos analisados e selecionados *a posteriori*, suas funções originais podem ser desconhecidas ou, quando conhecidas, podem não fazer sentido na atualidade.

Desta forma, no tempo em que foram criados, os “monumentos históricos” tinham como função ser um testemunho daquele presente, agora passado, e por isto são escolhidos para serem preservados através de políticas e leis de preservação para o patrimônio cultural. Porém, no momento de sua seleção, por ser posterior ao momento da sua criação, esta função se perdeu e por isto, a **memória** a eles atribuída pode ser considerada uma “memória artificial” ou, conforme Nora (1993), uma memória prótese.

A estátua “Vênus de Milo”, assim chamada por ter sido encontrada na ilha de Milo, ao ser incluída no acervo do Museu do Louvre teve por fundamento o seu valor estético e histórico, mas não um testemunho da atualidade. Atualmente sua contemplação pode causar emoção pela beleza e pela qualidade técnica, mas não remete à memória viva da deusa³² ou aos cultos

difundidos na Grécia e no mundo antigo (...). Vênus presidia os casamentos, até mesmo os nascimentos, mas sobretudo a galanteria. Entre as flores, foi-lhe consagrada a rosa; entre as frutas, a maçã e a romã; entre as árvores, a murta; entre as aves, o cisne, o pardal e, sobretudo, a pomba. Sacrificavam-lhe o bode, o leitão, a lebre e raramente grandes vítimas (COMMELIN, 1993, p. 63-64).

³² “Vênus ou Afrodite é uma das divindades mais célebres da Antiguidade; era ela que presidia os prazeres do amor” (COMMELIN, 1993, p. 61) e, por isto, é considerada a Deusa do Amor.

Os “monumentos vivos”, por serem erigidos com intencionalidade pré-estabelecida, portanto, *a priori*, são “testemunhos do presente” e sua preservação tem por objetivo manter a “memória viva”. O Monumento ao Expedicionário, um monumento de guerra, foi construído em homenagem aos brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, e que lutaram na Itália (1944-1945). Está localizado no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, onde se realiza um culto cívico durante as comemorações da Semana da Pátria, quando se acende o fogo simbólico da “Chama da Pátria” (ALVES, 2004). Este ritual tem por objetivo manter viva a memória dos pracinhas e, portanto, pode-se considerar este monumento como um monumento vivo.

A **origem** dos monumentos pode ser analisada em duas perspectivas: quando sua construção tem por objetivo ser testemunho do presente ou quando são escolhidos após a sua construção para serem testemunhos do passado. Os monumentos vivos são construídos para serem “testemunhos do presente”, com objetivo de permanecerem nas consciências das gerações [atuais]³³ e futuras (RIEGL, 2014). Por isto, a memória associada aos monumentos vivos é a memória viva. A origem dos “monumentos históricos” está na opção de escolha *a posteriori*, isto é, o monumento já existe e sua escolha para ser testemunho do passado depende de fatores históricos e estéticos e de uma opção política do presente. Sua função se perdeu, e ao serem selecionados como “testemunhos do passado” podem criar memórias artificiais, mas não haverá “memória viva”.

Os **usos** dos monumentos dependem da sua origem. Nos casos em que o monumento foi originado para ser um testemunho do presente, seus usos implicam em homenagens, datas comemorativas e rituais. Este é o tipo de uso destinado aos “monumentos vivos”, pois fazem parte das práticas culturais da atualidade de um grupo social. A interação das pessoas com o monumento segue o seu sentido original, comumente a manutenção da identidade nacional ou a homenagem a uma pessoa específica. Os “monumentos históricos”, por

³³ Riegl (2014) não utiliza a expressão “gerações atuais”; inseri o termo considerando que a função dos monumentos vivos, construídos com intencionalidade definida, se dirige tanto as gerações atuais quanto as futuras.

sua vez, tem sua origem na intenção de preservar um testemunho do passado. A escolha dos objetos que se tornarão “monumentos históricos” tem uma intencionalidade *a posteriori*, isto é, posterior a sua construção, e seus usos estão vinculados somente ao valor histórico e/ou estético, sem que sejam realizados rituais ou homenagens.

Existem dois momentos relativos à categoria **valores**: o momento da valorização e o momento da valoração. Ainda que a classificação de Riegl (2014) possa ser repensada, pois sua obra data do final do século XIX e seu foco fosse a conservação dos monumentos, seu trabalho apresenta importantes contribuições na compreensão dos valores dos monumentos. O momento da valorização ocorre *a posteriori*, isto é, após a construção do monumento. Neste momento, são identificados os valores propostos pelos interessados em preservar o bem cultural, sendo de diferentes naturezas e de acordo com escolhas de ordem política, estética, religiosa, etc.

Os dois tipos de monumentos, os históricos e os vivos, podem ter seus valores atribuídos *a posteriori*. O Estado ou os grupos interessados na preservação deverão solicitar aos órgãos patrimoniais a análise do monumento que, após o processo de patrimonialização, será ou não inscrito no livro tomo como patrimônio cultural. Os monumentos só poderão ser considerados “monumentos históricos” após o processo patrimonial. Já os “monumentos vivos” podem ou não passar por esse processo.

O **tempo** é uma medida que está vinculada à percepção de mundo e “diferentes concepções de tempo produzem diferentes maneiras de trabalho com a memória” (ABREU, 2007, p. 264). Assim como existem diferentes formas de perceber o mundo vivido, também existem diferentes formas de medir e de caracterizar o tempo, uma vez que o tempo “resulta de convenções e costumes” (HALBWACHS, 1990, p. 90). Neste aspecto, a compreensão da memória “não pode ser a mesma em uma sociedade na qual a representação do tempo é cíclica e numa outra, como a sociedade ocidental, na qual essa representação é sagital” (CANDAU, 2011, p. 89).

Por isto, as experiências e os valores atribuídos aos monumentos também podem ser associados à percepção do tempo. Os monumentos históricos possuem valores históricos e/ou de arte e estão associados à percepção do tempo como sendo linear. São escolhidos como testemunhos do

passado para que o presente conheça sua história e para que o futuro possa conhecê-los. Assim, são voltados à valorização de um passado que não se quer que seja esquecido no presente e no futuro. O valor de comemoração, que também pode ser chamado de “valor de atualidade”, caso se use a classificação de Alois Riegl (2014), pode acumular o valor de arte e faz parte de processos culturais vivos. O tempo dos monumentos vivos pode ser percebido através do tempo cíclico e/ou do tempo vivido, pois são monumentos construídos e utilizados no cotidiano como objetivo de manter a memória viva.

O tempo cíclico afasta a percepção do tempo através do trio passado, presente e futuro. Os monumentos e rituais associados a esta forma de percepção são típicos das sociedades simples, que se orientam na temporalidade pelos ciclos da natureza.

No entanto, nas sociedades complexas os monumentos vivos podem acumular as duas funções, tendo tanto a função de testemunho do presente quanto de testemunho histórico. As formas como essas sociedades se relacionam com os monumentos pode manter a continuidade das práticas desde a construção do monumento, permitindo que o elo não se rompa pela existência de rituais, comemorações e homenagens. Essa continuidade concede uma percepção de tempo vivido, de forma que estão presentes tanto a memória viva quanto a memória artificial.

Tempo cíclico e tempo vivido têm em comum o fato de não haver ruptura nas relações com os monumentos, de forma que as funções originais estão mantidas pelas práticas cotidianas que não foram interrompidas. No entanto, nas sociedades complexas, os monumentos podem proporcionar que o tempo vivido (ECKERT; ROCHA, 2009, 2013) seja percebido também como tempo superposto (ECKERT, 2005), uma vez que as práticas não foram interrompidas, e, ainda que tenham sofrido alterações, sua continuidade proporciona como experiência de tempo o tempo em camadas sobrepostas.

Tanto os “monumentos históricos” quanto os “monumentos vivos” estão sujeitos aos **agentes de dissociação**. O *Canadian Conservation Institute* considera a existência de 10 agentes de dissociação, conforme o quadro seguinte.

Quadro 4 – Agentes de dissociação dos monumentos

Agente de dissociação	Consequências
Forças físicas	Danos na materialidade causados por impacto, choque, pressão, abrasão.
Furtos, roubos, vandalismo	Perda do objeto ou danos decorrentes de pichações ou outros danos
Fogo	Perda total ou parcial por incêndio
Água	Danos causados por enchentes e vazamentos
Pragas	Danos causados por pequenos animais, traças por exemplo, e fungos
Poluentes	Danos devido à poluição atmosférica
Luz	Danos causados por luz inadequada, ultravioleta e infravermelha
Temperatura	Danos devido à temperatura incorreta
Umidade	Danos decorrentes da umidade inadequada
Dissociação	Perda dos objetos, das informações ou dos valores a eles associados.

Fonte: criação da autora, conforme *Canadian Conservation Institute*.³⁴

A dissociação pode ser total ou parcial, causada tanto por forças da natureza quanto pela ação do homem. A dissociação decorrente das forças da natureza pode ser o resultado da ação do tempo ou de desastres naturais; pela ação do homem pode resultar tanto na perda material, com a destruição total ou parcial do monumento, quanto pela perda da memória viva e/ou da memória artificial. Essas dissociações podem levar ao desaparecimento material e/ou ao esquecimento dos monumentos, cujas causas podem ser de ordem política, ideológica ou religiosa.

O esquecimento e a perda de memória viva podem ocorrer quando rituais, comemorações e homenagens deixam de ser realizados e os monumentos, apesar da sua existência material, se tornam invisíveis. Nestes casos, o monumento pode tornar-se invisível pelo “hábito que corrói a percepção” (MUSIL, 2006, p. 23). O resultado será o esquecimento com a

³⁴ Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html> acesso em 08.12.2017

perda de memória viva, a ressignificação do monumento ou a criação de uma memória artificial.

Assim, lembrar ou esquecer as funções e os usos originais dos monumentos depende de fatores humanos e de fatores naturais. Neste aspecto, importante ressaltar que o esquecimento e a perda da memória viva pela ausência de rituais, de comemorações e de homenagens são consequência de fatores humanos, cujas opções políticas definem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Monumentos, quando presentes nas práticas cotidianas, podem caracterizar-se como actantes não-humanos, que participam das redes de mediação, pois essas redes mostram a dinâmica das associações (LEMOS, 2013, p. 97), neste caso a dinâmica dos processos de interação social com os monumentos.

3.3. ACTANTES NÃO-HUMANOS: OS MONUMENTOS NAS REDES DE MEDIAÇÃO

As interações com os monumentos são decorrentes dos processos históricos e culturais da vida nos grandes centros urbanos. Por isto fazem parte da rede de mediação onde “todos os atores [actantes humanos e não humanos] fazem alguma coisa e não ficam somente observando” (LATOURETTE, 2012, p. 189).

Neste aspecto, o local onde os monumentos foram [e são] construídos não é aleatório, pois escolhido com intencionalidade. Essa intencionalidade “marca os poderes simbólicos dos diversos grupos e interesses que integram a sociedade” (LEAL, 2003, p. 4).

Georg Simmel (2014), analisando a vida moderna e as sociabilidades nas cidades, identificou as relações entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva. Em uma visão dualista dos processos sociais, característica da forma moderna de entender o mundo, os estímulos e informações produzidos pela sociedade, inclusive a produção de objetos [e de monumentos], se referem à cultura objetiva, enquanto que a cultura subjetiva são as experiências decorrentes das interações com os objetos.

Uma sociedade só pode existir porque existe interação entre seus participantes (SIMMEL, 2006) e essa interação se realiza através das sociações que se desenvolvem através de “formas invariáveis” e de “conteúdos variáveis”, que se constroem e reconstroem nas dimensões da cultura objetiva e da cultura subjetiva. Sendo a categoria ‘forma’ invariável e a categoria ‘conteúdo’ variável, é possível verificar que todas as sociedades possuem ‘formas’ iguais de interação social, com variação no ‘conteúdo’.

Os valores culturais, símbolos e objetos, são categoria invariável, existindo variação nos tipos de objetos [e de saberes] que se constituem em categoria variável. Os monumentos e estátuas são categoria invariável, pois existem em todas as culturas, havendo variação nos valores que estão ali representados.

A “coleção antiga de obras de arte, que antecipa o museu, parece ter surgido no fim do século III a.C.” (CHOAY, 2006, p. 31), fato que demonstra a invariabilidade da existência de monumentos e estátuas em todas as sociedades, porém o sentido dos monumentos e das estátuas varia conforme os valores da sociedade onde foram construídos.

A linguagem simbólica, forma invariável, é um componente essencial da vida cotidiana e neste contexto os objetos, os símbolos e os valores de determinado grupo social, fazem parte da realidade construída, de forma que vivemos o cotidiano “em um mundo de sinais e símbolos” (BERGER, 1985, p. 61).

Neste sentido, os processos sociais podem ser entendidos como redes de mediação, cujos mediadores são actantes, humanos e não-humanos, que produzem um movimento e fazem a diferença na ação (LATOUR, 2012). Como actantes não-humanos, os monumentos não estão isolados da ação e sua participação permite entender o mundo através da circulação de ações que eles estabelecem nas redes de mediação. Afinal, os processos sociais não são feitos somente de actantes humanos e os objetos [monumentos], quando estão na rede na categoria de actantes não-humanos, incluem-se nestes processos (LATOUR, 2012).

Além disto, é preciso reconhecer que os monumentos têm atuação na rede de interações através de sua materialidade e de sua imaterialidade, pois podem inspirar a realização de intervenções com diferentes propósitos. Por isto

os monumentos, assim como outros objetos [actantes não-humanos], não somente expressam valores, mas estão na própria origem da ação. Bruno Latour diz que “nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o que e de quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada” (2012, p. 109), pois tanto humanos quanto não-humanos, ao serem modificados ou modificarem uma situação, são mediadores que causam impacto na rede³⁵.

Os monumentos, desde sua origem, não são objetos comuns e, como *sociotransmissores* (CANDAU, 2015), estabelecem o elo entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva (SIMMEL, 2014) e, na perspectiva da teoria ator-rede, atuam como actantes (LATOUR, 2012).

As características físicas e as funções para as quais foram criados não impedem que ocorram interações de ordem prática entre os atores sociais e os monumentos, resultado dos usos e das intervenções. As discontinuidades que ocorrem no tecido urbano e, conseqüentemente, com monumentos, podem ser o resultado de fatores naturais ou de intervenções urbanísticas, porém são também produzidas por diferentes formas de uso e de apropriação do espaço (MAGNANI, 1996; SANTOS, 2017).

Essas práticas sociais, por vezes efêmeras, desnudam novas formas de interação com os monumentos e podem revelar a forma da política de memória de um grupo social definir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

3.4. CULTURA DA MEMÓRIA: O QUE LEMBRAR E O QUE ESQUECER

A definição e a escolha do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido faz parte dos dois lados da memória, o lembrar e o esquecer. Andreas HUYSSSEN (2014) se pergunta se é o medo de esquecer que desencadeia o desejo de lembrar ou se é o medo de lembrar que desencadeia o desejo de esquecer. Esta pergunta oportuniza o pensar sobre alguns aspectos da política contemporânea para o patrimônio cultural.

A cultura da memória, intensificada nas últimas décadas do século XX pela mudança de foco dos “futuros presentes para os passados presentes”

³⁵ Conceito de Rede: “série de ações em que cada participante, humano e não-humano, é tratado como um mediador completo “ (Latur, 2012, p. 189).

tornou-se uma obsessão global de proporções monumentais, ainda que seu núcleo permaneça ligado às histórias de nações e de Estados específicos (HUYSSSEN, 2014). Se no início do século XX havia uma preocupação com o futuro (HUYSSSEN, 2014), a política da atualidade para o patrimônio cultural tem priorizado o passado através de inúmeras práticas disponibilizadas pelos lugares de memória (NORA, 1993), tais como museus, centros culturais, filmes, séries de TV, etc.³⁶.

Estes lugares de memória, que trazem ao presente aqueles passados reconstruídos, se transformam em um “laboratório de mentalidades do passado”, ainda que não tenham mais a “vocação pedagógica da transmissão de valores” (NORA, 1993, p. 12). Mesmo que Pierre Nora considere que a memória faz um jogo entre “lugares de memória” e “história”, nos casos onde não há mais transmissão de valores e a prática de rituais, os lugares de memória devem ser considerados “lugares de história”.

Não   nosso objetivo discutir a questão da indústria cultural e sua capacidade de impor valores e práticas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), ainda que a pesquisa empírica – apresentada nos capítulos 4 e 5 – tenha demonstrado um contraponto   tese destes autores pela observa o de *táticas* que se constr iram a despeito das *estratégias* (DE CERTEAU, 2014) do discurso oficial.

Independentemente da perspectiva, a que foca no passado ou a que foca no futuro, monumentos, quando estão exercendo suas fun es originais, são elementos fundamentais na constru o e na manuten o de memórias que ancoram a identidade e o senso de pertencimento.

3.4.1 Monumentos e as dimensões de tempo do passado e do futuro

Os monumentos e as estátuas têm a fun o de construir a memória através de um passado histórico (KNAUSS, 2000) comum a todos os nacionais. Neste sentido, projetar para o futuro depende da cria o e manuten o da crença na existência inerente de uma unidade nacional, que se

³⁶ O Museu do Holocausto em Washigton, DC/EUA, e o filme “A Lista de Schindler” são alguns dos exemplos citados por Huyssen (2014) para demonstrar a intensifica o da cultura da memória do final do século XX.

perfectibiliza através da exaltação de um passado que não deve ser esquecido. A crença em uma unidade nacional, cujo passado comum legitima o sentir-se parte da nação é o elo entre o passado e o futuro, proporcionando o sentimento de se ter uma identidade nacional inerente³⁷.

Os monumentos, como a materialidade das práticas culturais, atuam no processo de construção e manutenção da identidade nacional e se materializam na própria ideia de cidadania³⁸, sentimento criado a partir de vários outros elementos simbólicos além dos monumentos, tais como as obrigações cívicas, aprender o hino nacional, votar, etc..

Segundo Paulo Knauss, o monumento à Juventude Brasileira, obra de Bruno Giorgi, inaugurada em 1947³⁹, pode ser considerado um marco na história da memória do Brasil, pois não se relaciona com fatos e personagens do passado, mas relaciona o presente e o futuro de forma que o “passado não é colocado em discussão, mas o futuro e as opções do [daquele] presente” (KNAUSS, 2000, p. 187).

A dimensão que entende os monumentos como algo do passado assumiu “a perigosa tarefa da responsabilidade pelo passado”, uma vez que “a preocupação com o futuro, característica do início do século XX, contrasta com a preocupação contemporânea com o passado” (HUYSSSEN, 2014, p.7).

Neste sentido, os monumentos podem ter existência no passado, no futuro e no presente simultaneamente.

3.4.2. Monumentos na dimensão de tempo do presente

Ainda que passado, presente e futuro sejam apenas diferentes formas de perceber o mundo, podem ser estudados como sendo *simultâneos*⁴⁰.

³⁷ Alguns estudos sobre o fenômeno da globalização têm questionado a visão redundante de que um indivíduo pertence a um Estado Nacional como algo inerentemente dado. A perspectiva dos limites, das fronteiras, visíveis e invisíveis, têm desafiado a visão de uma nacionalidade homogênea, abrindo espaço para a compreensão dos fenômenos sociais para além das fronteiras geográficas, enfocando o multiculturalismo como característica da contemporaneidade.

³⁸ A categoria “cidadania patrimonial”, que discute as possíveis negociações entre os cidadãos e as políticas públicas para o patrimônio cultural, têm sido estudada pelo antropólogo Manoel Ferreira Lima Filho (LIMA FILHO, 2015).

³⁹ O Monumento à Juventude Brasileira está localizado no jardim do Palácio Rodrigo Capanema, no Rio de Janeiro.

⁴⁰ “O tempo, inspirado em Serres [Michel], é simultaneidade” (LEMOS, 2013, p. 59).

As três percepções auxiliam na compreensão dos monumentos e na sua não tão pequena tarefa de atuar como elemento agregador dos modos de estar no mundo ou dos “modos de existência”, termo empregado por Bruno Latour (apud DIAS, 2014). Entender os monumentos pela perspectiva do tempo simultâneo implica em aceitar que o passado e o futuro são partes constituintes da sua existência, tanto quanto o presente. Além disso, os monumentos estão inseridos no espaço existencial e fazem parte dos movimentos rítmicos do grupo humano e seu meio, de forma que participam da dinâmica que insere o homem no seu meio ambiente pela percepção de “tempos superpostos” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 29).

Andreas Huyssen (2014) considera que devemos assumir que ambas as tentativas, preservar o passado e garantir o futuro, estão fadadas ao fracasso. Esta perspectiva pode nos envolver no paradoxo relativo à cultura da memória da atualidade: “e se o ‘boom da memória’ fosse inevitavelmente acompanhado por um ‘boom do esquecimento’” (HUYSSSEN, 2014, p.13)? Parece haver uma simultaneidade acontecendo e os dois *boons* de Huyssen (2014) podem ser realmente o resultado de uma pressão cultural decorrente das novas tecnologias da informação, da política mediática e do consumo acelerado.

Esses três aspectos parecem impor a necessidade de lembrar na mesma medida em que nós esquecemos. Afinal, os suportes de memória, tais como os museus e a tecnologia da informação, que cada vez mais disponibiliza memórias, são uma das formas de manter presente a ideia de que cada vez menos precisamos nos lembrar, pois tudo está “guardado” em memórias artificiais (*icloud, google drive, etc*) e não precisamos mais nos preocupar com o esquecimento.

Contemporaneamente, alguns monumentos seguem atuando conforme a função para as quais foram construídos. Este é o caso dos monumentos de guerra na Austrália: são suportes de memória e com eles são realizados rituais comemorativos, cuja função é homenagear eventos e mortos para criar, manter e consagrar o sentimento de identidade e de pertencimento.

Outros, como o Monumento a Júlio de Castilhos, não exercem mais suas funções originais e, por isto, atuam como suporte de história, pois sua “operação intelectual (...) pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma

vocação para o universal” (NORA, 1993, p. 9), o consagra como objetos ressignificados de valor histórico, estético e de arte, mas não mais como suporte de memória.

Estas duas formas de interação com os monumentos, a que mantém as funções originais e a ressignificada, são simultaneamente a ação e o resultado dos processos culturais decorrentes do uso e da apropriação dos monumentos. Assim como os processos culturais podem mudar, a interação com os monumentos também está sujeita a mudanças, algumas perceptíveis, outras nem tanto.

3.5. MEMÓRIA: A NATUREZA DE SEUS REGISTROS E AS EMOÇÕES

Neste tópico, para além da discussão tão cara às Ciências Sociais sobre as dimensões da cultura e da natureza e suas diferenças, pretendo mostrar como os processos cerebrais e mentais se desenvolvem na criação das memórias. Estes processos indicam que as funções cerebrais e mentais são comuns a todos os atores humanos, independentemente da cultura em que estão inseridos. Se esses processos são inerentes a todos os seres humanos a diferença encontra-se na forma como os eventos externos [objetos e rituais] os estimulam. Por isto, o estudo dos processos culturais e dos processos biológicos [natureza] em conjunto permitem a compreensão da dinâmica que constrói e mantém a memória e a identidade em qualquer sociedade.

Assim, a memória pode ser explicada de múltiplas maneiras, conforme os fenômenos que se quer compreender. Nos estudos culturais, a memória é vista sob o viés da construção da identidade e do senso de pertencimento. Nos estudos biológicos, a memória é estudada através dos processos cerebrais e suas complexas relações neuro-sinápticas⁴¹.

⁴¹ “Há cerca de oitenta bilhões de neurônios no cérebro humano. Os neurônios têm prolongamentos por meio dos quais estabelecem redes de comunicação uns com os outros. Os prolongamentos emitem informações em forma de sinais elétricos a outros neurônios que se denominam axônios. Os prolongamentos sobre os quais os axônios colocam esta informação se chamam dendritos. A transferência de informações dos axônios para os dendritos é feita através de substâncias químicas produzidas nas terminações dos axônios, denominadas neurotransmissores. Os pontos onde as terminações axônicas mais se aproximam dos dendritos se chamam sinapses, e são os pontos reais de intercomunicação de células nervosas” (IZQUIERDO, 2014, p.18).

Essas duas perspectivas podem parecer separadas, pois em geral são estudadas separadamente e “a ciência hoje não [é] capaz de determinar os atributos físicos dos padrões mentais e, se não pode fazê-lo, então não se pode identificar o mental [ciências sociais] com o físico” [ciências que estudam os processos físicos, orgânicos] uma vez que “estados mentais não se prestam à medição e só podem ser percebidos por uma parte do próprio processo que os inclui: a mente” (DAMÁSIO, 2011, p. 381-382).

No entanto, esta relação pode ser entendida pela existência de uma simbiose entre o cérebro e a mente, pois ainda que não se possa medir os padrões mentais através dos mesmos parâmetros com os quais se medem os padrões físicos⁴², “os estados mentais e os estados cerebrais são essencialmente equivalentes” (DAMÁSIO, 2011, p.381).

Conforme Antônio Damásio (2011), o processo de memorização ocorre através das interações do organismo [cérebro e mente] com a entidade [objetos ou eventos], cujas consequências são o registro dos objetos e/ou dos eventos. O contato visual (mapeado na imagem ótica da retina) com o objeto/evento, que também pode ocorrer através do contato tátil e/ou auditivo, isoladamente não processa o registro. O registro ocorre a partir da interação da pessoa com os objetos/eventos, e é processado dinamicamente através do conjunto de quatro aspectos:

Primeiro, os padrões sensitivos-motores associados à visão do objeto (como os movimentos dos olhos e do pescoço ou o movimento do corpo inteiro, quando for o caso); segundo, o padrão sensitivo-motor associado a tocar e manipular o objeto (se for o caso); terceiro, o padrão sensitivo-motor resultante da evocação de memórias previamente adquiridas relacionadas ao objeto; quarto, os padrões sensitivos-motores relacionados ao desencadeamento de emoções e sentimentos associados ao objeto (DAMÁSIO, 2011, p. 169).

O processo que faz possível a existência da memória é dinâmico e ocorre devido a esses quatro estados mentais e cerebrais. No entanto, as emoções não são “apenas uma joia da coroa integrante da regulação da vida” (DAMÁSIO, 2011, p. 141), ou seja, não são apenas um dos elementos do

⁴² A neurociência tem medido os processos do cérebro através de inúmeros exames, tais como tomografias computadorizadas. No entanto, estes exames somente medem os processos físicos.

processo composto por aqueles quatro aspectos, uma vez “que não existe um momento sem emoção e todas as nossas memórias são adquiridas e/ou evocadas contra/sobre alguma emoção” (IZQUIERDO, 2013, p. 149). Por isto a emoção, que ocorre devido a um “estímulo emocionalmente competente” (DAMÁSIO, 2011, p. 161), pode se tornar predominante em alguns momentos da experiência humana, deixando de ser *apenas* ‘uma joia’ para ser ‘a joia’ naquele momento vivido.

A memória e as emoções fazem parte de um processo que ocorre simultaneamente, de forma que situações e eventos serão gravados na memória na mesma proporção da emoção gerada no momento, pois a memória “se revela mais quanto mais emocionais são os momentos em que ela é adquirida” (IZQUIERDO, 2013, p. 149). A intensidade da emoção varia “conforme as circunstâncias e o valor do objeto” (DAMÁSIO, 2011, p. 169), que nada mais são do que os estímulos emocionalmente competentes, principalmente

quando o evento a ser lembrado é emocionalmente marcante, daqueles que abalam escalas de valor. Se uma cena tiver algum valor, se o momento encerrar emoção suficiente, o cérebro fará registros multimídia de visões, sons, sensações táteis, odores e percepções (DAMÁSIO, 2011, p. 167).

Memórias dizem quem somos, decorrem de experiências e “*há tantas memórias quantas experiências possíveis*” (IZQUIERDO, 2014, p.23). Parte da função da memória é a evocação, fenômeno que se reedita/atualiza a cada lembrança que “*pode ser evocada a partir da representação de qualquer uma das partes que compuseram o evento*” (DAMÁSIO, 2011, p. 167). Para “evocar a memória é preciso recriá-la conclamando à ação o maior número possível de sinapses pertencentes aos estímulos condicionados desta memória” (IZQUIERDO, 2014, p. 24), estímulos condicionados que podem ser eventos, objetos ou ritos.

O tema do funcionamento do cérebro e da mente é complexo. Antônio Damásio (2011, 2012), por exemplo, explica a diferença entre emoções e sentimentos. As emoções são um programa de ações desenvolvido pelo cérebro e que têm uma contrapartida corporal – suor, coração e respiração que se aceleram e/ou lágrimas, e que são “desencadeadas por uma

percepção intelectual, uma coisa que se ouve, que se vê e algo acontece dentro do corpo desta forma complexa” (DAMÁSIO, 2012, p. 126 et seq.). As emoções são percebidas objetivamente, pois podem ser medidas e mapeadas fisicamente. Os sentimentos são experiências mentais que não têm uma contrapartida corporal; não é possível medi-los ou vê-los, pois são da ordem do individual e do subjetivo.

Além disto, há a classificação das emoções como primárias e secundárias. As emoções primárias têm relação com as reações físicas decorrentes do medo e da necessidade de proteção, sendo inatas aos seres vivos. As emoções secundárias estão associadas aos sentimentos e à formação de “ligações sistemáticas entre categorias de um lado e emoções primárias por outro lado” (DAMÁSIO, 2012, p. 132).

Nesta pesquisa, a memória não será estudada a partir dos complexos processos que ocorrem no cérebro e na mente, como por exemplo, como e onde as memórias são armazenadas, as falsas memórias ou como ocorre a geração de imagens. Mas é importante compreender a inseparabilidade entre memórias e emoções e sua relação com a formação da identidade, uma vez que recordar não é um ato individual, mas o resultado das práticas sociais que formam os *laços de sociais* (HALBWACHS, 1990).

3.6. MEMÓRIA E IDENTIDADE: “SÓ LEMBRAMOS AQUILO QUE GRAVAMOS, AQUILO QUE FOI APRENDIDO”⁴³

Existem inúmeras classificações para as memórias e cada área do conhecimento define suas próprias terminologias e categorias que, muitas vezes, podem se relacionar umas com as outras.

No campo da Neurociência, Ivan Izquierdo (2014) refere-se às memórias de trabalho, declaradas, procedurais, de longa e de curta duração. Damásio indica as denominações tradicionais das memórias genéricas, semânticas ou episódicas, ainda que “*não captem a riqueza do fenômeno*” (2011, p. 177).

⁴³ IZQUIERDO, 2014, p. 14

Nas Ciências Sociais a memória adquire inúmeros adjetivos: nos estudos de História de Jacques Le Goff (1994) e Pierre Nora (1993) é utilizado o termo “memória histórica”; Nora (1993) também faz referência à “memória prótese” e argumenta a oposição entre memória e história caracterizando a memória como memória verdadeira, vivida, coletiva, histórica e pedagógica. Maurice Halbwachs (1990) se referiu às memórias individual e histórica e cunhou o termo *memória coletiva* vinculando-a à identidade. O termo “memória coletiva e identidade”, utilizados por Halbwachs, são, conforme Elsa Peralta

Um sistema estático e coerente de aceções e valores que permitem manter e solidificar os laços afectivos existentes entre os membros de um grupo, material e mentalmente identificado no espaço e no tempo (PERALTA, 2007, p. 7).

Andreas Huyssen faz uma crítica à memória coletiva de Halbwachs, pois considera sua abordagem antiga por prever que “a formação estável da memória não é adequada para compreender a actual dinâmica dos *media* e da temporalidade, memória, tempo vivido e esquecimento” (2014, p. 14). Peralta sustenta que a memória coletiva de Halbwachs “negligenciou que as memórias sociais são frequentemente produto de uma construção política deliberada” (2007, p. 7).

Michael Pollak refere que as duas funções essenciais da memória são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (1989, p. 9). O antropólogo Joel Candau (2011) classifica a memória em três categorias: protomemória, ou memória de baixo nível, memória de alto nível ou de evocação e metamemória, e adota o conceito de *memória coletiva* de Halbwachs (1990) para explicar o compartilhamento de memórias individuais.

Independentemente das inúmeras classificações, pois todas têm seus próprios argumentos teóricos, pode-se dizer que as memórias têm em comum a função de aquisição, formação, conservação e evocação de informações (IZQUIERDO, 2013; 2014). Todas estas funções são produzidas por estímulos emocionalmente competentes (DAMÁSIO, 2011) que podem ser eventos e objetos do cotidiano, cuja ocorrência estimula a formação, conservação, e evocação de informações na memória individual.

As experiências podem ser a participação em eventos, rituais, no contato objetos e/ou com pessoas e animais. Tanto as individuais quanto as coletivas, quando gravadas, aprendidas e sentidas, atuam na construção e manutenção da memória. Como consequência, interferem na formação da identidade, alicerçando o sentimento de pertencer a um lugar e a uma cultura, pois lembrar não constitui um ato individual, mas o resultado de laços de solidariedade (HALBWACHS, 1990). Por isto as memórias são processos que, através das experiências, contribuem para a construção da identidade (CANDAU, 2011; HALBWACHS, 1990; NORA, 1993) e

ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isto resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2011, p. 16).

Entender e identificar quando e como se desenvolve o processo de construção da memória e da identidade está intimamente ligado à forma como os lugares, os objetos e os rituais são vividos e experienciados.

Pierre Nora criou o termo “lugares de memória”. Os lugares de memória têm referente na realidade, contém a memória viva e, por isto,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...) vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Como o autor contrapõe história e memória e afirma a existência de lugares de memória, podemos entender que também existem lugares de história. Os lugares, ou suportes de história, são criados, recriados e ressignificados, e estes sim “são antes de tudo restos” (NORA, 1993, p. 12) de eventos passados que se quer imortalizar, na tentativa de evitar o esquecimento através dos registros em arquivos, livros, museus, centros culturais, filmes, etc.

Monumentos, estátuas e outros símbolos “não conservam seu significado em sua existência intrínseca”, conforme afirma Nora (1993, p. 26),

pois seus significados não são intrínsecos à sua materialidade, mas sim são construídos no cotidiano e nas formas como são desenvolvidas as atividades culturais que os têm como suporte. Pierre Nora (1993) considera que nos lugares de memória, como supostamente são os monumentos, coexistem sempre, em maior ou menor grau, três aspectos: o material, o simbólico e o funcional.

No entanto, no aspecto funcional, a função dos monumentos, que deveria “garantir a cristalização da lembrança e da transmissão” (NORA, 1993, p. 22), pode não estar mais presente. A ausência da função original pode ocorrer devido pela ação dos agentes de dissociação, como, por exemplo, a falta de rituais e de comemorações. Nestes casos, os significados originais desapareceram e os monumentos deixam de serem *lugares de memória* para se tornarem *lugares de história*.

Os dois tipos de monumentos, os históricos e os vivos, podem ser considerados suportes de história ou suportes de memória, respectivamente, conforme os processos de interação com os atores humanos que são com eles estabelecidos. A compreensão destes processos vincula-se às seis categorias demonstradas no Quadro 3 (Monumentos históricos e monumentos vivos): funções, origem, usos, memória, tempo e agentes de dissociação. Essas categorias são utilizadas na análise dos processos de interação com o Monumento a Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e com os monumentos de guerra em *North Bondi* e o *Anzac Memorial* em Sydney/Austrália.

4. MONUMENTO A JULIO DE CASTILHOS: ORIGENS E LUGAR DE HISTÓRIA

O Monumento a Júlio de Castilhos está localizado na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, em Porto Alegre, e será apresentado de acordo com as categorias indicadas no Quadro 3.



Imagem 1: Monumento a Júlio de Castilho, década 1920/30

Fonte: Coleção Dr. João Pinto Ribeiro Neto. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Autor Desconhecido

A inauguração do monumento aconteceu em 25 de janeiro de 1913, sendo construído com a função de manter a memória de Júlio de Castilhos, devido a sua destacada atuação como político no estado do Rio Grande do Sul. Era defensor da República, seguidor das ideias de Augusto Comte e foi o primeiro Presidente Constitucional do Estado. Sua importância era reconhecida nacionalmente e, se no plano nacional havia uma disputa sobre quem teria sido

o fundador do regime republicano, se o Marechal Deodoro ou Benjamin Constant, no Rio Grande Sul havia unanimidade de que Júlio de Castilhos fora o responsável pelas condições políticas para implantação do regime republicano no Estado (LEAL, 2003, p. 1). Para o historiador Sérgio da Costa Franco, Júlio de Castilhos (1860-1903) foi um político exemplar, pois “poucas vezes as palavras formais de um compromisso presidencial teriam sido tão fielmente cumpridas” (FRANCO, 1967, p. 110).

O tamanho e a imponência do monumento são consequência do desejo de seus seguidores de homenageá-lo de forma grandiosa e de divulgar seus ideais republicanos e positivistas. Ainda que suas ideias não contassem com a unanimidade dos políticos da época, todos concordavam quanto ao fato de ter sido ele o responsável pelas condições políticas para implementação e consolidação do regime republicano no Rio Grande do Sul (LEAL, 2003).

4.1. MORTE DE JÚLIO DE CASTILHOS: *ABAFANDO O PRANTO DA SAUDADE IMORREDOURA*⁴⁴

Para homenagear Júlio de Castilhos foram escolhidas três formas: um monumento fúnebre, um retrato a ser colocado na sala de sessões da Assembleia e um monumento na Praça Marechal Deodoro da Fonseca. Elisabete Leal refere que os monumentos construídos no início do século XX

Eram transformados em altares cívicos e se tornavam os espaços de celebrações patrióticas nas datas do calendário oficial. Normalmente os homenageados também tinham um monumento fúnebre, para o qual rumavam romarias para prestar tributo ao morto ilustre (LEAL, 2003, p. 1).

O monumento fúnebre está no Cemitério da Santa Casa e a pintura está no Salão Júlio de Castilhos, localizado no primeiro andar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁴ Expressão usada no texto do parecer da Comissão de orçamento em referência a decisão da assembleia para construir o monumento em homenagem ao Júlio de Castilhos. Anais da A.L., Livro de setembro de 1901 a dezembro de 1903, p. 45.

Por ocasião da sua morte, vários discursos foram proferidos durante as sessões na Assembleia Legislativa e seus conteúdos demonstram a devoção ao político. O discurso do Deputado João Vespúcio, na sessão do dia 31/10/1903, refere a morte de Júlio de Castilhos como se fosse um ente, um “veículo de destruição covarde, traiçoeira e má”⁴⁵. Outras expressões como “*chefe glorioso*”; “*grande morto*”; “excelso estadista e glorioso chefe da República”; “ilustre e benemérito”, e “incomparável brasileiro”⁴⁶ podem ser lidas nos discursos dos correligionários durante as sessões na Assembleia Legislativa.

Na sessão extraordinária realizada no dia 25 de outubro de 1903, um dia após sua morte, os presentes decidiram

abrir os créditos necessários para a execução de merecidas homenagens ao grande vulto extinto, entre os quais o levantamento de um monumento no santo lugar em que repousa seu sagrado corpo e ***a erecção, na Praça Marechal Deodoro, de uma estatua que traduza o reconhecimento publico dos contemporâneos e lembre a posteridade republicana sempiterna gratidão***, bem como o crédito necessário para que seja collocado na sala de sessões da Assembleia o retrato do egrégio auctor da Carta de 14 de Julho de 1891 [grifo nosso]⁴⁷.

O projeto de lei, aprovado na sessão do dia 17 de novembro de 1903, determinava execução das homenagens, sem definir o orçamento. O seu artigo 6º dizia:

abrir os créditos necessários para traduzir o reconhecimento do Rio Grande do Sul e lembrar à posteridade sempiterna gratidão ao excelso organizador do estado republicano, incomparável estadista brasileiro, Dr. Julio Prates de Castilhos⁴⁸.

Sobre a morte de Júlio de Castilhos, o parecer da Comissão de Orçamento usou as seguintes expressões: “verdadeira catástrofe nacional”,

⁴⁵ Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, livros de setembro de 1901 a dezembro de 1903, p. 32.

⁴⁶ *ibidem*.

⁴⁷ *ibidem*. Ata da sessão extraordinária do dia 25 de outubro de 1903, p. 31.

⁴⁸ *ibidem*. Ata da sessão do dia 17 de novembro de 1903, p.48.

“desgraça irreparável da República”, “a morte do gigante feriu tão profundamente nossos corações de patriotas”, “incomparável brasileiro”⁴⁹, entre outras que demonstram a dimensão do pesar que se abateu sobre seus seguidores, ainda que se possa pensar que foram palavras de efeito escolhidas para dar impacto ao discurso.

O Jornal *O Pampeiro* apresentou nota sobre um telegrama datado de 25 de outubro de 1903 que comunicava a morte de Júlio de Castilhos e informava sobre os atos a serem realizados durante três dias de luto:

Transmitindo a infausta notícia do prematuro passamento do eminente cidadão Dr. Júlio Prates de Castilhos. Ordenou o cidadão Vice Intendente que fosse o mesmo telegrama transcrito na acta de hoje: assim como o acto da intendência sob numero 8 de 25/10/1903 – que suspendeu por 3 dias o expediente das secretarias do município mandando, por igual espaço de tempo, conservar hasteado em funeral o pavilhão tricolor da mallograda Republica Rio Grandense, tudo em signal de profundo pezar pela deplorável ocorrência (Jornal *O Pampeiro*, edição de 9/11/1903)⁵⁰.

A morte prematura de Júlio de Castilhos, com 42 anos, foi um trágico acontecimento e “um verdadeiro estupor domina a população, aterra os correligionários do gigante, que o supunham imortal e invencível”; inclusive os adversários que o “abominavam sentiram sua morte por reconhecerem seu valor pessoal, sua honestidade e sua capacidade de comando” (FRANCO, 1967, p. 200).

Mesmo os inimigos políticos de Júlio de Castilhos o saudaram. Dois jornais da época, contrários à política de Júlio de Castilhos fizeram suas homenagens. O *Ecos do Sul*, jornal federalista, publicou o seguinte:

(...) Júlio de Castilhos, a força de merecimento e audácia, conservou-se por dilatados anos na suprema culminância do poder, nunca foi visto a gozar os prazeres e deslumbramentos que derivam das altas faustosas posições sociais (...) ele só conheceu o devotamento merecido dos amigos, o respeito justo do adversário e a bajulação soez dos interesseiros.

⁴⁹ *ibidem*, p. 45.

⁵⁰ Disponível na Coleção Júlio Petersen, Biblioteca da Pucrs.

(...)

A sua vida simples, esquecidas que sejam as explosões de rancor, lembra, pela austeridade, a envergadura dos romanos primitivos (Jornal *Ecos do Sul*, apud FRANCO, 1967, p. 202).

O *Correio do Povo*, “jornal neutro e por vezes hostil à política Castilhista” (FRANCO, 1967, p. 200) publicou que Júlio de Castilhos tinha

Espírito forte, energia indomável, singular poder de predomínio, trato cativante, ponderado critério e decisão impetuosa, foram qualidades que o elevaram a posição de chefe incontestado de numerosa agremiação política que dirigiu. Esses predicados, o Dr. Júlio Prates de Castilhos os pôs à prova durante o período revolucionário, em que não conseguiram jamais entibiar-lhe o animo as mais rudes fadigas de um trabalho de longos três anos. Foi então que seu nome se tornou conhecido em todo país, sendo apontado, após a morte do Mal. Floriano, como único estadista capaz de salvar a República (Jornal *Correio do Povo*, apud FRANCO, 1967, p. 201).

Na sessão da Assembleia do dia 8 de abril de 1904 foi aprovado o orçamento para o ano de 1905, destinando-se o valor de 260:000\$000 para a construção de monumento em homenagem a Júlio de Castilhos, na Praça da Matriz. Este orçamento foi mantido para os anos de 1906 e 1907. Em 1908 e 1909 previram-se despesas extraordinárias no valor de 150:000\$000 para cada ano e 100:000\$000 para 1911 e 1912. Não houve previsão de orçamento para 1910, como mostra a Tabela a seguir.

Tabela 1 – Custos com a construção do Monumento (1903-13)

Ano	Valor em mil réis
1905	260:000\$000
1906	260:000\$000
1907	260:000\$000
1908	150:000\$000
1909	150:000\$000
1910	Não há orçamento
1911	100:000\$000
1912	100:000\$000
Total	1.280.000\$000

Fonte: Atas das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1903-1913.

A Tabela 1 revela que o custo total para construção do monumento, conforme registros oficiais de 1905 até 1912, atingiu 1.280.000\$000. Este valor pode ser considerado vultuoso, pois, segundo Arnoldo Doberstein (1992, p. 19), o total gasto com a ampliação da Biblioteca Pública foi de 1.448:659\$611 réis⁵¹.

Além da construção do monumento, havia a previsão para instalação de pedestais com bustos de Júlio de Castilhos nos 67 municípios gaúchos, no valor de 5:000\$000 por unidade (DOBERSTEIN, 1992)⁵².

4.2 MONUMENTO *GRANDILOQUENTE*⁵³

As obras do monumento iniciaram em 27 de julho de 1910 (DOBERSTEIN, 1992) com objetivo de construir “um monumento cívico em que

⁵¹ A primeira parte da Biblioteca Pública ficou pronta em 1915. O aumento foi contratado pelo Governo do Estado em 1919 e concluído em 1921. A parte do acabamento terminou em 1922, quando foram colocadas as colunas de mármore *carrara* nas arcadas de comunicação entre a parte antiga e a parte nova (FRANCO, 2006, p. 70).

⁵² Doberstein faz esta referência sem, no entanto, confirmar a instalação dos 67 bustos.

⁵³ Termo usado por Doberstein (1992, p. 43).

ficassem perpetuados no bronze os altos serviços do eminente estadista⁵⁴. Foi idealizado por Borges de Medeiros, sendo um “verdadeiro discurso político dos ideais de Júlio de Castilhos e da elite governante gaúcha entre o final do Império e a Revolução de 1930” (ALVES, 2004, p. 253). Foi concebido por Décio Villares e construído durante a reconfiguração arquitetônica da praça feita no governo de Carlos Barbosa, entre 1908 e 1913⁵⁵, sendo que

Os trabalhos de modelagem e fundição, em bronze, foram feitos na França, de onde vieram os principais conceitos para o significado dos monumentos no espaço urbano. Depois de concluídas as reformas urbanas de Paris, de Luis Napoleão e do Barão de Hausmann, com a III República, o sistema republicano passou a ser bastante exaltado em monumentos públicos, passando a servir de símbolo de prosperidade material e pacificação social. Abandonaram seus primitivos símbolos de guerra (escudos, lanças, espadas, etc.) para ganharem atributos de iluminação (archote de luz), ordenação jurídica (constituição) e da prosperidade (cornucópias e ramos de louro)⁵⁶.

⁵⁴ Conforme o livro, *O Monumento a Júlio de Castilhos. Inaugurado em 25 de janeiro de 1913*, sem data, p.14. Este livro compõe o acervo da coleção pessoal Júlio Petersen e está na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A mesma expressão “para que ficassem perpetuados no bronze os altos serviços do eminente estadista rio-grandense” pode ser lida na edição comemorativa do centenário da Independência onde o próprio Décio Villares descreve o monumento (VILLARES, 1922, p. 19).

⁵⁵ As Praças da Matriz e da Alfândega foram reconfiguradas arquitetonicamente: na primeira, Carlos Barbosa constrói o Palácio Piratini, o Monumento ao Júlio de Castilhos, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública e a sede da Secretaria de Obras Públicas (PEREIRA et al, 2008).

⁵⁶Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=10&p_secac=118. Acesso em 21.11.2015.



Imagem 2: Praça da Matriz. Década 1920/30
Fonte: Coleção Dr. João Pinto Ribeiro Netto
Autor desconhecido
Fototeca Sioma Breitman. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

O trabalho com o assentamento e a fundação foi dirigido por Affonso Hebert e, após o “desabamento dos andaimes de sustentação – que puseram abaixo o que já fora levantado, finalmente o monumento foi inaugurado, a 25 de janeiro de 1913” (DOBERSTEIN, 1992, p. 43). Nos registros do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul encontrei a seguinte citação sobre o desabamento dos andaimes:

Os trabalhos tiveram curso regular até 2 de abril de 1912, dia em que caiu na cidade um tufão, com duração de 3 horas, causando estragos por toda a parte. A obra do monumento, que já estava então com as figuras assentadas, não escapou a fúria do tufão e ruiu por terra todo sólido madeiramento que servia de andaime. Ficou seriamente danificado o cavalo do gaúcho que seria na face do monumento voltada para o sul. Felizmente não foi necessário devolver-se para a Europa (onde foram feitas as peças de bronze) aquela figura, afim de ser reparada, conseguindo-se fazer aqui mesmo os respectivos consertos⁵⁷.

⁵⁷ Não está definida a fonte desta informação, que encontra-se incluída em um arquivo *Excel* com as legendas das fotos que seleccionei. O arquivo *Excel*, cedido pelo Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, indica a imagem como 03002-07 de autoria de Virgílio Calegari descrevendo “vista da praça com monumento e Forte Apache,



Imagem 3. Trabalhadores que realizaram o assentamento das primeiras pedras. Em primeiro plano, o engenheiro Affonso Herbert.
 Autor: desconhecido
 Fonte: Acervo Museu Joaquim Jose Felizardo.

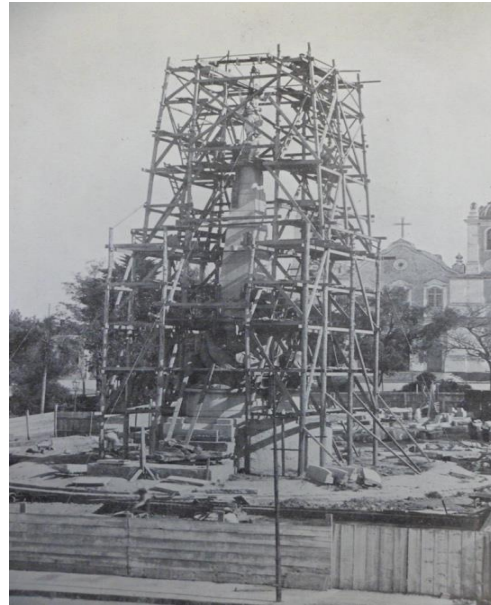


Imagem 4. Monumento pronto, aguardando a retirada dos andaimes.
 Autor desconhecido
 Fonte: Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A grandiloquência está descrita pelo próprio artista, Décio Villares, no folheto que foi distribuído pelo Governo do Estado por ocasião da inauguração do monumento:

Quanto a forma geral do monumento, uma vez decidida a divisão da vida de Julio de Castilhos em trez phases (...) teve logo que optar entre a coluna e a pyramide. Decidiu-se por esta ultima, adoptando uma pyramide quadrangular alongada, quasi uma agulha, como prestando-se melhor á harmonia decorativa da composição do monumento.

Para baze da pyramide tomou-se um troco de cone, em granito róseo desta cidade, interrompido graciosamente por um gramado verde, pontuado de coroas de vegetação amarela e azul, lembrando nas suas côres o solo querido da Patria, teatro de acção de Julio de Castilhos. É deste solo que levanta-se a pyramide.

(...)

coleção de Ivan Cabeda”, e ali consta esta observação. Porém, a foto não corresponde ao descrito.

(...)

A glorificação da phase principal da vida do Estadista está realizada na face votada para o Norte, offerecendo a frente a quem sobe a ladeira (...).

Em torno de Julio de Castilhos as animadas figuras que o cercam: A Coragem, ofegante, impaciente, trazendo os louros da victoria em uma das mãos, com a outra, num gesto largo, incita o estadista a agir. Um dos olhos, vendados, exprime que ella não mede dificuldades.

(...)

Em plano inferior, a Prudencia, temerosa, desesperada, esforça-se por deter a Coragem, apontando-lhe o Perigo. Este está symbolisado com um Dragão, que rastejando o solo da Patria, e representa na concepção do artista, os escolhos de toda a sorte que os estadistas tem a vencer para realizarem a sua missão (VILLARES, s/d).

A descrição de Décio Villares é longa e detalhada, tal qual o monumento⁵⁸. A encomenda feita por Borges de Medeiros solicitava ao artista que idealizasse “a vida de Júlio de Castilhos dividida em tres phases: a da propaganda, a da organização e a phase posterior a sua retirada do governo” (VILLARES, 1922, p. 19-20). Segundo Villares (1922), a representação estética deveria caracterizar bem estas fases, sendo que a mais importante seria a da organização política que resultou na Constituição de 14 de julho de 1891.

A estátua da República deveria dominar tudo como símbolo dos ideais que traduzem a política moderna de liberdade, paz e fraternidade; também era preciso recordar os antecedentes políticos resumidos em Tiradentes e José Bonifácio; a dependência da organização autônoma do Rio Grande do Sul, a Proclamação da República e também a Revolução Francesa.

Arnoldo Doberstein (1992) diz que Décio Villares priorizou e racionalizou o máximo possível as exigências para o monumento. Algumas representações ficaram explicitas em datas, 1789 e 1889, e em frases. O autor refere ainda que parece ter havido uma “inversão desapercibida, pois o folheto [distribuído pelo governo do Estado] diz que a frase *‘libertas quae sera tamen’* deveria constar na face oeste do monumento e a frase de Jose Bonifácio [a sã política é filha da moral e da razão] na face leste” (DOBERSTEIN, 1992, p. 44).

⁵⁸ A descrição detalhada do monumento, escrita pelo próprio Villares no livro *O Monumento a Júlio de Castilhos* (1922), encontra-se em um exemplar na Biblioteca Pública do Estado e outro exemplar pode ser encontrado na Biblioteca da Pucrs, na Coleção Júlio Petersen. Essa obra inspirou e orientou o historiador Arnoldo Doberstein (1992) na sua dissertação de mestrado, que deu origem ao livro *Porto Alegre 1900-1920: estatuária e ideologia*, de 1992.

Na face norte, onde está a estátua de Júlio de Castilhos, encontra-se uma síntese das convicções de Castilhos sobre poder e governo. Para os positivistas, o governo deveria ser exercido por sacerdotes com virtudes pessoais que inspirassem o culto a essas virtudes e, por isto, as qualidades do caráter foram representadas pelas estatuas da coragem, da firmeza e da prudência (DOBERSTEIN, 1992).

As imagens abaixo retratam as quatro faces do monumento e foram produzidas com o equipamento *DJI Phantom4* e câmera 4K, quando a restauração do monumento estava concluída, porém os tapumes do canteiro de obras ainda não tinham sido retirados. O texto que descreve as imagens é do próprio Décio Villares, extraído da obra *O Monumento a Júlio de Castilhos. Inaugurado a 25 de janeiro de 1913* (s/d).



Imagem 5. Face norte do monumento

Villares descreve a face norte assim: “o grupo central que ahi se destaca é movimentado e emocionante, despertando logo a atenção. Júlio de Castilhos, sentado, a fronte contrahida, o olhar de quem ainda medita na leitura do livro que segura a mão esquerda, a destra apoiada no braço da cadeira, o pé firmando o solo, - tem atitude resoluta de quem está prestes a erguer-se para agir com a energia que a situação requer. (...) como tipo eminentemente prático, que não tem doutrinas a construir, mas doutrinas que escolher, entre as que vê em torno de si – decide-se a aceitar os fundamentos da política científica fundada por Augusto Comte” (VILLARES, s/d).

Foto: Renato Azevedo de Oliveira.
03.12.2017



Imagem 6. Face oeste do monumento
A face oeste descrita por Villares apresenta “um joven insinuante, no acto de quem ditribue ao publico exemplares d`A *Federação*, jornal onde Julio de Castilhos mais esforçou-se no combate ao antigo regimen, comemora esta phase, sem duvida secundaria, mas memorável. (...) nesta face lê-se o lema sociologico - A sã política é filha da moral e da razão, - em que o Patriarcha da nossa Independencia, o velho José Bonifacio consubstanciou os dictames da sua incomparavel acção como estadista, na formação da nossa nacionalidade” (VILLARES, s/d).

Foto: Renato Azevedo de Oliveira.
03.12.2017

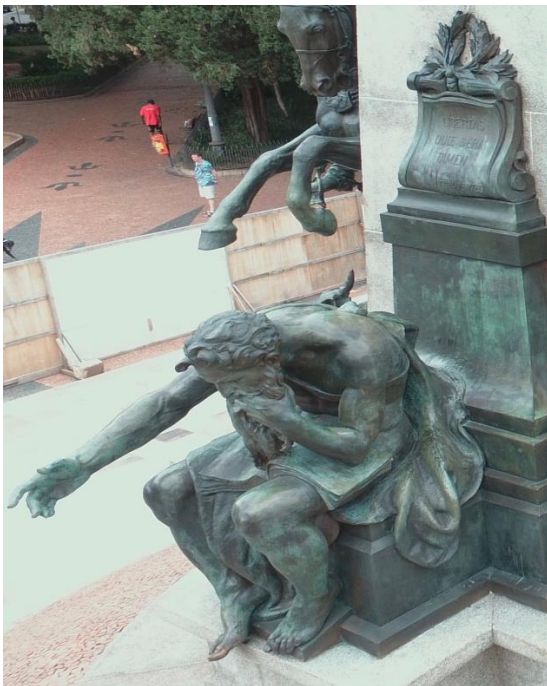


Imagem 7. Face leste do monumento
Da face leste Villares diz: “na attitude de quem aconselha, um velho de longas barbas, a quem os annos não conseguem quebrantar, resistindo atravez dos seculos á acção do tempo, que, pelo contrario, cada vez mais augmenta-lhe o vigor e o prestigio, - symbolisa esse saber de experiencias feito, de que nos fala Camões. (...) a divisa – *Libertas que seras tamen*, - inscripta na face correspondente à pyramide, recorda os esforços dos nossos antepassados na realisação dos ideaes de liberdade, a que sacrificou-se a alma estoica e magnânima de Tiradentes” (VILLARES, s/d).

Foto: Renato Azevedo de Oliveira.
03.12.2017



Imagem 8. Face sul do monumento

Na face sul Villares representa “o typo popular do Gaúcho, figurado em um jovem cavaleiro, como convem á encarnação das esperanças do futuro” (VILLARES, s/d).

Foto: Renato Azevedo de Oliveira. 03.12.2017

Para instalar o monumento na Praça da Matriz foi retirado o chafariz de mármore alusivo aos rios da Bacia do Guaíba, bem como a estátua do Conde de Porto Alegre (FRANCO, 2012, p. 179). O Monumento a Júlio de Castilhos configura como um “conjunto monumental estatuário” (ALVES, 2004, p. 252 e 256-257), sendo este um dos dois monumentos com esta classificação em Porto Alegre; o outro é o Monumento ao Expedicionário, localizado no Parque Farroupilha e idealizado por Antonio Caringi.

4.3 GLORIFICAÇÃO: AS GERAÇÕES VINDOURAS SABERÃO⁵⁹

Em 24 de janeiro de 1913, dia anterior a inauguração, o jornal *A Federação* dedicou três páginas na matéria intitulada “A glorificação. Monumento a Júlio de Castilhos. Histórico e descrição”. A reportagem relata a trajetória da construção do monumento: a decisão da Assembleia, o desenvolvimento do projeto e a construção. Sobre a pedra fundamental, diz

⁵⁹ Frase escrita na reportagem do jornal *A Federação*, Edição n. 21 do dia 24/01/1913. Disponível na Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=inauguracao%20do%20monumento> . Acesso em 20.02.2017

A pedra fundamental foi inaugurada na manhã do dia 20 de setembro de 1910 em uma cerimônia cuidadosamente preparada: toldo que cobria um estrado atapetado, o busto de Júlio de Castilhos e o da República, bandeiras verdes e amarelas, bandeiras de diversas nacionalidades, fotografias do monumento e 2 caixas, uma de madeira e outra de zinco. A de madeira foi colocada dentro da de zinco contendo um exemplar de todos os jornais diários que eram publicados em Porto Alegre, a segunda via da ata que foi assinada por todos os presentes, e moedas nacionais, uma de cada valor. Uma colher de prata e um estojo de madeira, forrado de veludo verde com dobradiças de prata, foi encomendada especialmente para a ocasião. Na tampa da caixa viam-se fundidas as armas da República Rio Grandense e na colher os dizeres: 'construção do monumento glorificador a Júlio de Castilhos. 20 de setembro de 1910'. Foi Borges de Medeiros quem recebeu a colher de prata do então secretário de obras, Cândido José de Godoy 'para com ella ser posta a argamassa sobre a pedra'⁶⁰.



Imagem 9.
Inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos.
Autor desconhecido.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

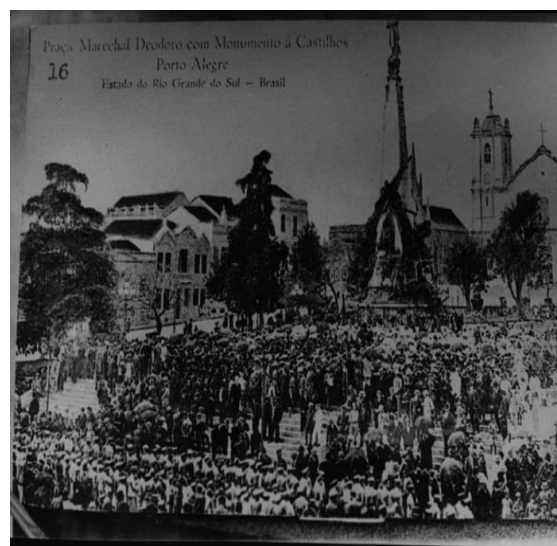


Imagem 10
Inauguração do Monumento a Júlio de Castilhos.
Autor desconhecido.

Fonte: Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

⁶⁰ Edição 21 do jornal *A Federação* do dia 24 de janeiro de 1913. Disponível Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653& pasta=ano%201911&pesq=inauguracao%20do%20monumento> . Acesso em 20.02.2017.

A reportagem do jornal *A Federação* do dia 24 de janeiro de 1913 sustenta a relevância da cerimônia de inauguração, bem como a importância histórica de Júlio de Castilhos, referindo ser

(...) da máxima transcendência na história de um povo cerimonia que se vae realizar daqui a poucas horas (...) Glorificar a memoria daqueles que bem serviram e amaram a Patria é acção ao mesmo tempo analtecedora das virtudes desses grandes eleitos e dos aprimorados sentimentos cívicos de quem a pratica (*A Federação*. Ed. 21, 24/01/1913)⁶¹.

A reportagem menciona que a memória de Júlio de Castilhos não seria esquecida, pois quando extintas as paixões pelo tempo, seus opositores lhe reconheceriam como aquele que promoveu o bem público e se tornariam seguidores dos ensinamentos positivistas:

Então, **extinctas de todo as paixões pelo perpassar do tempo, será superiormente julgado homem extraordinario, cujos intuitos foram incompreendidos** porque a anormalidade do momento em que ele appareceu no scenario politico brasileiro conturbára a faculdade apreciatica dos opositores da sua obra (*A Federação*. Ed. 21, 24/01/1913)⁶² [grifo nosso].

Referindo-se à posteridade e memória de Júlio de Castilhos, a mesma reportagem jornalística diz:

E os posteros reconhecerão, em fim, quanto se avantajou dos seus coevos o patricio insigne que, na ocasião de agir decisivamente, desprou os velhos meios fallazes de uma metaphysica neutralisadora, tomando-o para nortear-nos os ensinamentos da admirável philosophia organica, mediante os quaes pôde promover o bem publico, de **forma a deixar immortalizado seu nome** (*A Federação*. Ed. 21, 24/01/1913) [grifo nosso].

⁶¹ Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=inauguração%20do%20monumento> . Acesso em 20.02.2017.

⁶² Id. ibidem

Ainda na inauguração foi distribuído um folheto explicativo e uma medalha artística⁶³, feita por Décio Villares, que reproduzia o monumento (BOLETIM MUNICIPAL, n. 12, 1942)⁶⁴.

Malgrados os esforços dos contemporâneos seguidores de Júlio de Castilhos, seus desejos não se tornaram uma realidade absoluta – como veremos no capítulo 5 – pois atualmente muitos dos frequentadores da Praça da Matriz não sabem quem ele foi e o que fez pelo Rio Grande do Sul.

4.4. PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

A praça onde está o monumento, fica em uma “área central de Porto Alegre onde se localiza o centro cívico da cidade, com os palácios que abrigam cada um dos três poderes estaduais” (FRANCO, 2006, p. 130). Conhecida popularmente como a Praça da Matriz, a Praça Marechal Deodoro da Fonseca é um lugar de importância histórica, política, social e cultural desde seu estabelecimento no final do século XVIII, quando era chamada de Praça da Igreja (FRANCO, 2006, p. 132). Encontra-se no ponto mais alto do Centro Histórico estando

limitada pelas ruas Duque de Caxias, cumeeira da colina - ao sul; Jerônimo Coelho - ao norte; J. A. Albuquerque, que tem como continuação a Espírito Santo - à leste; e rua sem nome - à oeste, o retângulo de 84 por 94 metros que corresponde ao seu espaço aberto não é plano: desenvolve-se em declive, da cota 35 à 30. Esculpida no meio da massa edificada, participa da história e da vida da cidade (MACHADO, 2000, p. 45).

Além das edificações que abrigam os três poderes do Estado, também na Rua Duque de Caxias, ao sul da praça, encontra-se a Catedral Metropolitana, local onde estava a antiga Igreja da Matriz e o Teatro São Pedro, em frente ao lado sul da praça e que foi inaugurado em 1858 e restaurado entre 1975-1984⁶⁵. Localizado na esquina da praça com a Rua

⁶³ Não foi possível encontrar um exemplar desta medalha, ainda que tenha sido feita pesquisa no Museu Júlio de Castilhos, no IHGRS e no Memorial da Assembleia Legislativa do RS.

⁶⁴ Consta de CD adquirido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.teatrosaopedro.com.br/o-theatro/historia/>. Acesso em 10.11.2016.

Jerônimo Coelho temos o Palácio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, construído entre 1857-1871⁶⁶.

No entorno da praça estão localizados o Museu Júlio de Castilhos; o Arquivo Público de Estado do Rio Grande do Sul; o Solar dos Câmara, o mais antigo prédio residencial de Porto Alegre e tombado pelo IPHAN⁶⁷; e a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, tombada pelo IPHAE em 1986 e pelo IPHAN em 2000⁶⁸.

Conforme Renato Holmer Fiore, o local

concentra importantes edificações, como os palácios dos três poderes do Estado e outros edifícios institucionais significativos, assim como acumula significados históricos, arquitetônicos, políticos, religiosos, culturais, sociais, etc., tendo também sofrido importantes mudanças e reconstruções ao longo do tempo (FIORE, 2006, p. 92).

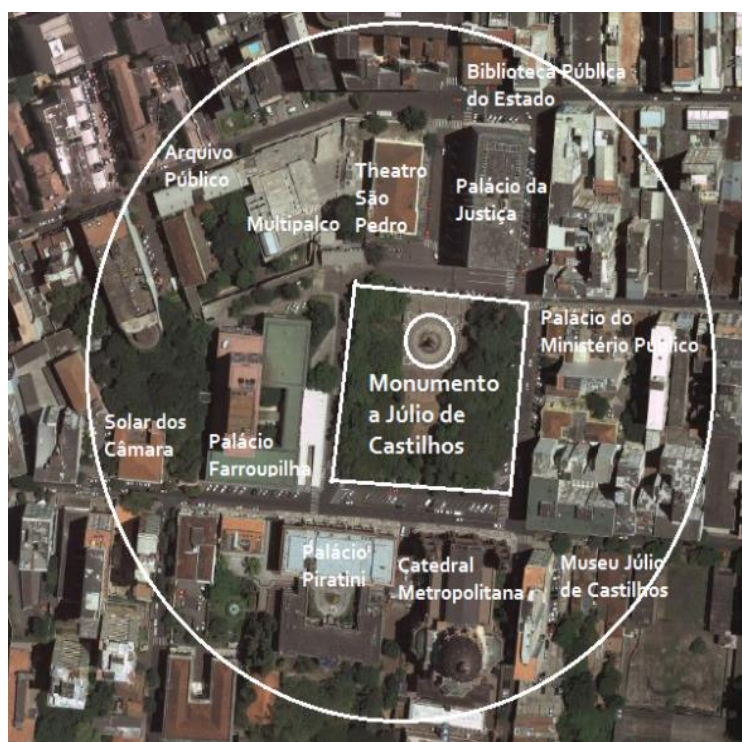


Imagem 11
Imagem aérea com destaque para o monumento a Júlio de Castilhos. Indicação das edificações do entorno da Praça da Matriz: Catedral Metropolitana, Museu Júlio de Castilhos, Palácio do Ministério Público, Palácio da Justiça, Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Teatro São Pedro, Multipalco, Solar dos Câmara, Palácio Farroupilha e Palácio Piratini.

Fonte: Urbsnova⁶⁹.

⁶⁶ O Palácio do Ministério Público já foi sede de inúmeras instituições desde sua inauguração. Após sua restauração, em 2002, passou a chamar-se Palácio do Ministério Público, ou, como é carinhosamente chamado, Forte Apache. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/memorial/pgn/id341.htm>. Acesso em 10.11.2016.

⁶⁷ Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/reservadeespacos/SolardosC%C3%A2mara/tabid/3522/Default.aspx>. Acesso em 28.05.2016.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/instituto-6/>. Acesso em 28.05.2016.

⁶⁹ Disponível em <https://urbsnova.wordpress.com/100anos/>. Acesso 28 maio de 2016.

Não há tombamento específico para o monumento a Júlio de Castilhos. No entanto, em 2003 o IPHAN reconheceu a parte mais antiga do centro de Porto Alegre como conjunto histórico, do qual a Praça da Matriz faz parte, conforme apontado no Livro do Tombo Histórico do IPHAN⁷⁰.

Na praça também podem ser vistos dois bustos de bronze em homenagem ao Advogado Oswaldo Vergara, voltado para o Tribunal de Justiça, e ao Professor André Puente. Há quatro placas comemorativas fixadas em pedra. Duas homenageiam pessoas de destaque na história do Brasil: Marechal Deodoro da Fonseca, que dá o nome à praça, e Tiradentes. A placa em homenagem a Tiradentes é datada de 1972, com a seguinte epígrafe: “esta pedra, homenagem do povo gaúcho à memória do mártir Joaquim José da Silva Xavier TIRADENTES repousa sobre esta terra trazida da cidade de seu nascimento no estado de Minas Gerais. Porto Alegre, 21 de abril de 1972. Ano do Sesquicentenário da Independência”. A placa em homenagem ao jornal *Correio do Povo* está em péssimo estado de conservação, não sendo possível ler o seu conteúdo. A placa que está fixada em uma pedra arredondada é alusiva à árvore plantada pelo presidente do Rotary Clube quando em visita à cidade em 1975. A árvore não existe mais e o texto diz: “esta árvore foi plantada por Ernesto Imbassary de Mello presidente do Rotary International na data de sua visita a Porto Alegre. 19.08.75”.

4.5. FUNÇÕES ORIGINAIS DO MONUMENTO

Os Anais da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul e os jornais *A Federação*, *Correio do Povo* e *O Pampeiro* trazem informações confirmando que o monumento foi erigido com a intenção de demonstrar o reconhecimento a Júlio de Castilhos por seus feitos como grande político.

Além disto, os defensores da construção do monumento intencionavam “manter a memória sagrada de Júlio de Castilhos”⁷¹, seguindo o

⁷⁰ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_iphan_%202015.pdf. Acesso em 22.06.2015.

⁷¹ Ata da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul do dia 31 de novembro de 1903, p. 33.

costume do início do século XX de construir monumentos públicos logo após a morte do homenageado (LEAL, 2003).

Naquela oportunidade, seus correligionários pensaram que seu nome ficaria *imortalizado* uma vez que, “após extintas as paixões” [sentidas por Júlio de Castilhos tanto pelos apoiadores quanto pelos inimigos políticos], ele seria “superiormente julgado como homem extraordinário”, “os pósteros o reconheceriam como patrício insigne” e “as gerações porvindouras louvarão por certo aqueles que por certo souberam cumprir o seu dever”⁷². Décio Villares, ao escrever sobre o significado da estátua do “Velho”, refere-se a Júlio de Castilhos como “um velho de longas barbas” a quem os anos não abalariam, mas sim “augmenta-lhe o vigor e o prestígio” (VILLARES, s/d., p. 21).

Esses relatos históricos indicam que a função para a qual o monumento foi construído tinha por objetivo ser um testemunho do [daquele] presente, construído após a morte e com a intencionalidade de manter a memória viva de Júlio de Castilhos. Daí a construção de forma grandiosa, com valor de comemoração, estético e de arte, pois no local eram realizados rituais para homenagear o morto.

Os rituais costumavam ser tão grandiosos quanto o próprio monumento. Para isto, eram realizadas caminhadas que terminavam em frente ao monumento onde então eram feitos os discursos e as homenagens. Também ocorriam homenagens em frente ao Mausoléu localizado no Cemitério da Santa Casa.

Duas reportagens publicadas no Jornal *Correio do Povo*, na sessão “Há um século no Correio no Povo”, mostram dois destes rituais de homenagem a Júlio de Castilhos. A publicação do dia 12 de março de 2017, disponível no *Correio do Povo on line*, refere:

Correio do Povo do dia 29 de junho de 1909 noticiava:
Como nos anos anteriores, os amigos e co-religionarios do dr. Julio de Castilhos irão hoje, dia do seu aniversario natalício, **cobrir de flores o seu tumulo**. O Club Julio de

⁷² Frase escrita na reportagem do jornal *A Federação*, Edição n. 21 do dia 24/01/1913. Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=inauguracao%20do%20monumento>. Acesso em 20.02.2017

Castilhos e o Centro Republicano, por seus presidentes, coroneis Marcos de Andrade e Antenor de Amorim, ali **collocarão bouquets de flores**⁷³ [grifo nosso].

No dia 25 de outubro de 2017 a mesma sessão do Jornal *Correio do Povo* publica que há 100 anos foram comemorados os 14 anos de morte de Júlio de Castilhos, cujo cortejo se iniciou na Praça Senador Florencio [atual Praça da Alfândega], sendo:

(...) uma **comemoração cívica**, organizada pelo Centro Republicano Julio de Castilhos, em **homenagem á memoria de seu patrono no decimo quarto aniversário do seu passamento**. Desde cedo começaram a afluir à praça Senador Florencio, ponto marcado para a reunião, representantes das diversas classes sociais, membros do partido republicano, funcionários públicos federais, estaduais e municipais e muitas outras pessoas. Naquelle local já se achavam o Coronal Marcos de Andrade, chefe do Partido Republicano local e a comissão do Centro Republicano.

(...)

As 9,30 horas, **após organizado, desfilou o extenso préstito, pelas ruas dos Andradas, Marechal Floriano, Duque de Caxias, descendo a praça Marechal Teodoro, onde se acha levantado o Monumento daquelle político Rio Grandense.**

(...)

Ao passar o cortejo pela residência do Dr Borges de Medeiros, presidente do estado, este se lhe incorporou acompanhado por seu oficial de gabinete, Dr. Zeferino Ribeiro, **chegando o cortejo ao monumento que já se achava rodeado pelos professores e alumnos dos collegios elementares** Fernando Gomes, Souza Lobo, Grupo escolar Voluntários da Pátria, Nossa Senhora das Dôres, Gymnasio Julio de Castilhos, Instituto Parobé, fez uso da palavra o Dr. Pelagio de Almeida, em nome da Assembleia dos Representantes, o qual analysou, longamente, a ação política do Dr Julio de Castilhos e a sua obra constitucional.

(...)

Finda a oração do representante da Assembleia, que a **assistência applaudiu calorosamente**, discursou o escritor Rio Grandense Sr. Alcides Maia, representando o sentir do "Centro Republicano" (*Correio do Povo*, quarta-feira dia 25.10.2017) [grifo nosso].

⁷³ Disponível em Correio do Povo: . <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N272/html/Seculo.htm> . Acesso 12.03.2017

É preciso destacar que a pesquisa de campo mostrou que o aspecto funcional do monumento se alterou. Atualmente os usos não estão mais vinculados aos rituais de comemoração à memória de Júlio de Castilhos. Seu testemunho pode ser histórico, nos casos em que as pessoas reconhecem a importância histórica do homenageado, mas a memória, quando existe, é uma memória artificial ou *memória prótese* (NORA, 1993), pois construída através de estudos específicos deste período da história ou de informações recebidas de forma genérica e informal. Conforme será narrado no próximo capítulo, o monumento não se caracteriza mais como *lugar de memória*. Atualmente pode ser considerado como um *lugar de história*, como objeto de valor artístico ou mesmo como um objeto invisível.

5. PROCESSOS DE INTERAÇÃO COM O MONUMENTO A JÚLIO DE CASTILHOS

O Monumento a Júlio de Castilhos, conforme narrado no capítulo anterior, foi construído para homenagear e manter a memória do político. Este objetivo está expresso em algumas passagens pesquisadas nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1913) e nas reportagens jornalísticas publicadas na época da sua morte.

As expressões “forma de deixar seu nome imortalizado”; “os posterios reconhecerão”; e “extintas de todo as paixões pelo perpassar do tempo, será superiormente julgado homem extraordinário” indicam que seus conterrâneos acreditavam que Júlio de Castilhos não seria esquecido, uma vez que sua memória e lembrança estariam garantidas no futuro através do grandioso monumento.

No entanto, não foi isto que o futuro lhe reservou, conforme constatou-se ao longo da pesquisa de campo.

5.1. ESTAR NA PRAÇA E OBSERVAR O MONUMENTO

Inicialmente privilegiei o “estar na praça” sem buscar interlocutores. Apreender os processos e as formas de estar na praça era mais importante naquele primeiro momento, pois observar os frequentadores em suas atividades “cotidianas revelaria a pluralidade de relações, um em relação ao outro, ao nós, ao tu” (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 05) e também desvendaria as interações com o monumento.

Minha inserção no campo foi através do exercício do estranhamento, pois até então eu não frequentava a praça, situada fora do meu mundo diário e do meu universo social (DA MATTA, 1987). A escolha do Monumento a Júlio de Castilhos como objeto de pesquisa implica em ser uma frequentadora da Praça da Matriz, nada familiar. Na primeira visita escrevi no diário de campo:

A praça está limpa, não vejo papéis no chão. O monumento está pichado e há pichos uns por cima dos outros – e o código dos pichadores de não pichar uns por cima dos outros? (...) penso em tirar fotos nesta primeira visita, mas fico com medo de ser assaltada. Depois do primeiro assalto à mão armada a gente não consegue relaxar andando ou estando na rua. Deixo esta visita só para minha percepção e sentidos (Diário de Campo, 19/04/2015).

Além disto, este tipo de pesquisa é totalmente nova para mim e, por isto mesmo, um grande desafio: como relatar uma experiência de campo sob o olhar antropológico e seus referenciais teóricos tendo eu formação jurídica? Tenho, portanto, dois estranhamentos a enfrentar, o lugar e o método que me convidam ao desafio da transformação do exótico em familiar (DA MATTA, 1987).

Privilegiei a “observação flutuante” (PÉTONNET, 2008) por ser a técnica adequada para que a atenção permaneça aberta e disponível, sem mobilizar o foco sobre o monumento especificamente. Deixo minha atenção *flutuar*, de modo que tanto as interações com o monumento quanto a dinâmica da praça penetram na minha percepção “sem filtro, sem a priori, até que os momentos de referência e de convergência” (PÉTONNET, 2008, p. 102) fossem percebidos. Desta forma é possível “confrontar intelectual e emocionalmente diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e de situações” (VELHO, 1988, p. 45) e perceber como os frequentadores da praça “constroem e definem sua realidade, como articulam e que peso relativo tem os fatos que vivenciam” (VELHO, 1988, p. 16) na praça.

A Praça da Matriz não é como são as praças de bairro, onde as sociabilidades dos moradores do entorno se caracterizam por interações mais próximas e de amizade. Existe uma variedade de motivos para frequentar a

praça e as atividades de lazer são apenas um dos motivos. Da mesma forma, as interações com o monumento são variadas e revelam os usos e não-usos.

Para compreender a dinâmica da praça, mas principalmente as interações com o monumento, frequentei a praça em dias da semana e aos finais de semana. Os horários eram variados: nos dias de semana costumava chegar pelas 16h30min ou 17 horas; ao final de semana escolhia as manhãs ou tardes. Existe uma diferença marcante na atmosfera da praça de acordo com o dia e o horário de visita: nos dias de semana o tráfego na Rua Duque de Caxias perturba a tranquilidade e, aos finais de semana, a praça parece uma praça de bairro, sem o barulho dos carros e do movimento intenso de pessoas que frequentam os Palácios Farroupilha e Piratini, usando a praça como lugar de trânsito.

Tradicionalmente as pesquisas antropológicas tratam de “grupos sociais” que têm práticas culturais e valores que os unem. Ainda que o campo revele as diferenças internas, quando olhado de fora é um grupo coeso porque delimitado previamente pelo pesquisador: os índios Tukuna, os praticantes de candomblé, etc. Porém, eu tinha o que chamei de “campo aberto”. Isto significa que as pessoas que interagem com o monumento não são um “grupo social” no sentido tradicional do termo, ou seja, não são unidos por interesses e/ou valores em comum.

A única coisa que o meu “grupo social” tem em comum é o fato de que todos frequentam a mesma praça. Assim como em todos os centros urbanos, a praça é um local heterogêneo onde “coexistem grupos sociais, culturas, línguas, religiões, idades e atividades humanas diversificadas” (ECKERT; ROCHA, 2007, p. 344). O “estar na praça” significa diferentes práticas, os espaços são habitados de forma fragmentada e há uma alta rotatividade de pessoas. Além de não compartilhar os espaços, os grupos ‘internos’ não interagem entre si. E o mais curioso é que o monumento parece ser invisível para muitos, ainda que seu tamanho e localização possam impedir esta invisibilidade.

Sobre o aspecto da invisibilidade, o escritor austríaco Robert Musil (1880-1943) escreveu um ensaio crítico sobre a *estatuamania*, ironizando a forma como os artistas retratavam os personagens a serem imortalizados em bronze e mármore, e salientando a invisibilidade dos monumentos. Disse que qualquer coisa que perdura no tempo sacrifica sua capacidade de impressionar, pois a natureza humana acostuma-se com coisas e com situações que, com o tempo, parecem não existir, e deixam de ocupar um lugar visível no cotidiano (MUSIL, 2006).

O acostumar-se com o monumento está presente no cotidiano da praça, pois muitas pessoas parecem não ver o monumento e, portanto, parecem estar acostumadas com a sua “presença invisível”. Contudo, se para algumas pessoas o monumento possa ser invisível, para outras não é.

O monumento tem um lugar no palco que é a praça. Este lugar pode ser mais ou menos visível, dependendo dos tipos de interação social que são praticadas tendo o monumento como suporte. Ainda que em algumas situações possa ser invisível, nas situações em que há uma efetiva interação pelo uso o monumento se caracteriza como actante não-humano (LATOUR, 2012), pois tanto participa quanto faz a diferença na rede de mediação.

5.2. HETEROGENEIDADE NA PRAÇA: O GRANDE GRUPO

As pessoas que usam a praça como local de lazer costumam sentar nos bancos para conversar, namorar, tomar chimarrão, ler ou simplesmente contemplar. Outras passeiam com seus cães e cuidam de crianças na pracinha. Em duas oportunidades vi cuidadoras com uma idosa e com uma criança em uma cadeira de rodas. Nos dias de semana os estudantes chegam por volta das 18 horas. Vêm em grupo, com mochilas nas costas, sentam nas escadarias do monumento e ali conversam, fumam, bebem refrigerante. Ao final da tarde são os cães que chegam com seus donos.

Identifico que algumas pessoas são visitantes e turistas. Quando estão acompanhadas, conversam entre si, apontam para algumas partes do monumento, fotografam e filmam. Nas várias vezes em que os vi, pensei que seria muito bom se houvesse uma placa com explicações sobre o monumento, pois percebo que eles procuram informações que não existem no local.

Ainda que o grupo genérico seja o mesmo – skatistas, babás com crianças na pracinha, pessoas com cães – os componentes do grupo não são sempre os mesmos. Os moradores de rua que se instalaram em um dos canteiros da praça parecem ser sempre os mesmos, ainda que às vezes eles recebam visitas.

Vários garotos fazem parte do grupo dos skatistas, mas nem sempre são os mesmos que estão praticando skate. O mesmo acontece com as outras pessoas. Esta é a peculiaridade do cotidiano na praça, a rotatividade de pessoas.

Os frequentadores têm diferentes interesses para estar na praça, o que permite a identificação das diversas formas de interação com o monumento. Estas diferentes formas de uso da praça estão identificadas no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Frequentadores da Praça e suas atividades

Frequentadores	Atividades
Pessoas que usam a praça como local de lazer	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sentar nos bancos ✓ Passear com cuidadoras ✓ Brincar na pracinha ✓ Passear e brincar com cães ✓ Tomar chimarrão ✓ Namorar
Moradores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Moram no canteiro sudoeste
Visitantes e turistas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sentar nos bancos ✓ Observar o monumento ✓ Tomar chimarrão ✓ Fotografar ✓ Aguardar algum acontecimento no Palácio Farroupilha
Estudantes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sentar nas escadarias do monumento ✓ Conversar ✓ Comer salgadinhos e tomar refrigerante ✓ Fumar
Skatistas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Andar de skate no entorno do monumento
Vendedores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vender pipocas ✓ Vender bebidas
Pichadores e outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pichar o monumento ✓ Colocar fitas coloridas ✓ Pintar as unhas e a boca das estátuas
Manifestantes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Protestar contra o Governo
Transeuntes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atravessar a praça de um lado ao outro
Policiais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer o patrulhamento

Fonte: edição da autora, 2017.

Os frequentadores que realizam atividades de lazer sentam nos bancos para conversar, namorar e tomar chimarrão; passeiam com cães; levam as crianças para brincar na pracinha; tiram fotos e observam o monumento; os skatistas têm no monumento seu ponto de encontro e utilizam as escadas e o entorno para suas manobras. Adolescentes usam as escadas do monumento como ponto de encontro. Os moradores de rua não se aproximam do monumento.

Algumas pessoas, que denominei como “transeuntes”, usam a praça como lugar de passagem ou como lugar de trânsito. Para estes transeuntes a praça pode ser um “não-lugar” no sentido dado por Marc Augé, que defende a diferença entre um “lugar” e um “não-lugar”, onde o “não-lugar” é aquele que não se define “nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico” (2014, p. 73). No entanto, ainda que o ato de transitar pela praça somente para encurtar o caminho entre um ponto e outro possa caracterizar a praça como um “não-lugar”, o local será sempre um espaço antropológico na medida em que é

um lugar praticado (DE CERTEAU, 2014) e o ato de atravessar a praça em si mesmo é uma das formas de apropriação e de relação com o lugar.

Os frequentadores podem realizar mais de uma das atividades identificadas no Quadro 5. Os skatistas também sentam nas escadarias do monumento para conversar e tomar chimarrão; as crianças que brincam na pracinha também brincam nas escadarias do monumento e sobem nos cães. Os que aguardam seus horários de compromisso nos prédios dos arredores sentam nos bancos. Ou seja, algumas das múltiplas atividades indicadas no Quadro 5 podem perfeitamente ser praticadas por uma pessoa em diferentes momentos do “estar na praça”.

Conversei com Ricardo, 61 anos, vendedor de balas. Ele diz que todo mundo o conhece, mas que ele não conhece todo mundo. Comenta que vendeu balas na praça por muitos anos, mas que agora é proibido vender qualquer coisa no local; que tem um amigo que está tentando uma licença para ele na Prefeitura. Sobre os frequentadores, diz que na praça só tem elite, e também no teatro [referindo-se ao Teatro São Pedro] e que a “ralé” fica na Praça da Alfândega. Pouco depois, remenda o comentário dizendo que na Praça da Matriz também tem povo.

No entanto, mesmo com a proibição de venda de produtos na praça, há dois tipos de produtos que são vendidos: bebidas sem álcool e pipocas.

O Onofre, 62 anos, vende bebidas em um carrinho, mas somente aos finais de semana, pois, conforme disse, “é proibido vender qualquer produto na praça sem autorização e ninguém tem autorização até agora”. Durante a semana ele trabalha como engraxate e disse que conhece “todos esses políticos que vão ai ó” [apontando para o Palácio Piratini e para o Palácio Farroupilha] “pois a maioria deles engraxa os sapatos comigo”. Ele migrou do interior há muitos anos e disse: “Eu venci na vida, vim para Porto Alegre sem nada e hoje estou aqui, trabalhando. A gente não pode voltar para o interior porque dizem que a gente não deu certo. Eu dei certo”. Perguntei sobre o monumento e ele respondeu: “é grande né? Mas não sei quem foi este

tal de Júlio de Castilhos. Só sei que em dias de manifestação eles enchem esse monumento de bandeiras e faixas” (Diário de Campo, 25/10/2016).

Além desses vendedores, que não estavam ali por lazer, há os moradores, para quem a praça é um local de moradia. Nas minhas primeiras idas à praça, em 2015, eles estavam morando no canteiro sul, que fica entre a frente da Catedral Metropolitana e do Palácio Piratini. Este canteiro é delimitado por grades de ferro de mais ou menos 50 cm de altura e ali estavam vivendo “cerca de 10 pessoas em barracas improvisadas, com colchões, lonas, mesas, banco, cadeiras e um sofá-cama”⁷⁴ e, como era domingo, preparavam um churrasco.



Imagem 12. Barraca improvisada

Localizada no canteiro sul da Praça da Matriz

Fonte: Click RBS.⁷⁵
Foto: Adriana Franciosi

Estes moradores fazem uso do patrimônio cultural de forma peculiar. A placa comemorativa ao Marechal Deodoro da Fonseca⁷⁶ não é expressivo como o monumento a Júlio de Castilhos. Fica em local com pouca visibilidade e, naquela oportunidade, estava sendo usado como “suporte para um par de tênis, uma calça *jeans* e duas pequenas caixas de chá”⁷⁷.

⁷⁴ Reportagem publicada no Clickrbs do dia 17/03/2015 , 17h11min. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/grupo-ocupa-canteiro-da-praca-da-matriz-4720375.html>. Acesso em 05.06.2015.

⁷⁵ Disponível em Click RBS <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/grupo-ocupa-canteiro-da-praca-da-matriz-4720375.html>. Acesso em 05.06.2015.

⁷⁶ O nome oficial da Praça da Matriz é Marechal Deodoro da Fonseca.

⁷⁷ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/grupo-ocupa-canteiro-da-praca-da-matriz-4720375.html> . Acesso em 05.06.2014.

Em outra ocasião, dia 9 de março de 2017, decidi fotografar todos os monumentos que estão na praça; a placa que homenageia o Marechal Deodoro estava coberta por um tapete. Perguntei ao morador se eu podia fotografar; ele prontamente tirou o tapete e pediu *desculpa*. Perguntei sobre o monumento e ele respondeu “não sei nada sobre este monumento; também não sei quem foi esse tal de Júlio de Castilhos”.



Imagem 13

Placa em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca sendo usada como suporte para objetos.

Fonte: Click RBS⁷⁸

Foto: Adriana Franciosi

Na sexta-feira, dia 15.06.2016, os moradores foram removidos pela Prefeitura de Porto Alegre. A praça estava patrulhada 24 horas por dia para que “eles não voltem”, conforme disse o guarda municipal com quem conversei. Perguntei para um Policial Militar sobre o policiamento ostensivo e por quanto tempo estariam ali. A principal motivação era a possível volta dos *mendigos*, conforme ele chamou os que moravam na praça. Ele disse:

A praça não foi feita para vagabundos ou mendigos; nossa presença aqui garante que eles não voltarão. Só não sabemos até quando teremos ordem para ficar aqui (Diário de Campo, 15.06.2016).

⁷⁸ Disponível em Click RBS: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/grupo-ocupa-canteiro-da-praca-da-matriz-4720375.html> . Acesso em 05.06.2015.



Imagem 14. Viaturas de Polícia na Praça

As duas viaturas com as luzes ofuscando a visão

Fonte: autora, 16/05/2015

Alguns dias depois, no dia 01.06.2015; não havia mais policiamento e os moradores já estavam retornando à praça com a intenção de ali estabelecer moradia. Também escrevi no diário de campo algumas percepções sobre os policiais:

Tinha três guardas dentro do carro, o dia estava cinzento e frio, e eu fiquei ouvindo as explicações deles e observando como eles se expressavam: fardados, com coletes à prova de balas, boinas, óculos escuros e armados. Moradores de rua são muito perigosos, é preciso um patrulhamento ostensivo de 24 horas por dia, pensei ironicamente.

(...)

Às 18 horas chegou uma viatura da Brigada Militar e estacionou ao lado da viatura da Guarda Municipal. As duas viaturas ficaram ali, uma ao lado da outra, com as luzes ligadas por mais ou menos 40 minutos. As luzes agrediam meus olhos, uma poluição visual desagradável para quem está na praça observando o que ali acontece. Mas a demonstração do poder policial parece não incomodar a mais ninguém, provavelmente pela falsa sensação de segurança que proporciona (Diário de Campo, 16/05/2015).

Outras atividades transgressoras acontecem na praça tendo o monumento como palco: um rapaz usa uma parte da base do monumento

como mesa para preparar um cigarro de maconha; na sequência, o acende e fuma ali mesmo.

Voltei à praça no dia 29 de setembro deste ano de 2017, após retornar do período de estágio doutoral no exterior. Os moradores de rua não estão mais instalados no canteiro. Perguntei ao Onofre sobre eles: “desde que o George morreu eles foram retirados e não retornaram mais”.

O monumento está sendo restaurado – quando viajei, o trabalho ainda não tinha iniciado. Os recursos são do Programa de Aceleração (PAC) e o valor destinado para a restauração é de R\$ 1,1 milhões, conforme as informações que recebi da Arquiteta Briane Bicca, Coordenadora do PAC em Porto Alegre, na entrevista que tivemos no dia 01.11.2016.

No tapume do canteiro de obras há cartazes explicativos sobre a construção do monumento: quem foi Júlio de Castilhos, a influência do positivismo, quem foi Décio Villares, as representações no monumento e as etapas da restauração. Penso que pode ser interessante manter algumas destas informações ao término da restauração, talvez em pedestais próximos de uma das muretas?



Imagem 15

Monumento em restauração

Fonte: Correio do Povo⁷⁹.

⁷⁹ Disponível em:

<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/8/627107/Prefeitura-de-Porto-Alegre-fara-nova-licitacao-para-obras-na-Praca-da-Matriz>. Acesso em 23 de set 2017.

A Arquiteta Briane Bicca comentou que “os tapumes da Praça da Alfândega foram feitos por cartunistas e nunca foram pichados”. Os tapumes que protegem o canteiro de obras da restauração do Monumento a Júlio de Castilhos, até o dia 29.09.2017, também não apresentavam nenhum tipo de intervenção. Neste dia a praça estava tranquila, eram 13 horas, e não havia muita gente. Os restauradores deviam estar no intervalo do almoço, pois não havia ninguém trabalhando no monumento. A praça estava diferente de quando mapeei as formas de uso, as sociabilidades e a fragmentação do lugar antes de viajar para o estágio doutoral. Não havia moradores na praça.

No dia 3 de dezembro de 2017 estive na praça com a intenção de fotografar o monumento, cujas imagens constam neste trabalho com os números 5, 6, 7 e 8. O monumento parece estar pronto, mas o tapume ainda está impedindo a aproximação. Como é comum aos domingos, a praça estava tranquila, com poucos frequentadores: cães, seus donos e crianças nos brinquedos com seus responsáveis. Nesta oportunidade, conversei com uma mulher que disse que costuma frequentar a pracinha com o filho. Ela disse ser moradora dos arredores. Fiz a pergunta: o que tu sabes sobre o monumento? Ela respondeu: “bah, não sei nada”. Perguntei também: o que tu achas dele? “hum... não sei”. Ela ficou visivelmente constrangida por não saber responder às perguntas. Os moradores de rua voltaram à praça e desta vez estão instalados no canteiro sul. Frederico, 34 anos, que acabara de escovar os dentes usando a água da torneira que fica no corredor de entrada sul, disse que desta vez são 12 pessoas morando ali. Que a prefeitura e o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) ainda não se manifestaram para retirá-los dali. Ele fazia parte da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio Grande do Sul (Copevida) e trabalhava limpando a praça, por isto decidiu morar ali. Fiz a ele a mesma pergunta: o que tu sabes sobre o monumento? A resposta foi: “hiiiiiii... agora não sei... de manhã cedo, né?”. Eram 11 horas da manhã e ele também ficou constrangido por não saber nada sobre o monumento.

5.3 ESPAÇO FRAGMENTADO E SOCIABILIDADES NA PRAÇA DA MATRIZ

As práticas de sociabilidade são fenômenos sociais (SIMMEL, 2006) que ocorrem nas praças e se constituem das interações entre os frequentadores. As sociabilidades que ocorrem na Praça da Matriz revelam que ali existe “o antigo e o moderno, o conhecido e a novidade, o tradicional e a vanguarda, a periferia e o centro” habitando simultaneamente o mesmo local, onde se observam “modos e padrões culturais diferenciados” (MAGNANI, 1996, p. 19). Portanto, na praça existem concomitantemente *sociedades* (SIMMEL, 2006) harmônicas e desarmônicas.

Os frequentadores não entram em desarmonia abertamente, não há “brigas” entre eles. Estes conflitos se revelam pela forma de uso dos espaços e pela interação com o monumento. Não há trocas positivas nem trocas negativas de valores entre os grupos, pois uns parecem invisíveis aos outros.

Os skatistas não se misturam com os moradores do canteiro, os que passeiam com seus cães não conversam com os skatistas. Chamei esta forma de *sociação* de “caleidoscópio de comportamentos”, pois indica que os interesses, as finalidades e a forma de estar na praça exercem efeito sobre os outros e recebem o efeito dos outros (SIMMEL, 2006). O comportamento indiferente, típico do modo de vida metropolitano (SIMMEL, 1973) está configurado na praça pela forma territorializada pela qual os frequentadores compartilham o espaço.

Os skatistas ficam sempre no mesmo lugar, andam e fazem manobras em volta do monumento. Sentam na mureta, normalmente no lado oeste pela tarde e no lado leste pela manhã. Mesmo sendo o “grupo de skatistas”, internamente não é um grupo coeso: alguns conversam entre si, outros parecem estranhos ao grupo.

Os moradores da praça não saem muito do canteiro sudeste e do corredor em frente ao canteiro. Eles não perambulam pela praça e não agem

como se ali fosse um lugar de lazer. Para eles, a praça é a casa deles, por isto, além de dormirem nas barracas, cozinham e lavam suas roupas ali mesmo. Também observei que as outras pessoas evitam passar pelo corredor dos moradores para entrar na praça.



Imagem 16. Praça da Matriz, corredor sudeste. Localiza-se paralelo ao canteiro onde estão as barracas dos moradores. As pessoas evitam entrar na praça por este corredor

Fonte: foto da autora. 10/03/2017

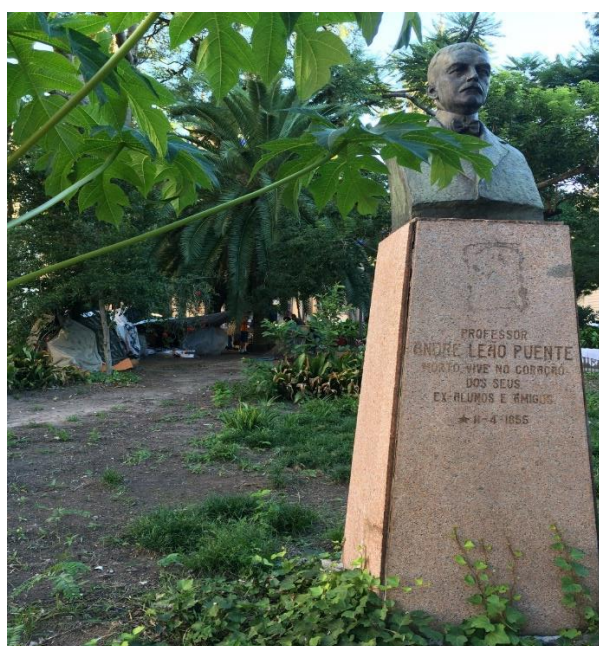


Imagem 17. Busto de André Leão Puente

Ao fundo: barraca dos moradores

Fonte: foto da autora. 12/03/2017

Eu mesma fragmentei o espaço, pois gostava de escolher entre dois bancos para sentar, localizados estrategicamente para minha observação: um, em frente à face sul do monumento; e o outro ficava mais na diagonal do monumento, mas também permitia uma boa visão. Quando “meus dois bancos” estavam ocupados, eu me sentia desconfortável por ter que usar outros espaços – isto foi produtivo, pois nestes dias eu circulava pela praça e fazia fotos de outros ângulos. Ou seja, eu também compartilhava um espaço comum [a praça] ao mesmo tempo em que minha preferência por locais específicos [aqueles dois bancos] fragmentava o espaço e criava, no meu comportamento, uma atitude territorialista.

O grupo dos skatistas e dos moradores da praça não se misturava, pois raramente os vi conversando entre si. Eu mesma sentia um pouco de receio dos moradores, por isto não tinha cogitado a ideia de que um deles pudesse ser meu interlocutor.

O estudo das sociabilidades na praça demonstrou que os interesses para “estar ali” podiam ser conflitantes ou harmônicos. Algumas formas de estar na praça e de interagir com o monumento agrediam algumas pessoas. Os moradores do canteiro eram vistos como pessoas indesejáveis, os pichos e as fitas foram vistos como “sujeira feita por vândalos”, conforme disse o morador do entorno com quem conversei no dia 16.05.2016.

A ocupação “indesejável” do espaço urbano central faz parte da história de Porto Alegre, uma vez que desde o final do século XIX predominava a perspectiva de que eles “deveriam ser retirados do convívio dos cidadãos e ocultos da vista das famílias de bem” (PENSAVENTO, 1995, p. 38). Os moradores da Praça da Matriz e a forma de percebê-los, hoje, segue o padrão de comportamento do final do século XIX, quando os que moravam na rua eram considerados “indivíduos feios, sujos e malvados que a bem da ordem e do progresso urgia que se retirassem do centro da cidade” (PENSAVENTO, 1995, p. 38).

O mapa a seguir mostra a forma de ocupação dos espaços da praça, indicando a fragmentação do uso do local pelos frequentadores, assim

como indica os locais onde estão os monumentos: a Júlio de Castilhos, os bustos de André Puente e Oswaldo Vergara, as placas comemorativas ao Marechal Deodoro da Fonseca, Tiradentes e Correio do Povo. A árvore que foi plantada em 1975 pelo presidente do Rotary Clube não está mais no local, mas a placa de bronze ainda está fixada na pedra.

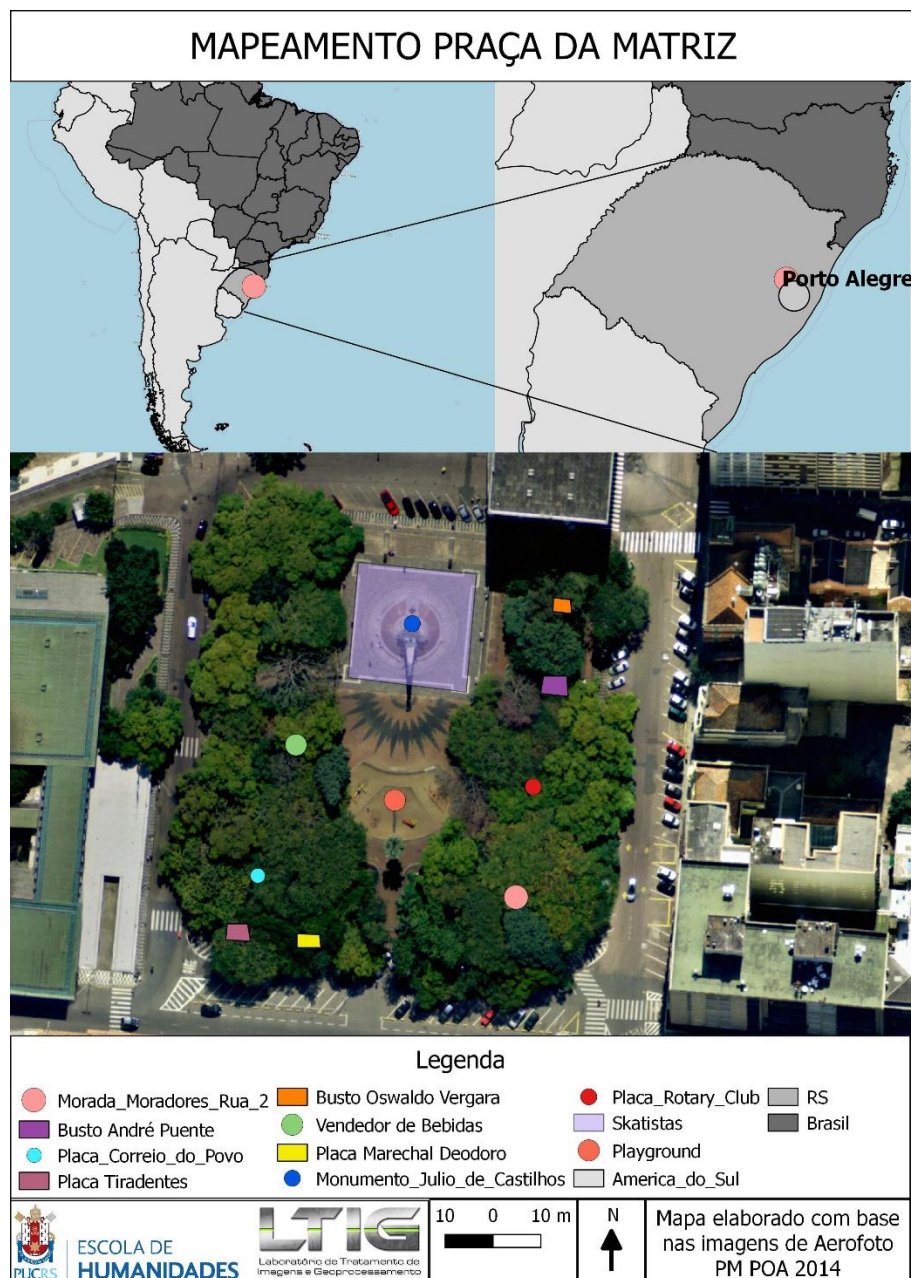


Imagem 18. Mapa da Praça da Matriz com indicação dos usos dos espaços e monumentos.

Fonte: Laboratório de Tratamento de Imagens e Geoprocessamento da PUCRS (LTIG).
 Autor: Felipe Azambuja, acadêmico do Curso de Geografia

5.4 FORMAS DE INTERAÇÃO COM O MONUMENTO

Alguns dos frequentadores da praça indicados no Quadro 5 interagem com o monumento, outros não. Esta interação ocorria através de formas legais ou de formas transgressoras.

São formas transgressoras de interação com o monumento as ações cuja intervenção modifica a aparência [materialidade] de modo duradouro ou efêmero, mas sem autorização da administração pública. O termo “transgressoras” pode indicar uma visão preconceituosa destas ações. Porém, não tenho a intenção de fazer nenhum juízo de valor sobre estas modalidades de interação, ainda que possa ter minha própria opinião sobre elas. Estou considerando estas formas transgressoras como fatos comuns, praticados em espaços públicos [locais onde há regulamentação sobre a forma de uso do espaço definida por leis e códigos morais], uma vez que “onde existem regras, existem transgressões” (COHEN, 1968, p.11).

A forma legal e autorizada se caracteriza pelo uso do monumento sem que a intervenção cause alterações definitivas na aparência [materialidade] do monumento. As formas transgressoras marcam o monumento temporária ou duradouramente, como no caso dos pichos e das palavras de ordem política: “Sartori depredador do Patrimônio Público” e “em breve guerra civil”. Estas intervenções só podem ser retiradas através de medidas ligadas à conservação, preventiva ou restauradora. Algumas intervenções transgressoras deixam marcas efêmeras, tais como as fitas coloridas.

Quadro 6 – Formas de interação com o monumento

Forma autorizada de uso do monumento	Forma transgressora de uso do monumento
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sentar nas escadarias ✓ Tomar chimarrão sentado nas escadarias ✓ Andar de skate no entorno ✓ Fazer protesto político ✓ Colocar bandeiras ✓ Colocar faixas ✓ Apreciar como obra de arte ✓ Fotografar ✓ Filmar 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pichações ✓ Escrever frases com sentido de protesto político ✓ Colocação de fitas coloridas nas estátuas do monumento ✓ Pintura nas unhas e na boca das estatuas do Velho e do Jovem ✓ Uso da parte de baixo da face norte como mesa para fazer um cigarro de maconha

Fonte: edição da autora, 2017.

Os frequentadores que interagem de forma legal usam o monumento com *animus* efêmero, isto é, por períodos de tempo que podem ser mais ou menos longos, e não causam alterações duradouras na materialidade: sentar nas escadarias, andar de skate no entorno, subir nas estátuas, sentar nos cães e no dragão, fotografar ou filmar, fazer protesto político.

Depois de um ano ausente, volto à praça em uma quinta-feira quente de abril de 2016. Sento em frente ao monumento e observo os skatistas, alguns fazendo manobras, outros sentados na mureta fumando e conversando. Um guri sobe na estátua da face oeste: teria subido na estátua para realizar um *parkour*⁸⁰? Outros jovens estão sentados nas escadas do monumento, conversando.

Belo, skatista com 20 anos, pratica o esporte há 9 anos. Prefere andar de skate nesta praça porque “o piso é liso, melhor do que o do Parque Marinha do Brasil que tem a pista de brita”. Sobre o monumento ele disse: “Hã,

⁸⁰ Correr, suspender-se, saltar, dependurar, rastejar... O *parkour* é uma atividade que desenvolve essas habilidades e devolve ao praticante a capacidade de através de seus usos, movimentar-se livremente no ambiente em que se encontra. A ideia é traçar um percurso ou objetivo e, por meios próprios, alcançá-lo independentemente dos obstáculos que surgirem no caminho. Durante esse deslocamento o praticante aprende a fazer uso de artifícios que vão desde a exploração da sua condição física ao discernimento de quais métodos de transposição oferecem menor risco ou maior eficiência durante esse trajeto. (...) A prática recebeu esse nome em 1998 quando David Belle, juntamente com os praticantes de vanguarda, trouxeram para as ruas francesas uma adaptação para o meio urbano das técnicas de salvamento e resgate utilizadas em treinos militares. Disponível em abpk: <http://www.abpk.org.br/entendendo-o-parkour/>. Acesso em 02/06/2016.

é, tá ai né? não penso nada, nem sequer me lembro que tá ai”. Para ele, em que pese o monumento pudesse ser considerado uma barreira para andar de skate, é invisível.



Imagem 19

Jovem sentado sobre a estátua do *Jovem*, na face oeste do monumento.

Fonte: foto da autora, 07/04/2016.



Imagem 20. Skatistas e estudantes na praça.

Skatistas andando ao redor do monumento. Estudantes sentados na base do monumento.

Fonte: foto da autora, 07/04/2016.

No dia 07.04.2016 a dinâmica da praça me mostra uma criança brincando na pracinha, um casal namorando em um banco, a concentração de um grupo de índios e de religiosos de matriz africana em frente do Palácio Farroupilha. Para estes frequentadores o monumento parece ser invisível. Alguns religiosos atravessam a praça e, ao passar pelo monumento, nem

sequer param para olhá-lo. Mais ou menos às 18h30min chegam os cães e seus donos. Uma mulher joga um graveto longe, o cão busca e traz para ela. Um rapaz brinca com seu labrador preto, joga a bolinha e ele traz. Nenhum desses frequentadores interage com o monumento. Estes frequentadores parecem não ver o monumento. Sendo um monumento *grandiloquente* (DOBERSTEIN, 1992) e ocupando um espaço de destaque na praça, este não ver se refere àquelas situações em que nós convivemos com determinadas coisas que se tornam tão comuns que não as vemos mais pelo “hábito que corrói a percepção” (MUSIL, 2006, p. 23).

Outros frequentadores foram identificados através das marcas deixadas no monumento. Uma das intervenções transgressoras foram as fitas de papel crepom coloridas, laranja e cor-de-rosa, que foram colocadas nas estátuas da face sul e oeste. Os pichos⁸¹ e as pinturas cor-de-rosa nas unhas e nas bocas, do “Velho” e do “Jovem”, se caracterizaram por marcas duradouras na materialidade.



Imagem 21
Fitas coloridas nas cores laranja e roxa, colocadas na estátua da face sul e oeste do monumento. Pichos na base de pedra e também na base do monumento.

Fonte: foto da autora.
16/05/2015.

⁸¹ A pichação de monumento ou coisa tombada é conduta tipificada, conforme o § 1º do artigo 61 da Lei 9.605/1998, com pena prevista de seis meses a um ano de detenção e multa.

O morador que está organizando uma “Associação dos moradores do entrono da Praça da Matriz”, informou-me que “as marcas de pichação são antigas, feitas na década de 1990, e estão ali porque ninguém limpa”. Observo que há pichos uns por cima dos outros, em desrespeito ao “código dos pichadores” de não pichar em cima do picho dos outros, uma vez que “ter sua pichação atropelada é uma grande ofensa” (PEREIRA, 2007, p. 240).

As intervenções transgressoras materializadas pelos pichos no monumento se fazem presentes em camadas sobrepostas, tais como palimpsesto. Se “a cidade se apresenta como um palimpsesto, como um enigma a ser decifrado” (PESAVENTO, 2004, p. 26), os pichos no monumento também são enigmas, em que os mais superficiais não apagam os precedentes, deixando visível que há uma marca que se oculta sobre a outra, mas que deixa traços (PESAVENTO, 2004).

As intervenções materializadas pelas fitas coloridas foram realizadas em uma noite, pois o morador com quem conversei disse que “*o monumento amanheceu com as fitas, colocadas ali por vândalos que ficam sujando a praça*”. Porém, as intervenções feitas através das fitas coloridas revelam uma diferente e intrigante forma de interação com o monumento. Escrevi no Diário de Campo:

O que os frequentadores transgressores pretendiam dizer com as fitas? Que tipo de comunicação estava sendo travada com os outros frequentadores e como eles perceberam esta intervenção? O morador não gostou das fitas e disse que são vândalos que ficam sujando a praça. Nenhum dos dois, morador e brigadiano, sabiam o porquê das fitas terem sido colocadas ali ou sequer sabiam quem tinha feito a intervenção. Fitas de papel crepom duram quanto tempo? No que exatamente elas agrediram, danificaram ou estragaram o monumento? Uma transgressão saudável e simbólica, pois fitas coloridas são usadas com diversos significados. Gostaria de saber os motivos da escolha das cores rosa e laranja e porque foram colocadas nas estátuas do cavaleiro e na cabeça do velho (Diário de Campo, 16/05/2015).

Outras formas de interação com o monumento são a colocação de bandeiras, o uso como patamar para preparar cigarro de maconha, subir nas

estátuas, colocar fitas coloridas, colar etiquetas, pintar as unhas e a boca das estátuas. Algumas dessas ações deixam marcas por vezes duradouras, por vezes efêmeras.



Imagem 22
As unhas do *Velho* pintadas de cor-de-rosa.
Fonte: foto da autora em 05/10/2017.

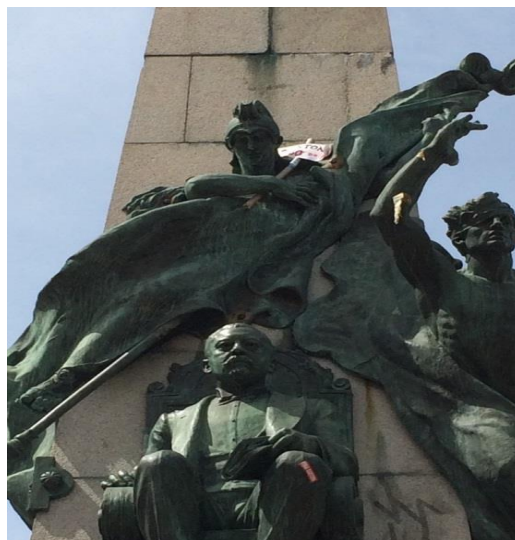


Imagem 23
Adesivo no joelho de Júlio de Castilhos e uma bandeira na estátua Coragem
Fonte: foto da autora em 22/10/2016.

O monumento, esta “entidade não social responsável pela formação do mundo social” (LATOUR, 2012, p. 334) apresenta marcas que passam a fazer parte da rede de interações (LATOUR, 2012), compondo a rede e causando na rede um resultado. Esse resultado [as marcas] não são simples dados de campo, pois uma vez deixados pelos atores no curso de suas ações, marcam o monumento de forma que sua presença se configura como “forma participante no ato de tecer a própria rede” (SEGATA, 2012).

Neste sentido, o monumento está na origem da atividade social [interações] e, por isto, não pode ser entendido com um simples objeto. Ainda que não sejam mais realizadas atividades cívicas, rituais ou comemorações que visem manter viva a memória de Júlio de Castilhos, o monumento não é estático e sem movimento. Torna-se dinâmico na medida em que os frequentadores da praça interagem e realizam suas intervenções, ainda que não estejam vinculadas às funções originais.



Imagem 24. Palavras de ordem e pichos

Expressões de ordem política: em breve guerra civil. Picho *Gotta* e pichos cor-de-rosa e amarelos.

Fonte: foto da autora em 05/01/2017



Imagem 25

Frase de cunho político: Sartori depredador do patrimônio público.

Fonte: foto da autora.
04/02/2017

Por outro lado, há os que interagem com o monumento sem deixar marcas: olham, contemplam ou fotografam indicando o valor de arte e interações de ordem não interventiva na materialidade.

Rita, 28 anos, faz parte do “Movimento Nacional de Luta pela Moradia Digna” e às vezes aparecia na praça com o filho de quase 3 anos. Naquele dia, ela tinha uma reunião com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, pois fora a escolhida para representar o grupo. Ela me disse, sorrindo: “não sei quem foi esse Júlio de Castilhos, nem me dou conta que tem este monumento ai, e nem sabia que era para homenagear alguém”.



Imagem 26. Índios e religiosos na praça.

Grupo de índios e de religiosos aguarda em frente ao Palácio Farroupilha.

Fonte: foto da autora, 07/04/2016.

Conversei informalmente com várias pessoas e pedia simplesmente que me falassem sobre o monumento, privilegiando as entrevistas abertas por permitirem maior liberdade aos interlocutores. As respostas mais comuns eram: “não penso nada”; “não sei nada sobre o monumento”; “nem vejo que está ali”; “sei que é uma homenagem ao Júlio de Castilhos, mas não sei quem ele foi”. Isso me fez pensar no “tempo lacunar” (ROCHA; ECKERT, 2009, p. 111) que reconhece a matéria sutil das durações da vida humana e também dos monumentos. A lacuna que existe entre o tempo da construção do monumento e a atualidade demonstra um tempo lacunar, em que a memória se caracteriza por uma não-memória.

No dia 13 de janeiro de 2017 conversei com dois turistas de Santa Cruz do Sul. Fiz a mesma pergunta: o que vocês sabem sobre este monumento? Responderam que não sabiam nada, que visitavam a Praça da Matriz porque está no site da prefeitura de Porto Alegre como lugar histórico. Acharam o monumento “grande, bonito e as estátuas são bem-feitas”, mas não sabiam quem era Júlio de Castilhos.

Uma única pessoa respondeu: “É um monumento para homenagear Júlio de Castilhos, um importante político republicano do Rio Grande do Sul que morreu no início do século XX” foi a Anabela. Anabela tem 81 anos, é funcionária pública aposentada e moradora dos arredores da praça. Ela foi a única pessoa, durante todo o tempo da pesquisa, que sabia quem havia sido

Júlio de Castilhos. Infelizmente só encontrei Anabela uma única vez, no dia 8 de janeiro de 2017. Desejei encontrá-la outras vezes para formalizarmos as entrevistas, mas nunca mais a vi.

A alta rotatividade de pessoas dificultava o estreitamento de vínculos com os frequentadores. Esta foi a característica mais marcante deste campo durante toda a pesquisa, fazendo com que “o ritual de entrada no campo se repetisse a cada dia” (CORADINI, 1992, p. 44).

5.5 LÁPIS-DE-COR DA MARCA FABER CASTELL. SÃO OS MELHORES E NÃO QUEBRAM QUANDO CAEM NO CHÃO

Naquele dia nublado, 11.03.2017, chego na praça às 11h10min. Observo a dinâmica da praça sentada em um dos “meus bancos” e depois caminho em direção aos moradores que lavam roupas e acendem o fogo para fazer comida.

Esta foi a primeira vez que falei com o George. Pergunto o que significa a faixa com o escrito “movimento dos moradores de rua”. Ele começa a explicação e mostra o jornal *Boca de Rua*, uma publicação feita com a colaboração dos moradores de rua de Porto Alegre. Na edição número 62 há um desenho dele. Ele mostra o trabalho, com orgulho, e, diante do meu interesse, busca outros trabalhos que estão na barraca.

Os desenhos e as histórias em quadrinhos são interessantes. Retratam vários momentos da vida dele: alguns de diversão, outros de indignação com a situação vivida, outros questionando a situação. Sua arte revela que ele entende muito bem o seu lugar no mundo: o trabalho como pedreiro, frustrante e mal remunerado; a relação com uma professora em sala de aula, exigindo algo que ele não entendia; a solução encontrada no *baseado* para aliviar uma tensão provocada pela vida difícil.

Pergunto o que ele sabe sobre o monumento: “não sei nada, nem vejo que está ali”. Explico meu interesse no monumento e que sou pesquisadora.

No dia seguinte nos encontramos novamente, ele chega, diz *oi* e senta no banco ao meu lado. Eu já tinha tido a ideia de fazer um ou dois desenhos que retratassem momentos do cotidiano do monumento. Imaginei que seria uma forma de aproximar a arte deste mundo tão regrado que é a academia. Só que não sei desenhar, por isto a ideia estava hibernada. Depois que vi os desenhos dele a ideia voltou melhor e diferente. Ele poderia fazer uma história em quadrinhos sobre o monumento. Poderia criar uma história retratando o cotidiano e as interações com o monumento, de forma que o foco fosse o monumento como ator principal. Tudo com aquela dose de humor que eu vi nos trabalhos dele.

Ele gosta do desafio e pede material para desenhar: lápis preto de desenho, “lápis-de-cor da [marca] *Faber Castell*, pois são os melhores e não quebram quando caem no chão. E pode apontar que não quebram também. E preciso de papel de desenho”.

Disse mais uma vez que não sabe nada sobre o monumento e que para fazer o trabalho seria bom se eu ensinasse alguma coisa, pois só assim poderia “criar uma história”. Além disso, queria “uma fotografia do monumento, pois fica mais fácil para desenhar, mas eu não tenho um celular para tirar a foto. Deixei para carregar no gato e alguém levou”. Pergunto: “queres coisa melhor do que ter o monumento aos teus pés para desenhá-lo? Nada melhor do que o próprio monumento para inspirar o teu trabalho. Além disso, eu não tenho um celular para te dar”. Entendo que ele quer que eu providencie um celular de presente e acho importante dizer logo que não tenho um para disponibilizar.

5.5.1. Primeiro tenho que passar o balde

Minha entrada no campo, no sentido etnográfico dado por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), aconteceu no nosso terceiro encontro quando George, ao responder sobre a permissão para usar nossas conversas na pesquisa, disse “primeiro tenho que passar o balde”. A expressão “passar o balde” significa que George queria ler a redação das nossas conversas para depois dizer se aprovava ou não o texto. Considero este o momento em que a relação etnográfica se formalizou, pois foi quando recebi a permissão de usar nossas conversas na pesquisa.

No entanto, acredito que a nossa relação etnográfica se iniciou muito antes deste momento, pois não considero que antes de o “balde” aparecer como um limitador para o meu texto tenhamos tido um confronto entre mundos diferentes. Segundo Cardoso de Oliveira (2000), antes do encontro etnográfico o que existe é um confronto entre mundos, de forma que somente após este encontro inicia-se a interação entre o pesquisador e o pesquisado. Não considero ter existido um confronto entre nós dois, fruto da “diferença entre ‘idiomas culturais’, a saber, entre o mundo do pesquisador e o do nativo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Existe um abismo entre nossos mundos? Sim. Ele era um morador de rua instalado no canteiro da praça e eu moro na Zona Sul de Porto Alegre, a 10 km da praça. Este abismo poderia ser um confronto entre os nossos mundos? Até poderia, mas não foi. No meu entendimento, confronto no sentido dado por Cardoso de Oliveira significa embate ou tensão entre diferentes valores. Tivemos alguns conflitos, mas não pelo fato de vivermos em mundos diferentes. Ficou claro para mim que ele tinha simpatia por um mundo diferente do que vivia, pois queria “deixar esta vida e melhorar, ter um filho, casa, carro, uma empresa [não sabia que tipo], estudar jornalismo”.

No entanto, o “balde” apresenta uma questão ética na etnografia. Qual é o limite para o texto? Quem diz o que deve ou não ser escrito? O critério de escolha e de “filtro” deve ser dado pelo pesquisador ou pelo interlocutor? Ou pelos dois em conjunto?

A limitação da expressão do pesquisador pelo interlocutor pode ser um problema, pois algumas peculiaridades importantes, resultado da percepção do pesquisador, podem ficar “fora do texto” por solicitação do interlocutor. Além disto, o George me pediu que não gravasse nossas conversas. Conforme Vagner Silva, eu tive que absorver os significados com os recursos disponíveis, minha sensibilidade e as anotações do caderno de campo, sem olvidar da objetividade necessária para que “a experiência fosse colocada sob padrões [acadêmicos] que em geral deixam de lado importantes dimensões destes significados” (2006, p. 121).

Mas por que ele queria “passar o balde”? Conversávamos sobre muitas coisas, não somente sobre o monumento. Ele falou sobre momentos da vida que levou antes de morar na praça. Sem que eu perguntasse, revelou coisas não muito regradas, digamos. Talvez ele tivesse medo que eu escrevesse sobre este passado não muito “comportado” que ele teve antes de morar na praça.

5.5.2. Sou um morador de rua, não tenho nada para te oferecer

A realidade do George era muito diferente da minha, e senti alguma dificuldade no convívio, mas não pelo fato de ele ser um morador de rua. O conflito aconteceu quando ele se mostrou interessado em ter uma relação amorosa comigo.

A praça é um local público e frequentado por uma variedade de pessoas com diferentes interesses para estarem ali. Eu era mais uma das frequentadoras da praça, ainda que minha presença não tivesse relação com nenhum dos motivos que identifiquei pelas ações dos frequentadores durante a pesquisa.

No entanto, frequentar a praça sozinha e dar atenção a um morador de rua que se autodefiniu como *carente* pode ter sido um dos fatores que o fez criar algumas fantasias. Não escrevi o Diário de Campo em duas partes, uma dedicada à escrita de dados mais descritivos e outra para os registros das percepções mais subjetivas, como sugere Tornquist (2006). Mas registrei meu

constrangimento quando precisei explicar que nossa relação não era e não seria amorosa:

(...) ele vira o rosto para o lado, evitando meu olhar, e diz: “isto é o suficiente”. O que é o suficiente, pergunto. “Suficiente é isto, tu não queres ter uma relação amorosa comigo, eu sou um morador de rua, não tenho nada para te oferecer”. Tentei esclarecer que não era esta a razão, mas ele começa a falar muito e muito rápido, coisas desconexas e que eu não consigo entender. Pergunto se isto muda algo na nossa relação. Ele responde que não, que não muda nada. Mas não tenho certeza, o tempo vai dizer.

Um dos outros moradores assobiam, chamando o George. Ele vai até lá, encerrando este assunto (Diário de Campo, 13.03.2017).

A pluralidade de sentidos que o papel da etnógrafa pode gerar está documentada no livro *Entre saias justas e jogos de cintura* (2006), sendo que

Uma das perguntas que esses textos [do livro] nos ensinam a fazer, de diferentes formas, é sobre se e como esses papéis estão relacionados aos corpos de etnógrafas sexualmente marcados como mulheres e também indica como a coleta de dados e a própria construção da Antropologia “passam” pela presença da antropóloga em campo (BONETTI; FLEISCHER, 2006, p. 23).

Minha presença no campo sugeriu ao George algo mais do que minha percepção compreendeu até aquele dia. Assim que percebi o problema perguntei o que ele estava pensando e conversamos sobre o assunto. Daniela Cordovil está certa quando afirma que “aprender antropologia é uma espécie de namoro onde você se aproxima devagar, vai fazendo a corte, a pessoa amada se revela aos poucos” (2006, p.189). Esse jogo estava presente, um jogo que está presente em qualquer relacionamento que se inicia, independentemente de ser amoroso, de amizade ou etnográfico. Mostrar-se ao outro e perceber o outro significa que haverá interpretação do que se mostra e do que se percebe, e nem sempre há harmonia nesta interpretação. Um dos dois pode se confundir, criar fantasias e, nestes casos, a decepção é inevitável. George ficou visivelmente decepcionado e mostrou sua decepção quando não conseguiu mais olhar para mim e começou a falar muitas coisas desconexas e incompreensíveis.

O fato de George se achar um *carente* e receber uma atenção especial certamente foi o causador do desequilíbrio na nossa relação pesquisadora-interlocutor. Este jogo antropológico pressupõe que se conceda uma atenção especial aos interlocutores, situação inerente ao pesquisador que precisa perguntar, ouvir, conviver, dar atenção e se relacionar com o interlocutor.

Por isto sempre existirão as *saías justas* no campo, assim como na vida, e o principal é saber como lidar com elas. A melhor forma é conversar abertamente com o interlocutor na primeira oportunidade em que se sente a *saía apertada*. Ter a mente e o coração abertos para o outro através de um diálogo franco, mostrando que não há fundamento para as fantasias, e conversando com naturalidade e respeito ainda é a melhor forma, mesmo que possa ser a mais delicada.

Foi assim que lidei com a minha *saía justa*. O desequilíbrio entre nossos interesses não impediu que seguissemos conversando sobre o monumento e sobre o trabalho que ele aceitou fazer.

5.5.3. *Nem sei o que é, nem vejo que está ali*

No dia 15 de março cheguei à praça por volta das 16h30min e encontrei o George de banho tomado e perfumando. Perguntei onde ele tomava banho: “ali no banheiro perto do teatro, é um banheiro público”. Perguntei onde ele ia: “tenho aula às 18h45min, voltei a estudar; preciso melhorar de vida”.

Sentamos em um dos bancos perto da pracinha. E lembrei o que ele me disse sobre o monumento: “não sei o que é, nem vejo que está ali”. George não tinha nenhuma memória sobre o monumento, pois era um objeto que não tinha sido gravado, não tinha sido aprendido (IZQUIERDO, 2014). Por isto não havia memória sobre ele. De que forma, então, ele interagia com o monumento? Sua interação se caracterizava pelo “hábito que corrói a percepção” (MUSIL, 2006, p.23), pois apesar de todo aquele tamanho e de o monumento estar no meio da casa dele, George não via que estava ali. Ou seja, era uma interação sem interação.

Pensei comigo: “esta é uma memória virgem ... vou acabar plantando ideias na mente dele”. Minha percepção do monumento era decorrente de uma memória artificial e do tempo linear, o que acabaria por criar nele o mesmo tipo de memória e de percepção de tempo sobre o monumento. Isto significava alterar aquela memória virgem. Por outro lado, nossa interação com o monumento se tornou um rito, ainda que efêmero. Meu objetivo era ver o nascimento da relação dele com o monumento e incluir seus desenhos na tese.

Perguntei se ele conhecia alguém que tivesse pichado ou pessoas que tivessem feito alguma intervenção no monumento. O diálogo foi assim:

Eu - Tu conheces alguém que tenha pichado o monumento?
George - ‘Hum sim, conheço. Quer dizer... não. Eu gosto de grafite, não de picho. Ahahah Mas eu conheço esse *Gotta*’.
Eu - Sabe por que picham o monumento, mas não a Igreja, por exemplo? Por causa de Deus?
George - ‘Por respeito e por serem espertos, pois sabem que ali não é lugar para pichar e eles não querem ser presos’.
Eu - Como tu mora aqui, tu deves saber em qual horário as pessoas fazem estas intervenções no monumento...
George - ‘Sim, de noite né? Melhor hora, bem tarde da noite, porque não tem ninguém na praça, nem guarda nem ninguém’.
Eu - Sabe quem pintou as unhas do Velho e a boca do soldado?
George - ‘Ah, foi uma guria. Um dia ela estava muito louca aqui, tinha 18 anos. Ela tava surtando e um guarda tentou ajudar. Ela se agarrou nele e eles vieram e levaram ela embora. Ela estava louqueando demais aqui na praça’ (Diário de Campo, 18/03/2017).

Tive a impressão que ele quase me disse ser ele o *Gotta*, mas não quis se revelar naquela hora. Que surpresa! O monumento tinha vida para ele sim! Falou sobre as intervenções e disse que eram “feitas tarde da noite, quando a praça está vazia”. Ainda que ele não conhecesse nada da história do monumento e que tenha dito “nem vejo que ele está ali”, ele interagiu com a materialidade através das intervenções que assisti e pelas relações que tinha com os interventores. O monumento estava vivo para ele, não pela memória viva, pois esta não existe tanto para ele quanto não existe para muitas pessoas que frequentam a praça.

As intervenções no monumento mostram que a análise das práticas culturais não pode prescindir dos dois níveis indicados por Michel De Certeau (2014) na produção do cotidiano. As estratégias – produção racionalizada e imposta pelo discurso dominante, fundamento da construção do monumento no início do século XX – não afastam a produção de outras formas de uso e de apropriação do monumento decorrente das táticas.

As táticas – práticas diversas das propostas pelo discurso oficial – utilizam, manipulam e alteram o monumento através dos pichos, fitas, pintura nas unhas, frases de cunho político, colocação de bandeiras, faixas, etc.. Essas práticas demonstram que as duas dimensões das artes de fazer estão presentes no cotidiano e caracterizam o monumento como um ator que faz diferença na rede e, por isto, é um actante não-humano (LATOIR, 2012).

Sentamos na mureta de frente para a estátua do “Jovem”. George pergunta quem era Júlio de Castilhos e as razões da homenagem. Ele se mostra muito curioso e pergunta o significado da palavra “república”, e “o que é esse negócio que ele tem na mão”, se referindo ao jornal *A Federação*. Em um momento diz: “bah, nunca tinha reparado como esse cara é musculoso”, se referindo à estátua do Jovem. Ele ri muito e diz que queria ter músculos como os dele. George se mostra muito curioso em relação ao monumento, não somente sobre quem tinha sido Júlio de Castilhos, mas também sobre as outras estátuas e sobre como o monumento tinha sido construído: “*as estátuas são ocas? Que datas são estas: 1789 e 1889? Quando começou o Brasil?*”

Mudamos de lugar e ele senta em um dos cães. Fica especialmente curioso quando conto que na fundação há uma caixa com exemplares dos jornais da época e moedas, conforme li no *A Federação* da edição do dia anterior à inauguração. Ele anota tudo em um caderno. Pede que eu tire uma foto como “se ele fizesse parte do monumento”.



Imagem 27. *Como se eu fizesse parte*
Fonte: foto da autora em 16/03/2017

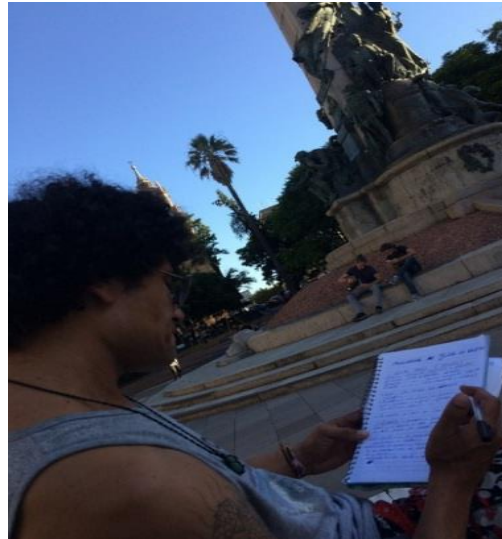


Imagem 28. George anotando tudo no caderno.
Fonte: foto da autora em 16/03/2017.

5.5.4 Por que tu escreve tanto?

Fazia muito calor em Porto Alegre. Chego à praça às 16h30min. Sento em um dos bancos sem ver o George. Ele chega, senta ao meu lado e pergunta:

George - Por que tu escreves tanto? Sempre te vejo escrevendo, escrevendo...

Eu - Eu escrevo porque este é o meu trabalho. Venho aqui observar tudo o que acontece na praça, com especial atenção ao monumento. Preciso registrar tudo isto nesta caderneta. A praça é tua casa, tu moras aqui, mas para mim a praça é meu local de trabalho (Diário de Campo, 17/03/2017).

Ele estava com o caderno onde anotava tudo e fomos até o monumento. George segue fazendo perguntas e anotando tudo. O monumento se tornou um elo entre nós e, a partir dos assuntos relativos à história do monumento, outros assuntos eram conversados, como se o monumento concedesse a nós *hyperlinks* para diferentes tópicos. Falávamos sobre arte, saúde, política, vida profissional, crime.

Neste dia, peço para ver as anotações do caderno da escola – ele usava as últimas folhas do caderno de aula para anotar os detalhes sobre o monumento. Estava estudando português, matemática, história, geografia. Pergunto qual delas ele gostava mais. Responde gostar mais de história.

Olhando aquelas matérias e a formato das aulas me perguntei até quando ele aguentaria as aulas expositivas, pois, acredito que esse tipo de aula para uma pessoa com aquele estilo de vida podia não funcionar, ainda que estudar significasse “aprender coisas, conhecer gente diferente e poder ter um futuro melhor, apesar de não entender muito bem algumas matérias”, segundo suas próprias palavras.

Pergunto a ele se achava que havia grupos separados na praça, se os skatistas e eles, moradores da praça, eram grupos separados: “não tem grupos separados, apenas a gente respeita os espaços uns dos outros”. Isto confirmou minha observação do espaço fragmentado, pois percebi que não havia sociabilidades entre os moradores e os skatistas. Naquele momento, a presença do George comigo na área dos skatistas parece não muito bem-vinda ou, talvez, somente muito estranha, difícil julgar aqueles olhares.

5.5.5 *Estou te esperando desde às 4 horas*

Dia 19 de março, um domingo. No dia anterior, quando me perguntou se eu viria no dia seguinte, disse que provavelmente sim, talvez pelas 16 horas. Cheguei às 17 horas. Aquela era a segunda vez que ele “me esperava” sem que eu tivesse marcado um horário exato. Eu sempre preferia marcar um horário por “volta das” e sempre dizia que se chovesse eu não iria à praça.

Naquele dia George estava um pouco agitado. Falava rápido e misturava assuntos. Disse que estava indo jogar futebol, mas que como eu cheguei, ele não iria mais. Digo que é importante que mantenha a rotina, independentemente da minha presença na praça. Convida-me para ir até a Usina do Gasômetro e recuso o convite; faz novo convite, desta vez para uma roda de música. Recuso o convite novamente, explicando que estou ali para trabalhar.

Ele fica chateado, muito contrariado. Levanta, me pede um abraço. Olha-me e diz: “tu estás com medo de mim”, começa a caminhar em direção à

Rua Duque de Caxias, falando coisas que não compreendo, algo como “eu não sou alguém legal, eu isto, eu aquilo”. Parece que tenta entender e me explicar porque eu não tinha interesse em acompanhá-lo. Esta conversa me mostrou que o meu receio tinha fundamento: ele esperava mais do que uma relação etnográfica e mais do que uma relação de amizade. Para ele eu não era somente a pesquisadora interessada no monumento.

Este foi o nosso último encontro.

5.5.6. Morte: um *veículo de destruição covarde, traiçoeira e má*⁸².

Assim como os correligionários de Júlio de Castilhos sentiram a morte do político, eu senti a morte do George. Ele foi morto no dia 21 de março em frente ao canteiro onde morava. Eu não estava lá e soube do acontecimento no outro dia de manhã, quando li o jornal.

George e eu não tivemos um longo período juntos, foram sete encontros. Assim como Fernando César de Araújo (2010) sentiu-se quando perdeu seu informante e amigo, a morte do George causou-me uma profunda tristeza. A morte é sempre algo sofrido e misterioso. Neste caso foi sofrido, misterioso e trágico.

No entanto, mesmo que ele tenha afirmado “não sei nada e que nem vejo que está ali”, havia algum tipo de interação com o monumento. Se não pelas próprias ações, uma vez que não revelou nada sobre isto, pelo menos por acompanhar e observar a ação dos outros. Ao contar sobre a “guria que pintou as unhas do Velho” e afirmar que conhecia o *Gotta*, mostrou que o monumento tinha existência para ele e que a frase “nem vejo que está ali” não correspondia ao que vivia no cotidiano. Talvez ele não tivesse consciência do quanto o monumento no “quintal de casa” estava presente na vida dele.

Além disso, conhecer a história do monumento certamente teria mudado sua forma de ver, sentir e de se relacionar com o monumento. Ele, talvez sem saber, estava produzindo novos olhares, novas percepções e uma nova forma de se relacionar com o monumento. Neste aspecto, tenho certeza

⁸² Anais da Assembleia Legislativa, Livro de setembro de 1901 a dezembro de 1903, p. 32.

que os desenhos e histórias que ele estava criando teriam colaborado muito para esta narrativa. Através da sua arte poderiam ter sido reveladas novas percepções e interações, abrindo outras oportunidades de compreensão para os processos de interação com o monumento.

5.6 MONUMENTO E PRAÇA: PALCO PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

A Praça Marechal Deodoro da Fonseca, comumente chamada de Praça da Matriz, tem sido palco para inúmeras manifestações ao longo do tempo, principalmente manifestações de ordem política. Segundo Sérgio da Costa Franco, as principais manifestações foram “*o pronunciamento militar dos Mena Barreto em 19/06/1823 em solidariedade ao D. Pedro I, a deposição de Júlio de Castilhos em 11/11/1891 e seu retorno ao poder em 17/6/1892, a campanha da Legalidade Constitucional em agosto de 1961*” (2006, p. 133). A partir da década de 1970, as manifestações do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) tiveram destaque no cenário político do Rio Grande do Sul. A primeira foi em 1979, e a mais longa em 1991, com duração de 74 dias⁸³. Outro episódio marcante, que ficou conhecido como “o conflito da Praça da Matriz”, ocorreu entre o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Brigada Militar que entraram em combate e o resultado foi a morte de um Cabo e o ferimento de dois colonos. O conflito aconteceu no dia 8 de agosto de 1990, quando 400 colonos acamparam na Praça da Matriz para um protesto agrário. Segundo Débora Ferrer (2003) o local

tornou-se cenário de uma verdadeira batalha campal entre os sem-terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e soldados da Brigada Militar (nome da PM gaúcha). A cidade de Porto Alegre levou um susto. O conflito espalhou-se até a Rua Jerônimo Coelho e chegou ao cruzamento da Rua da Praia com a Borges de Medeiros, a chamada “Esquina Democrática”. Houve um tumulto. Um ou dois colonos (como são chamados os “sem-terra” neste estado) saíram feridos à

⁸³ Disponível em Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul <http://cpers.com.br/category/publicacoes/>, acesso em 11/10/2017. No entanto, a mais longa greve durou 94 dias e terminou no dia 8 de dezembro de 2017, conforme reportagem do jornal Correio de Povo edição de 9 de dezembro de 2017.

bala na perna, a colona Elenir Nunes levou um tiro no abdômen e o policial Valdeci de Abreu Lopes levou um corte no pescoço e morreu. Ao todo, onze colonos foram indiciados e, dois anos depois, condenados pelo 'golpe de foice que degolou' o policial, entre eles, a colona ferida à bala (FERRER, 2003, p. 93).



Imagem 29
Praça Marechal Deodoro da Fonseca. Década de 1910/1920.
Foto: Virgílio Calegari. Fototeca Sioma Breitman.
Museu Joaquim José Felizardo Porto Alegre.

Durante esta pesquisa ocorreram alguns movimentos na praça, dos quais três eu pude observar e conversar com alguns manifestantes: concursados da Brigada Militar, manifestantes pró-Dilma Rousseff e professoras do CPERS.

No dia 14 de abril de 2016 cheguei às 15h15min. Havia uma ocupação denominada “acampamento da legalidade e da democracia” e a praça estava muito diferente. A ocupação dificultava a entrada, pois havia muitas barracas espalhadas por toda a praça, principalmente bloqueando as entradas. E havia muita gente também. Precisei descer pela calçada do lado leste para subir as escadarias do lado norte do monumento. Escrevi no Diário de Campo:

Quase impossível entrar na praça. Ela está totalmente ocupada pelos manifestantes pró-presidente. Há barracas por toda a praça que impedem que se utilizem as passagens que ficam nas esquinas sudeste e sudoeste e dão caminho para o centro da praça. Vivemos um momento político delicado, com a possibilidade da Presidente Dilma ser afastada do exercício da presidência por crime de responsabilidade. Em meio a processos criminais e da operação da Polícia Federal chamada de “Lava-jato”, em que muitos políticos e empresários brasileiros são acusados de corrupção, os jogos de poder atendem aos interesses particulares dos envolvidos e a população faz suas manifestações contrárias ou favoráveis em várias cidades brasileiras. Aqui em Porto Alegre os contrários ao impeachment fizeram um “ocupa a praça” na Praça da Matriz (Diário de campo, 14/04/2016).

A ocupação mudou a estética da praça e do monumento. Não foi possível ver o *playground*, pois grandes bandeiras bloqueavam a vista. Os frequentadores habituais da praça não estavam lá, ou, se estavam, não realizavam suas atividades cotidianas, pois os espaços estavam ocupados pelos manifestantes. Ao invés dos skatistas, no entorno do monumento havia várias barracas vendendo alimentos e bebidas, e muitos manifestantes que se sentavam nas escadas e transitavam por ali.

Foi possível observar diferentes formas de uso e de intervenção no monumento, que estava ornamentado com muitas bandeiras e faixas: no “cavaleiro” foram colocadas quatro bandeiras, sendo duas vermelhas com emblema do MST e abaixo uma faixa verde com a palavra “legalidade”; o *Velho* ostenta uma bandeira e outras mais estão dispostas por todo o monumento, disputando espaço com as faixas.

Esta outra forma de estar na praça se caracterizou por outras materialidades que não as habituais: barracas usadas como moradia e para venda de alimentos, faixas, bandeiras, muitas pessoas usando camisetas e bonés, em sua maioria vermelhos e com o logotipo do MST. Este grupo social interage com a praça de forma diferente dos frequentadores habituais, pois tem como objetivo usar a praça como local de protesto político e não como local de lazer.



Imagem 30

Faixas, cartazes e bandeiras do PT e MST na estátua da face sul do monumento.

Fonte: foto da autora, 14/04/2016



Imagem 31

Bandeiras e faixas nas estátuas. Barracas que vendiam alimentos.

Fonte: foto da autora, 14/05/2016



Imagem 32

Banheiros químicos e faixas no lado oeste da praça.

Fonte: foto da autora, 14/04/2016



Imagem 33

Barracas na entrada oeste. Faixas no acampamento denominado “acampamento da legalidade e da democracia”.

Fonte: foto da autora, 14/04/2016



Imagem 34

Barracas improvisadas ao lado da escadaria, lado esquerdo

Fonte: foto da autora. 14/04/2016



Imagem 35

Escadarias no lado Norte da praça. Um grupo de músicos tocando em um carro de som. Em determinado momento um homem usa o microfone para estimular os manifestantes com palavras de ordem do tipo: “vamos lutar até o fim, não vamos ser vencidos”.

Fonte: foto da autora, 14/04/2016
Texto: diário de campo.

Outra manifestação na praça ocorreu em maio de 2015, porém nenhuma intervenção foi realizada no monumento. Algumas pessoas que haviam passado no concurso público para Brigada Militar protestavam contra o

governo do estado. A pauta exigia que o Governador, na época o Tarso Genro, publicasse no *Diário Oficial* as nomeações. Estavam morando temporariamente nas barracas instaladas em frente ao Palácio Piratini.



Imagem 36

Faixas de protesto nas barracas dos brigadianos inconformados com o governo, pleiteando a nomeação dos concursados no concurso público da Brigada Militar.

Fonte: foto da autora, 16/05/2015



Imagem 37

Barracas onde os manifestantes contrários ao governo estavam fazendo vigília 24 horas por dia

Fonte: Foto da autora, 16/05/2015

No dia 19/04/2015, conversei com três dos manifestantes, um homem e duas mulheres, que estavam sentados em frente a uma das barracas. Na barraca havia camas, mesas, alimentos, chimarrão. Perguntei sobre estarem morando ali, se isto não era motivo para remoção pelo Poder Público. Eles responderam que não estavam morando no local, mas somente protestando contra o governo.

Antes de terminar este estudo, a praça novamente foi palco de protesto dos professores da rede pública estadual, que protestavam contra o Governo estadual. Conversei com duas manifestantes sindicalizadas no CPERS. No dia 29 de setembro elas estavam na praça para manifestação em frente ao Palácio do Governo. A reunião realizada no Estádio de Futebol Gigantinho, com aproximadamente 10.000 professores, decidiu seguir em greve. Por isto, estavam todos se encaminhavam para a praça para a manifestação. Zulma e Rosângela são aposentadas e moram em Pelotas, mas “continuam na luta”, como me disseram. Participaram da primeira greve dos professores em 1979 e Zulma disse que *“na época nem sabia o que estava acontecendo; já acampamos, tomamos chuva e dormimos em barracas improvisadas ali perto do monumento”*. Atualmente duas participam do coral do CPERS.



Imagem 38

Praça da Matriz. Zulma (esquerda) e Rosângela (direita)

Fonte: foto da autora. 29/09/2017

A análise dos processos de interação dos atores humanos à luz das categorias funções, origem, usos, memória, valor, tempo e agentes de dissociação mostram que há diferentes formas de relação com o monumento, se comparadas às da época em que foi construído. No início do século XX, o monumento foi erigido com a intencionalidade de manter viva a memória de Júlio de Castilhos. Para isto, o valor de comemoração o mantinha como

testemunho do presente, era o tempo vivido e os agentes de dissociação eram evitados pela manutenção das práticas sociais dos rituais.

Atualmente, o monumento não exerce as funções para as quais foi erigido, não há rituais e homenagens e os interlocutores revelaram que não sabem quem foi Júlio de Castilhos e por quais razões o monumento foi construído. Assim, as diferentes formas de interação observadas têm como consequência a inexistência de memória, viva ou artificial, e os usos do monumento se caracterizam por práticas como pichos, colocação de bandeiras e faixas, pintura das unhas das estátuas, entre outras indicadas anteriormente.

Estudar as práticas sociais australianas com os monumentos de guerra em *North Bondi* e *Anzac Memorial*, no *Hyde Park*, permitiu o desnudamento das interações com o Monumento a Júlio de Castilhos, até então veladas. O afastamento do campo brasileiro para a realização do estágio doutoral na Austrália permitiu compreender que são as práticas sociais que definem o papel que desempenham os monumentos no cotidiano, concedendo-lhes a caracterização de suporte de memória ou de suporte de história.

6. MONUMENTOS DE GUERRA: SEU PAPEL NA MEMÓRIA E NA IDENTIDADE AUSTRALIANA

Os monumentos cívicos são suportes materiais para práticas sociais e seu papel no cotidiano os define como suportes de memória ou como suportes de história. Os monumentos de guerra na Austrália se caracterizam como suportes de memória, uma vez que as práticas sociais que os tem como suporte são mantidas desde sua construção. Estes monumentos fazem parte das práticas culturais que se produzem de muitas e variadas formas, e as interações que observei remetem a um tipo vivo de relação que configura a constelação identitária constituída pelo patrimônio cultural, memória e identidade.

Para compreender as práticas culturais australianas com os monumentos a pesquisa foi organizada em duas etapas: na primeira, realizou-se a pesquisa teórica nos meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016. A segunda etapa foi desenvolvida entre abril e agosto de 2017, quando privilegiou-se a pesquisa de campo. Cinco meses no exterior exigem objetividade na coleta de dados e, naquela oportunidade, pensei que não seria possível usar a técnica da observação participante, devido ao curto período. Por isto, optei pela observação direta e pela “observação flutuante” (PÉTONNET, 2008, p. 102) para compreender os processos sociais com os monumentos. No entanto, as características do campo ocasionaram a alteração do inicialmente planejado por duas razões. Primeiro, por que o mapeamento do *Hyde Park*, em Sydney, revelou a existência de quatro monumentos de guerra de um total de nove monumentos. Os monumentos de

guerra são: a fonte *Archibald*⁸⁴, o *Oddfellows Memorial*⁸⁵, o *Emden Gun*⁸⁶ e o *Anzac Memorial*⁸⁷. A outra razão foi o convite do interlocutor Jigme para participar do *Anzac Day*. O *Anzac Day* é um feriado nacional comemorado no dia 25 de abril, data em que ocorreu o primeiro desembarque dos soldados australianos na península de Gallipoli, Turquia, na Primeira Guerra Mundial. Estes soldados são chamados de “*Anzacs*” – *Australian and New Zealand Army Corps* - e as homenagens a eles iniciam-se às seis horas da manhã e terminam com comemorações mais descontraídas no turno da tarde.

Alguns dias após a experiência do *Anzac Day*, que detalharei adiante, comecei a me perguntar se seria possível narrar com densidade a observação participante de um único dia. Para fazer uma narrativa densa o pesquisador precisa mergulhar no campo de pesquisa, conviver de forma próxima e profunda com o interlocutor e/ou com o grupo pesquisado, e enfrentar a multiplicidade das estruturas conceituais complexas, sobrepostas e amarradas umas as outras, de modo que primeiro precisa apreender para depois apresentar ao público (GEERTZ, 2008).

Quanto tempo é o tempo suficiente para isso? É o tempo que permite profundidade à narrativa? Ou é a sensibilidade do autor do texto na percepção e na escrita dos processos observados que caracteriza a profundidade? Ou os dois juntos, tempo e sensibilidade? Se fazer etnografia significa “ir a lugares, voltar de lá com informações sobre como as pessoas vivem e tornar estas informações disponíveis à comunidade especializada” (GEERTZ, 2009, p. 12), a grande quantidade de tempo contada de forma linear não é um fator primordial. Fator primordial é ir ao lugar pesquisado e “voltar de

⁸⁴Fonte *Archibald*: instalada no *Hyde Park* em 1932 em homenagem à associação da Austrália com a França na Primeira Guerra. Disponível em *Cityart Sydney*: <http://www.cityartsydney.com.au/artwork/archibald-memorial-fountain/>. Acesso em 14/07/2017.

⁸⁵ *Oddfellows Memorial*: erguida em memória dos membros da Sociedade *Oddfellows* que se alistaram na Primeira Guerra Mundial. Disponível em *Cityart Sydney*: <http://www.cityartsydney.com.au/artwork/oddfellows-memorial/>. Acesso em 14/07/2017.

⁸⁶ *Emden Gun*: erigida em homenagem à primeira vitória naval da Austrália na Primeira Guerra. Disponível em *Monument Australia*: <http://monumentaaustralia.org.au/themes/conflict/ww1/display/23169-destruction-of-the-german-raider-%22emden%22>. Acesso em 14/07/2017.

⁸⁷*Anzac Memorial*: construído para homenagear aqueles que se sacrificaram pela Austrália em conflitos armados. Disponível em *Anzac Memorial*: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/about>. Acesso em 14/07/2017.

lá com informações sobre como as pessoas vivem e tornar estas informações disponíveis”, através de um texto “simples e despretensioso” (GEERTZ, 2009, p. 12). Por isto, não é somente o longo tempo no campo que concede à narrativa a densidade que se espera de um texto etnográfico.

Que critérios, então, devem ser considerados? Estes critérios dependem de quais são as informações que se quer tornar disponíveis à comunidade especializada. O que não significa estar no campo de acordo com uma contagem linear do tempo, mas sim *estar lá* pelo tempo necessário para coletar as informações que se quer compreender para disponibilizar posteriormente. O critério deixa de ser o tempo linear no campo para que se priorize a informação a ser coletada, os processos culturais e as experiências que se quer narrar. Estes critérios não estão necessariamente associados ao longo tempo no campo.

As comemorações do *Anzac Day* duram o tempo de um dia, por isto não posso narrar mais do que um dia com a técnica da observação participante. Se neste dia “fui a lugares”, os locais onde ocorrem as cerimônias e celebrações, ouvi “informações” diretamente do interlocutor e vivi as experiências para descrevê-las e disponibilizá-las à comunidade especializada (GEERTZ, 2009), então é possível narrar de forma densa.

Além disto, acredito, mesmo que estes momentos ocorram durante um único dia, e, portanto, sejam mensuráveis em termos de tempo linear, este dia faz parte de um processo cultural que remonta fatos de 1915. Desde então estas comemorações se repetem e se caracterizam pela continuidade de um tempo vivido que são como “*tempos fortes que fazem memórias fortes*” (CANDAU, 2011, p. 101). O tempo forte produz memórias fortes pela realização de um conjunto de práticas fortes, isto é, práticas culturais que são realizadas há 100 anos de forma contínua, ainda que não homogênea.

Chamei esta pesquisa de campo de “etnografia da efemeridade”, pois foram algumas horas em campo, sem interrupção. Neste tempo se revelaram as percepções e as emoções do interlocutor, assim como as interações dele e de outros australianos com os monumentos de guerra.

No período subsequente ao *Anzac Day*, e até o final do período naquele país, conversei com muitos outros australianos e também com brasileiros. Conforme indiquei na Introdução deste trabalho, com os

australianos adotei a técnica da observação flutuante de Colette Pétonnet (2008), com exceção da entrevista formal concedida pelo Prof. Dr. Robert James Smith.

Com os brasileiros foram apenas conversas informais, ocasião em que perguntei o que conheciam sobre a cultura *Anzac*. Aqueles que imigraram para Austrália há mais de cinco anos tinham uma ideia sobre os “soldados australianos e neo-zeolandeses que morreram na guerra”. Os que moravam há menos de três anos no país respondiam: “não faço a mínima ideia” ou também “só sei que o *Anzac Day* é um feriado”.

A seguir, narro a experiência no *Anzac Day*. Após, apresento os fatos históricos que fizeram dos *Anzacs* o que alguns referem como sendo o mito fundador da nacionalidade australiana. No tópico seguinte, relato as práticas culturais com monumentos de guerra e, a seguir, como a integração de outros elementos às comemorações do *Anzac Day* fazem a cultura *Anzac* uma prática forte. Ao final, destaco o papel das emoções nos processos culturais que constroem e mantêm a memória e a identidade australiana.

6.1. *WE WILL REMEMBER THEM*: O ANZAC DAY DE 2017

Os *Anzacs* são os soldados que morreram na Primeira Guerra Mundial e não são esquecidos na Austrália. Eles representam o espírito que todo australiano internaliza que deveria ter, através do cultivo da resistência, *mateship*⁸⁸, coragem e sacrifício – consideradas as principais características dos *Anzacs*. *We will remember them* é uma expressão conhecida por todos os australianos e significa que os *Anzacs* não serão esquecidos, expressão que pode ser traduzida por “nós lembraremos deles”. Para que eles não sejam esquecidos são realizadas práticas sociais durante todo o ano, cujo objetivo é a

⁸⁸ A palavra “mateship” pode ser traduzida por companheirismo. No entanto, um *mate* é mais do que um companheiro, é alguém em quem se confia plenamente e por quem se poderia morrer. Até hoje os australianos próximos se chamam mutuamente de “mate”, mas o termo pode ser usado em qualquer situação em que exista a necessidade de confiança mútua. Não é um termo usado pelas mulheres, nem para se referirem aos homens, nem entre elas. Em 1999 o Primeiro-ministro John Howard propôs a inclusão da palavra “mate” no preâmbulo da Constituição da Austrália (SUMARTOJO, 2016).

participação de todos no *Anzac Day*, dia em que ocorrem os principais rituais de homenagem.

A comemoração começa cedo nos locais onde há monumentos e memoriais de guerra. No *Dawn Service*⁸⁹ são feitos discursos, proferidas bênçãos, há música militar e a repetição de frases de impacto. Mais tarde, no decorrer da manhã, ocorrem os desfiles e outras homenagens que são seguidas, pela tarde, das comemorações mais descontraídas.

6.1.1 Monumento de guerra de *North Bondi*

O monumento de guerra de *North Bondi* está localizado em uma das inúmeras associações de veteranos de guerra que existem na Austrália, denominado *North Bondi RSL*⁹⁰. O lugar tem uma vista panorâmica da praia e um restaurante que oferece refeições, lanches e música ao vivo aos sábados, pois, segundo informação na página oficial do *North Bondi RSL*, esta é uma das formas de “promover o bem-estar e o cuidado aos ex-combatentes e de suas famílias”⁹¹.



Imagem 39: *North Bondi RSL* e monumento de guerra em forma de S⁹²

⁸⁹ Serviços (cerimônias) militares que ocorrem ao amanhecer.

⁹⁰ Disponível em *RSL North Bondi*: <http://www.rslnsw.org.au/about/index.html>. Acesso em 10/05/2017.

⁹¹ Disponível em *RSL North Bondi*: <http://www.northbondirsl.com.au/>. Acesso em 10/05/2017.

⁹² Fonte: <http://www.northbondirsl.com.au/>. Acesso em 10/05/2017.

Na noite anterior ao *Anzac Day* fui até *North Bondi* fazer o reconhecimento do campo. Imaginei que no dia seguinte, por ser o dia da comemoração anual, não seria possível fazer uma análise tranquila dos elementos que constituem o monumento.

O monumento tem a forma de uma escultura em “S”, feita de aço inoxidável, vidro e pedra. Há quatro pilares de bronze no meio da escultura com as palavras *Resistência*, *Mateship*, *Coragem* e *Sacrifício*; ao longo da escultura existem 20 placas descritivas de cada guerra nas quais a Austrália participou e uma placa dedicada à manutenção da paz; na parede de granito preto onde se lê a frase *Lest We Forget*⁹³ há emblemas de bronze da Marinha Real Australiana, do Exército e da Força Aérea. Noventa e oito fotos de militares que receberam a *Victoria Cross*⁹⁴, medalha criada pela Rainha Victória em 1856, sendo a maior e mais honrosa premiação para aqueles que realizam atos de bravura e devoção em guerra.

Na parte de trás da mureta há um tributo ao primeiro oficial aborígine, Capitão Reginald Saunders. O que ele disse quando lutou na Guerra da Coréia, na véspera do *Anzac Day* de 1951, está gravado na mureta: “na véspera de *Anzac* cavamos entre amigos. Finalmente me senti como um *Anzac*, e imagino que havia outros 600 como eu”⁹⁵

Este monumento foi inaugurado em 2011, custou mais de US\$ 430.000 e tem por objetivo “simbolizar a solidariedade, o unísono, a coragem e o espírito de solidariedade australiana em guerra”⁹⁶.

⁹³ “Não podemos esquecer” [tradução nossa].

⁹⁴ Disponível em Departamento de Defesa Australiano: <http://www.defence.gov.au/events/VC/>. Acesso em 02/05/2017.

⁹⁵ Tradução nossa da frase do Capitão Reginald Walter Saunders. Texto original disponível em *War Memorials Register*: <https://www.warmemorialsregister.nsw.gov.au/content/north-bondi-war-memorial>. Acesso em 01/05/2017.

⁹⁶ Tradução nossa. Disponível em *War Memorials Register*: <https://www.warmemorialsregister.nsw.gov.au/content/north-bondi-war-memorial>. Acesso em 02/05/2017.

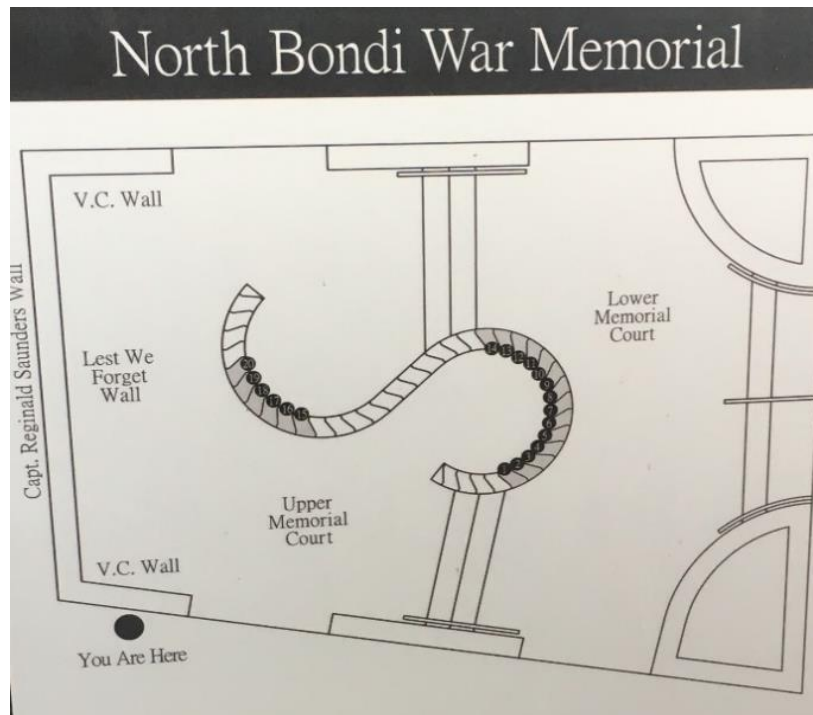


Imagem 40.
Mapa do *North Bondi Memorial*, afixado na parede do memorial.
Fonte: foto da autora. 25/04/2017.

6.1.2. Dawn Service em North Bondi

A cerimônia começa às 6 horas, pois foi neste horário que os *Anzacs* desembarcaram na *Anzac Cove*, em Gallipoli. Jigme, meu interlocutor, sugeriu que chegássemos cedo ao local, pois muitas pessoas costumam participar, o que dificulta achar estacionamento e uma boa localização para assistir ao evento. Combinamos de chegar às 5h30min.

Ao entrar no carro vi um paletó azul marinho atrás do banco e naquele momento não entendi a razão – o que seria entendido minutos mais tarde. Quando conversamos sobre onde participaríamos da cerimônia, pois existem 2.783 memoriais de guerra em Sydney⁹⁷, meu interlocutor sugeriu este memorial, dizendo que “Bondi é uma das praias mais famosas do mundo e o

⁹⁷ Dado disponível em *War Memorials Register*. <https://www.warmemorialsregister.nsw.gov.au/>. Acesso em 03/05/2017.

Dawn Service ali é famoso”. Além disso, está tombada como Patrimônio Cultural nacional, por suas características naturais e históricas⁹⁸, desde 2008.

Chegamos às 5h45min, pois o trânsito estava intenso. Como previsto, não foi fácil achar um lugar para estacionar. Caminhamos quase 1km para chegar ao local da cerimônia. Quando vi o Jigme vestir o paletó entendi que o evento era formal. Olhei para minhas roupas, talvez muito esportivas para o momento, e perguntei a ele porque não tinha me avisado que eu precisava vestir algo especial. Ele disse que não era necessário para mim, mas que gostava de usar paletó nos serviços. Percebi que para ele a ocasião era realmente um momento especial.

No caminho, outras pessoas foram se juntado à nossa caminhada: algumas vestiam roupas informais e outras vestiam roupas formais. Um casal chama minha atenção: os dois são jovens, talvez 30 anos, os dois vestidos formalmente e ambos exibiam várias medalhas na lapela dos casacos. Foi somente ao longo do dia que pude compreender o significado das medalhas nas lapelas dos casacos “dos civis”, homens, mulheres e também crianças.

Ao nos aproximarmos do local, ainda estava escuro. Muitas pessoas já estavam sentadas na colina gramada; outras em pé, perto do telão. Não conseguimos um lugar com boa visibilidade do monumento, o que tornou difícil minha visão direta. Mas o telão reproduzia as imagens e, ainda que um telão não seja a melhor forma de se ver um espetáculo, pude acompanhar a cerimônia e principalmente sentir o ambiente e o público ali presente.

Recebemos um *folder na chegada*. Na programação do *Dawn Service* o primeiro parágrafo diz:

ANZAC Day, 25 de abril, marca o aniversário da *Austrália e Nova Zelândia Army Corps*, a primeira chegada na Península de Gallipoli em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. Aquela manhã sombria, 102 anos atrás no dia de hoje, veio a ser conhecida como o batismo de fogo que nos fez um país novo e orgulhoso [tradução nossa].

⁹⁸ Disponível em *Australian Government. Department of Environment and Energy*: <http://www.environment.gov.au/heritage/places/national-heritage-list>. Acesso em 10.05.2017.



Imagem 41
Multidão de pessoas no *Dawn Service* em *North Bondi*, sentadas no gramado da colina.

Fonte da autora, 25.04.2017.

O evento inicia na hora marcada. O mestre de cerimônias dá as boas-vindas: “*Welcome to the Official Guests, Members, their families and friends, and all others gathered*”. Faz uma descrição das formas de evacuação da área, em caso de ataque terrorista ou qualquer outro problema que ponha em risco a segurança de todos⁹⁹.

Pergunto ao Jigme como são vistos os policiais e as Forças Armadas australianas, ao que ele responde:

Em geral os policiais prestam um serviço decente, mas existe corrupção policial em locais onde há tráfico de drogas e os policiais cobram valores dos traficantes para fechar os olhos. Nestes casos, a investigação é feita por um órgão especial, *Royal Command*¹⁰⁰. Nos militares, há total confiança e respeito, pois não há na história da Austrália nenhum caso de abuso de poder dos militares para com a população e nunca houve envolvimento das Forças Militares em questões políticas [tradução nossa].

⁹⁹ Os australianos são muito preocupados com a segurança, por isto a organização dos eventos públicos conta com o que me parece ser uma boa estrutura, organizada, com muitos guardas e faixas indicadoras dos locais proibidos à circulação e ao estacionamento.

¹⁰⁰ Pelas leis brasileiras este órgão especial seria considerado inconstitucional, por ser um órgão de investigação *ad hoc*, isto é, acionado para investigar casos específicos de corrupção e pedofilia, por exemplo.

Pelo telão assisto um homem que, vestido de branco como um padre, profere uma prece. Jigme diz que não sabe a qual religião ele pertence e que isto não é importante nestas cerimônias, pois

não há uma religião específica para as bênçãos no *Anzac Day* e qualquer representante religioso pode ser convidado; a presença de religiosos de qualquer credo demonstra que mais do que privilegiar uma ou outra religião, o que importa é o ato de conceder bênçãos aos mortos e aos seus familiares, independentemente de seus credos [tradução nossa].

Após as bênçãos o mestre de cerimônias introduz um oficial do *Australian Imperial Force* (AIF)¹⁰¹, que faz um discurso como convidado de honra. Começa o amanhecer.



Imagem 42
Amanhecer em *North Beach*, durante a cerimônia do *Dawn Service*.
Fonte: foto da autora. 25/04/2017

Após o discurso proferido pelo convidado de honra, iniciam-se as homenagens feitas por convidados e familiares dos mortos em guerras.

¹⁰¹ Australian Imperial Force, nome do Exército Australiano.

Sempre em duplas, homens, mulheres e crianças levam coroas de flores que são colocadas no monumento.



Imagem 43
Flores e fotos dos combatentes da Primeira Guerra que receberam a *Victoria Cross*.

Fonte: foto da autora. 25/04/2017



Imagem 44
Flores colocadas junto aos pilares com as inscrições *Endurance*, *Courage*, *Mateshipe* e *Sacrifice*.

Fonte: foto da autora. 25/04/2017



Imagem 45
Flores e as fitas com a frase: *Lest We Forget*

Fonte: foto da autora. 25/04/2017



Imagem 46
Pessoas prestando homenagens.

Fonte: foto da autora. 25/04/2017

O mestre de cerimônias começa seu discurso. Carregado de palavras e entonações que despertam a emoção, em um determinado momento ele pede que todos se virem para o mar. O amanhecer está lindo e então ele começa uma descrição:

Imaginem que nesta praia não há prédios, não há construções; imaginem agora que estamos em Gallipoli, naquela manhã de 25 de abril de 1915; imaginem que nós somos aqueles soldados corajosos, desembarcando na *Anzac Cove* [tradução nossa].

Voltamos a nos virar para o monumento e se inicia a recitação do poema *For the Fallen*. Este poema foi escrito por Robert Laurence Binyon (1869 a 1943), poeta e historiador de arte que trabalhou no Museu Britânico e em 21 de setembro de 1914, logo após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, publicou o que se tornaria seu poema mais famoso: “For the Fallen”, referindo-se às enormes baixas que a Grã-Bretanha sofreria durante a Primeira Guerra Mundial¹⁰².

A última estrofe do poema é repetida por todos. Esta estrofe se tornou simbólica, sendo recitada por todos nos *Dawn Services* desde 1921¹⁰³. O verso diz:

They shall grow not old, as we that are left grow old;
Age shall not weary them, nor the years condemn.
At the going down of the sun and in the morning
We will remember them.¹⁰⁴

Ao terminar a recitação todos repetem juntos a expressão *Lest We Forget*. Neste momento percebo que Jigme se emociona. Já tinha observado esta frase escrita em vários monumentos. Após a cerimônia pergunto ao interlocutor sobre o significado da expressão e ele explica:

¹⁰² Disponível em Biblioteca Mundial Digital: <https://www.wdl.org/pt/item/14470/>. Acesso em 04/05/2017.

¹⁰³ Disponível em RSL Bondi: <http://www.northbondirsl.com.au/>. Acesso em 10/05/2017.

¹⁰⁴ Tradução nossa da quarta estrofe do poema:
“Não envelhecerão, como nós que ficamos envelhecemos;
A idade não os cansará, nem os anos os condenarão
Ao descer do sol e pela manhã
Nós lembraremos deles”.

Esta frase é reconhecida por todas pessoas de língua inglesa. Significa que não podemos esquecer dos erros do passado, não podemos esquecer daqueles que morreram na guerra por acreditarem que tinham um dever a cumprir, não podemos cometer os mesmos erros, não podemos entregar nossos soldados nas mãos de comandantes não australianos [tradução nossa].

A expressão faz parte de um poema de 1897 que homenageou a Rainha Victória em seu aniversário. O poeta e romancista britânico Rudyard Kipling (1865-1936) escreveu *Recessional*, cuja expressão *Lest We Forget* se tornou famosa e repetida nos rituais do *Anzac Day*, sempre após a recitação do poema *For the Fallen*.

Após o *Lest We Forget* uma corneta começa a tocar *The Last post*, que, na tradição militar, significa o fim das atividades do dia, mas que também é usado nos funerais militares para indicar que o soldado foi para o descanso final. Neste momento a bandeira australiana é arriada e então o mestre de cerimônias informa o início do minuto de silêncio.

Concluído o minuto de silêncio, um militar a caráter toca uma corneta com a música *Reveille*, que na tradição militar sinaliza o início das atividades do dia, e então a bandeira australiana é erguida. Tocam os hinos da Austrália e da Nova Zelândia, seguidos da última benção. Jigme diz que o protocolo desta cerimônia

é seguido desta maneira em quase todas as localidades onde ocorrem os *Dawn Service* no *Anzac Day*. Existem algumas pequenas diferenças, como por exemplo alguns locais tocam o hino da Nova Zelândia. Em *North Bondi* vivem muitos neo-zeolandeses, por isto, como forma de homenagear os neo-zeolandeses, antes do hino australiano foi tocado o hino da Nova Zelândia [tradução nossa].

No encerramento é feito um convite para que todos participem do café da manhã no Returned and Services League (RSL). Dirigimo-nos ao memorial para ver as homenagens e tirar fotos. Uma fila enorme se forma para entrar na associação.

Enquanto espero meu interlocutor buscar o carro, observo as pessoas. Vejo que muitas estão usando medalhas nas lapelas dos casacos e isto me chama atenção mais uma vez. Somente compreendi que as medalhas desempenham o papel de actantes não-humanas, como os monumentos, no decorrer da pesquisa.

Quando entrei no carro disse ao interlocutor: *Lest We Forget*.

6.1.3 Entre turcos e australianos: compartilhando o sofrimento

Seguimos de carro para South Bondi, onde o movimento de pessoas era grande para aquele horário, um pouco mais de 7 horas. O litoral desta parte de Sydney é muito lindo, desde North Bondi até Little Bay. Passamos pela praia de Tamarama, que fica entre South Bondi e Bronte Beach, e no caminho vi que uma casa expunha as bandeiras da Austrália e da Turquia lado a lado.



Imagem 47
Bandeiras da Austrália e
da Turquia lado a lado.

Fonte: foto da autora em
25/04/2017

Não entendo a homenagem. Qual é o motivo para alguém colocar uma bandeira do inimigo e de seu próprio país, inimigos de guerra, lado a lado?

Aquela manifestação para um *Anzac Day* me pareceu estranha. O interlocutor explica que

Alguns anos após o término da guerra, o Presidente da Turquia fez um manifesto sobre os mortos em Gallipoli, pois todos que lá morreram nunca voltaram para casa – impossível repatriar tantos corpos; seus corpos ficaram sepultados para sempre naquelas terras e isto foi motivo de grande pesar para as famílias. Ele disse aos Australianos: seus filhos agora são nossos filhos [tradução nossa].

Na exposição *Spirit of Anzac. Centenary Experience*, que ocorreu de 15 a 27 de abril de 2017 no *International Convention Centre Sydney*, havia uma reprodução da carta, assim como uma foto do Presidente Mustafa Kemal. O texto da carta diz:

Aqueles heróis que derramaram seu sangue e perderam a vida ... Vocês agora estão deitados no solo de um país amigo. Portanto, descansem em paz. Não há diferença entre os Jonnies e os Mehmetts para nós onde eles se encontram lado a lado aqui no nosso país ... Vocês, as mães que enviaram seus filhos de países distantes, limpem suas lágrimas; seus filhos agora estão deitados no nosso coração e estão em paz. Depois de terem perdido a vida nesta terra, eles também se tornaram nossos filhos [tradução nossa].

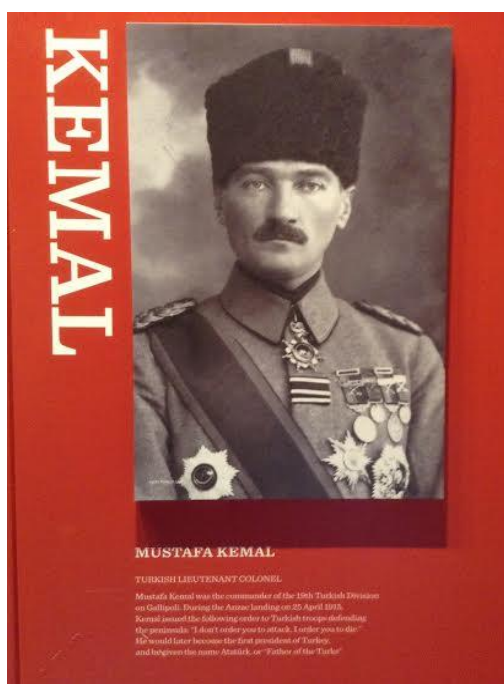


Imagem 48
Mustafa Kimmel, Coronel Turco na época da campanha de Gallipoli.

Fonte: Exposição *Spirit of Anzac. Centenary Experience*.

Foto da autora em 26.04.2017

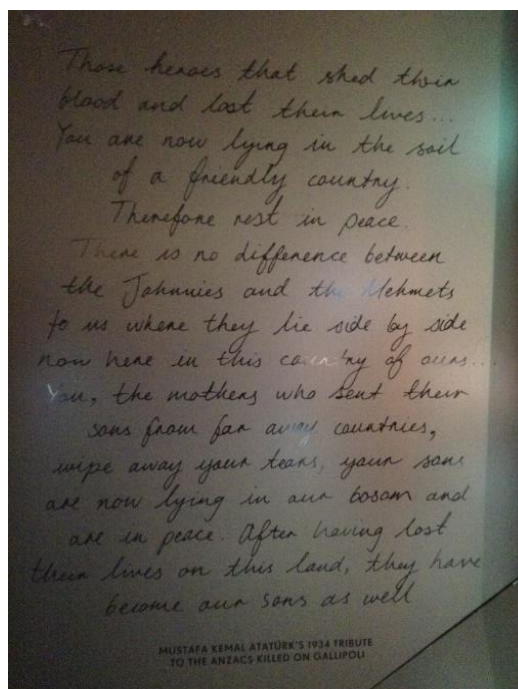


Imagem 49
Carta de Mustafa Kimmel, Presidente da Turquia na ocasião em que foi escrita a carta, dirigida às mães que perderam seus filhos em Gallipoli.

Fonte: Exposição *Spirit of Anzac. Centenary Experience*.

Foto da autora em 26.04.2017

Os corpos dos australianos mortos nunca retornaram e no cemitério e memorial *Lone Pine*, localizado na península de Gallipoli, há uma homenagem aos 500 mil soldados mortos em 1915, sendo 250 mil turcos e 250 mil da Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra e França¹⁰⁵.

Uma das principais redes de televisão da Austrália, *ABC Television*, transmite o desfile ao vivo. Um dos comentaristas fala que tem participado dessa cobertura por 20 anos, porém desde os anos 1990 tem notado que a popularidade do evento tem aumentado. Em 1990, por ocasião do 75º aniversário do desembarque na *Anzac Cove*, o então Primeiro-ministro, Robert

¹⁰⁵ Fonte: *National Parks of Turkey*. Disponível em: <http://nationalparksofturkey.com/gelibolu-gallipoli-peninsula-historical-park/>. Acesso em 01/06/2017.

Hawke, gastou mais de US\$ 10 milhões para levar 58 veteranos de guerra até Gallipoli. Na comemoração também estavam presentes a Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher, e o Primeiro-ministro da Nova Zelândia, Geoffrey Palmer.

O evento teve larga cobertura na imprensa mundial¹⁰⁶ e no discurso que fez no *Dawn Service*, em *Lone Pine*, Robert Hawke disse:

(...) o significado de Gallipoli nunca pode ser medido pelo mero número de mortos. Nesses termos, Gallipoli era apenas uma iniciação aos campos de morte de França e Flandres.

(...) E digamos também que não viemos aqui glorificar a guerra.

(...) Quando a ordem foi dada para a evacuação de Gallipoli em dezembro de 1915, há registro de que muitos australianos expressaram sua dor em deixar as sepulturas de milhares de companheiros em mãos hostis. (...)

Em toda a história de heroísmo e desperdício humano que foi Gallipoli, nada é mais honrado do que a custódia desta terra sagrada pelo povo e pelo Governo da Turquia por setenta e cinco anos.

A Austrália não esquece¹⁰⁷ [tradução nossa].

O comentarista diz que desde os anos 1990 o interesse dos Australianos pelo *Anzac Day* tem aumentado, depois da diminuição do interesse no assunto ocorrida nos anos 1970. A participação da Austrália na guerra do Vietnã contribuiu para a diminuição da popularidade das comemorações. Muitos protestos eram realizados no dia do *Anzac Day* antes das comemorações de 1990:

Nas décadas de 1960 e 1970, os protestos contra a guerra do Vietnã eram comuns nos eventos do *Anzac Day*. No dia de *Anzac* 1982, 750 mulheres estavam na colina com vista para o Memorial da Guerra em Canberra durante a colocação oficial das grinaldas. Eles mantiveram uma grande bandeira, que dizia:

‘Em memória de todas as mulheres de todos os países estupidadas em todas as guerras’¹⁰⁸ [tradução nossa].

¹⁰⁶ Disponível em *The Sydney Morning Herald* :<http://www.smh.com.au/national/ww1/the-anzac-evolution-20140418-36wbj.html> . Acesso em 10/05/2017.

¹⁰⁷ Tradução nossa do discurso. Disponível em *PM Transcripts*: <http://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-8010> . Acesso em 10/05/2017.

¹⁰⁸ Disponível em *The Conversation*: <https://theconversation.com/amp/anzac-day-is-also-about-the-right-to-democratic-dissent-and-those-who-fought-for-it-40565>. Acesso em 13.10.2017.

Atualmente, a comemoração do Centenário da Primeira Guerra Mundial (2015-2018) tem mobilizado os Australianos e são realizadas muitas campanhas para arrecadar fundos para as comemorações.

6.1.4. Centro de Sydney: desfile, cerimônia no *Anzac Memorial* e *The Dolphin Hotel*

O desfile segue passando na televisão. Vejo alguém usando um ramo de alecrim na lapela do casaco e lembro que vi algumas pessoas usando este mesmo ramo de alecrim no *Dawn Service* em *North Bondi*. O alecrim cresce nos campos de Gallipoli, por isto as pessoas usam ramalhetes no *Anzac Day*, como forma de homenagear os mortos. Também é possível comprar sementes de alecrim e de *Lone Pine* – a árvore nativa dos campos de Gallipoli – na loja e pelo site do *Australian War Memorial*.

Chegamos ao centro de Sydney às 10 horas. Paramos na Elizabeth Street um pouco adiante da estação Museum, quase na linha de chegada dos batalhões que desfilavam; alguns seguem pela mesma rua, outros, especialmente os batalhões com banda de música, dobram na Liverpool Street.

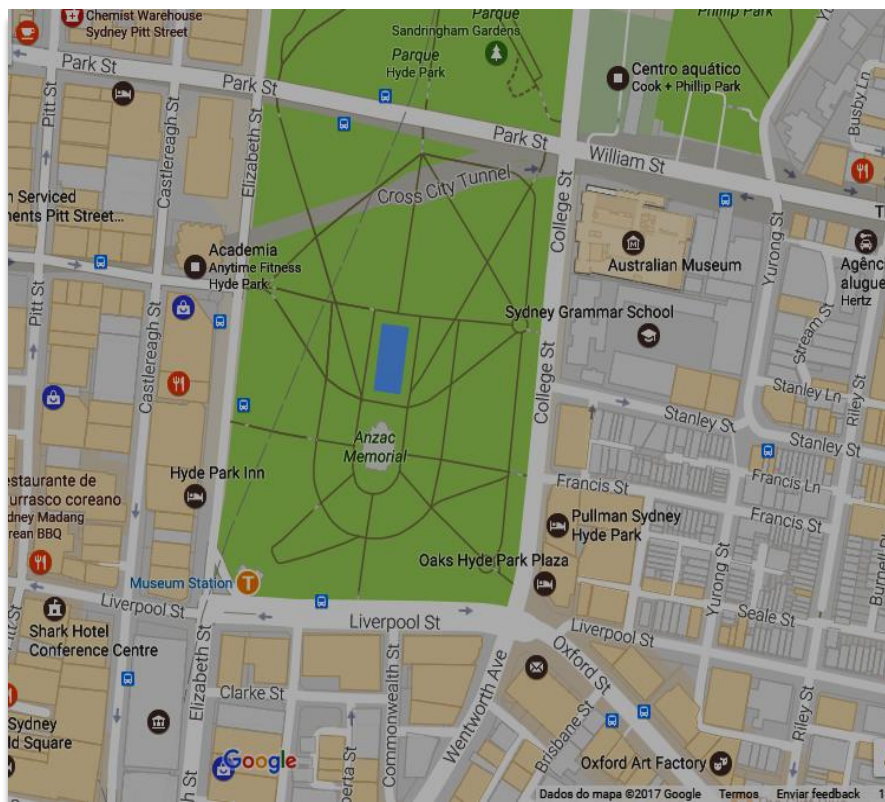


Imagem 50: Mapa do Hyde Park com indicação da localização do Anzac Memorial e da estação de metrô Museum.

Fonte: Google Maps.

O desfile militar é parecido com os nossos no Brasil, porém há a presença de muitos veteranos de guerra, familiares desfilando com as medalhas dos parentes mortos, alguns levando suas fotografias, crianças acompanhando os pais.

Participam do desfile os militares, os veteranos, os familiares que substituem os mortos e também muitas escolas. Todos estão organizados em batalhões que são identificados por bandeiras. Alguns veteranos são muitos idosos e outros têm problemas físicos, por isto usam carrinhos, begalas ou andadores; mesmo com limitações físicas não deixaram de participar deste momento. Outros veteranos são mais jovens e algum deles desfilam com filhos. Todos expõem suas medalhas na lapela dos casacos; alguns desfilam com seriedade, outros sorriem e abanam para o povo que os assiste.

Estava muito calor, mas o sol forte parece não perturbar os que desfilam. Marcham vestidos com roupas formais: homens de paletó e gravata, mulheres com saia e blazer, outros com vestimentas de guerra. Há batalhões de escoceses, vestidos com suas saias e tocando *foli*.



Imagem 51
Mulher desfilando com a foto do parente militar
Fonte: foto da autora. 25/04/2017



Imagem 52.
Veterano desfilando com andador.
Fonte: foto da autora. 25/04/2017

Uma moça passa por nós vendendo objetos, os quais não fazem sentido para mim. Recebo de presente uma papoula de seda em forma de *bottom* no valor de AU\$ 2,00. Coloco na camiseta e pergunto o que significa. O interlocutor responde que “estas papoulas nascem nos campos da França, para onde foram os australianos após a evacuação de Gallipoli. São usadas como forma de homenagear os mortos” [Tradução nossa].

O desfile continua, mas precisamos entrar no *Hyde Park*, pois a cerimônia no *Anzac Memorial* começa às 11 horas.

O *Anzac Memorial* é um monumento e também um museu. É considerado um monumento, pois sua construção o qualifica como uma “obra de arte de extraordinária arquitetura”¹⁰⁹, tendo sido

¹⁰⁹ Foi projetado pelo arquiteto australiano Charles Bruce Dellit e construído pelo engenheiro e escultor inglês Rayner Hoff. Disponível em *Anzac Memorial*: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/explore-memorial>. Acesso em 03/06/2017.

desenhado como um **monumento escultural**. O edifício é simétrico, usa **elementos que remetem igrejas góticas**, mas tem um estilo Art Deco. Grandes escadas levam ao nível do pódio e as grandes portas moldadas de madeira deslizam para cavidades nas paredes externas (...).

Externamente é adornado com **muitas esculturas que representam as várias forças armadas australianas e unidades de apoio**. São as sentinelas do prédio, vigiando enquanto representam mortos para quem o prédio é dedicado. (...) As quatro grandes figuras em pé no topo de cada esquina representam a Infantaria Australiana, a Marinha, a Força Aérea e o Corpo Médico do Exército. Outras 16 figuras sentadas estão posicionadas no topo e incluem um instrutor naval, um aviador, uma enfermeira e um artilheiro fabricados no mesmo granito do prédio¹¹⁰ [grifo nosso - tradução nossa].

O memorial também é um museu, pois está adequado às recomendações da Unesco de 2015 sobre a função dos museus: instituição permanente e sem fins lucrativos que conserva, pesquisa e comunica o patrimônio material e imaterial visando a educação o estudo e o entretenimento¹¹¹. Foi idealizado pelos moradores do Estado de New South Wales e construído para lembrar a Primeira Guerra Mundial. Os fundos para sua construção começaram a ser providenciados já no primeiro aniversário do desembarque em Gallipoli, conforme as informações no site oficial do memorial¹¹².

Em 2010 o *Anzac Memorial* foi registrado como Patrimônio Cultural¹¹³ do Estado de New South Wales, e seu acervo é constituído por objetos que contam a história dos que foram para guerra, tais como medalhas, objetos pessoais, diários, cartas, filmes, etc. Está sendo ampliado com inauguração da nova parte prevista para o *Anzac Day* de 2018 - dia em que se encerrarão as comemorações do centenário da Primeira Guerra Mundial. No site oficial do

¹¹⁰ Disponível em *Land and Property Information*: <http://www.baseline.nsw.gov.au/heritage/heritageProperty/7>. Acesso em 23.07.2017.

¹¹¹ Disponível em Instituto Brasileiro de Museus: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/Unesco_Recomendacao-Final_POR-traducao-nao-oficial.pdf. Acesso em 20/07/2017.

¹¹² Disponível em *Anzac Memorial*: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/explore-memorial>. Acesso em 24.05.2017.

¹¹³ Disponível em *Office of Environment and Heritage NSW*: <http://www.environment.nsw.gov.au/heritageapp/ViewHeritageItemDetails.aspx?ID=5053512>. Acesso em 20/07/2017.

memorial há informações sobre a reforma e um vídeo mostrando como ficará após a ampliação¹¹⁴.

Nas escadarias há um toldo onde ficam os responsáveis pela cerimônia; no lado esquerdo do memorial há um coral e uma orquestra.



Imagem 53

Anzac Memorial. Espelho d'água e, ao alto do prédio em quatro colunas, os soldados que fazem sentinela.

Fonte: foto da autora, 25/04/2017

A cerimônia começa. O protocolo é o mesmo do *Dawn Service de North Bondi*, com algumas diferenças: o coral e os músicos que tocam ao vivo. As bênçãos são proferidas por um rabino, Benjamin Elton, Doutor em História Judaica pela *University of London* e líder da *Great Synagogue* em Sydney desde 2015¹¹⁵.

A banda de uma escola escocesa se aproxima e, ao som de uma música, para em frente ao memorial. Alguns alunos carregam bandeiras da

¹¹⁴ Disponível em *Anzac Memorial*: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/anzac-memorial-centenary-project>. Acesso em 24.05.2017.

¹¹⁵ Disponível em *Great Synagogue*: <http://www.greatsynagogue.org.au/Congregation/Ministers.aspx>. Acesso em 04/05/2017.

Austrália e se dirigem às escadarias e outros param ao longo do espelho d'água. Estes permanecem segurando as bandeiras até o final da cerimônia.



Imagem 54
Alunos de uma
escola escocesa
levando
bandeiras da
Austrália em
direção ao *Anzac
Memorial* no
início da
cerimônia
Fonte: foto da
autora.
25/04/2017

A atmosfera é completamente diferente. Havia muitas pessoas que pareciam ter diferentes objetivos, talvez turistas ou australianos não muito patriotas. Muitos conversam durante a cerimônia e, mesmo com tantas pessoas a minha volta, no momento do *Lest We Forget* somente meu interlocutor repete a frase.

Quando terminou a cerimônia fomos até o Memorial. A parte interna possui um salão circular denominado *Salão do Silêncio*, ao pé da entrada, em granito preto, onde está escrita a frase *Let silent contemplation be your offering*. À esquerda da entrada fica o túmulo do soldado morto. Lá dentro há uma atmosfera sagrada. No centro da sala há uma sacada redonda por onde se pode ver, talvez a uns quatro metros de altura para baixo, uma escultura denominada de *Sacrifice*. No site do memorial há a seguinte explicação sobre a escultura:

A escultura *Sacrifice* encapsula a mensagem no coração do *Anzac Memorial*. Projetado pelo escultor George Rayner Hoff, a escultura baseia-se na história do guerreiro espartano da Grécia antiga. Os homens espartanos foram criados como guerreiros desde a infância e, ao marchar para a guerra, fo-lhes dito que voltassem para casa com seu escudo ou nele - um aviso para ser vitorioso ou morrer na tentativa. Rayner Hoff criou uma imagem que retrata o peso do jovem guerreiro morto carregado em seu escudo por sua mãe, irmã, esposa e uma criança lactante. A escultura *Sacrifício* usa a analogia do guerreiro espartano sendo devolvido aos seus entes queridos morto em seu escudo para evocar a emoção vivida pelas famílias dos jovens que morreram na Grande Guerra 1914-18¹¹⁶ [tradução nossa].

O teto é muito alto em forma de abóboda. Uma estrela cai no chão onde está a escultura. Não o entendo. Olho para cima e vejo que há muitas estrelas douradas coladas na abóboda. As estrelas que decoram a abóboda estão caindo sobre a escultura?

Depois compreendi que as estrelas são vendidas no valor de AU\$ 100,00 para arrecadar fundos para a reforma do Memorial. São jogadas sobre a escultura *Sacrifice* como uma forma de homenagem. Naquele momento alguém tinha acabado de jogar uma estrela dourada.

Observo o cavalete com um informativo. Quando estive neste local uns dias antes do evento não dei atenção ao cavalete. Há uma agenda destacando alguns acontecimentos do dia 25 de abril dos anos anteriores. Essas informações são trocadas diariamente.

Deixamos o local e nos dirigimos ao *The Dolphin Hotel*, um *pub* que fica a seis quadras do memorial. Muitas pessoas estavam comemorando e alguns homens, jovens que pareciam ter uns 30 anos, exibiam suas medalhas.

Na parte de trás do *pub* as pessoas estavam jogando *two-up*. Este é um jogo do tipo “cara e coroa” que era jogado pelos soldados durante a guerra. Observo sem entender muito, pois eles usam três moedas e não duas. Jigme me explica como funciona o jogo, mas também não entende porque eles estão usando três moedas. Os participantes, mulheres e homens, estão muito

¹¹⁶ Disponível em *Anzac Memorial*: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/sacrifice>. Acesso em 18.07.2017.

empolgados e penso que não é somente pelo jogo em si, mas também porque estão bebendo cerveja. Arrisco uma aposta e infelizmente perco AU\$ 10,00.

Este jogo só pode ser jogado no *Anzac Day*, pois durante o ano é ilegal. No início do século XX, quando ganhou popularidade, o governo proibiu este jogo porque considerou que os homens gastavam o dinheiro da família em jogos de azar e com bebidas, além de ficar fora de casa; em 1989 o Estado de New South Wales (NSW) alterou a lei para permitir o jogo somente no *Anzac Day*. Outros estados seguiram o mesmo caminho, de forma que atualmente é legal jogar *two-up* no *Anzac Day* em toda Austrália¹¹⁷.

Solicitei a um australiano que usava muitas medalhas para tirar uma foto: sorriu e se prontificou a tirar a foto comigo. Ele havia participado da Guerra no Afeganistão. Explicou que as medalhas do lado esquerdo, eram as dele, e as medalhas do lado direito, as do pai.



Imagem 56
Australiano que foi ao Afeganistão e suas medalhas com a autora usando uma *Poppy*
Fonte: Jigme 25/04/2017

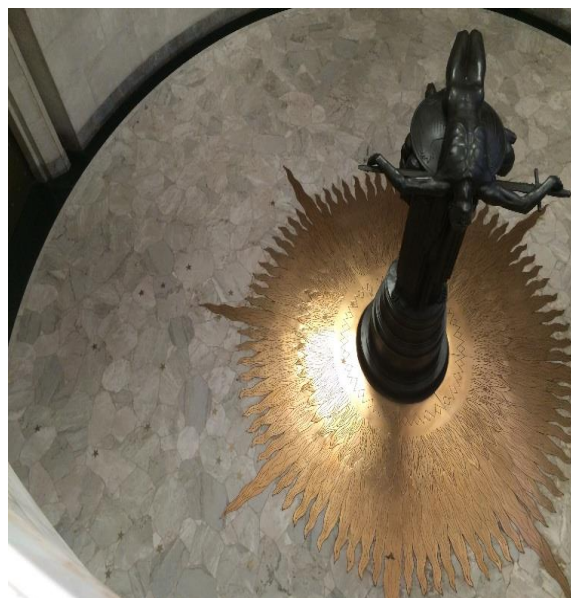


Imagem 55
Estátua *Sacrifice*, no *Anzac Memorial*
Fonte: Disponível em *Anzac Memorial*¹¹⁸

¹¹⁷ Conforme explicado pela Professora de Direito Penal da UTS, Lesley Townsley. Disponível em <https://www.uts.edu.au/about/faculty-law/news/playing-two-anzac-day-are-you-breaking-law>. Acesso em 14.07.17

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.anzacmemorial.nsw.gov.au/sacrifice>. Acesso em 17.09.2017.

6.2 TODA NAÇÃO TEM SUA HISTÓRIA: ESTA É A NOSSA¹¹⁹

Em 1915 a Austrália e a Nova Zelândia se uniram para apoiar a Inglaterra na Primeira Guerra Mundial. A primeira ação militar tinha por objetivo auxiliar os países aliados a tomarem Constantinopla (atual Istambul) a partir da península de Gallipoli. No dia 25 de abril de 1915 as forças militares destes dois países desembarcaram na *Anzac Cove*, ocasião em que enfrentaram uma forte resistência dos turcos. Somente no final do ano de 1915, 8 meses após o desembarque, é que a península foi evacuada. Os australianos foram enviados aos campos da França e da Bélgica onde lutaram até o final da Primeira Guerra.

Os objetivos militares falharam¹²⁰ e o que tinha sido planejado para ser um arrojado golpe contra a Turquia tornou-se um massacre. No amanhecer do dia 25 de abril de 1915, dia do desembarque, poderia ser visto um “tapete de homens mortos” e os relatos dos sobreviventes descrevem cenas terríveis¹²¹.

Nos dez primeiros dias na *Anzac Cove* dois mil australianos morreram, quatro vezes mais mortos do que nos três anos de guerra na África do Sul (INGLIS, 2008); até a desocupação da península morreram mais de oito mil australianos. Estes soldados deixaram um legado poderoso. Os fatos que ocorreram em Gallipoli tiveram um profundo impacto sobre a Nação e, a partir deste episódio, uma importante mobilização se intensificou no país: a construção de memoriais, públicos e privados, para homenagear os mortos (INGLIS, 2008).

¹¹⁹ Frase ao final de um filme, na exposição sobre a Primeira Guerra Mundial, no *Australian War Memorial* (AWM).

¹²⁰ Uma das hipóteses que justificam o resultado desastroso é a péssima estratégia militar, um erro grosseiro com evidente negligência dos britânicos para com os australianos e os neozelandeses, conforme o Jigme comentou (INGLIS, 2008, p. 82).

¹²¹ “Uma vez em terra, os invasores foram confrontados com horríveis vistas: mortos segurando a cabeça como se estivessem distraídos, outros em atitude de oração; corpos pendurados grotescamente em posturas aparentemente impossíveis, corpos sem cabeças, pernas e braços sem corpos. (...) O Cabo Jigme Antill escreveu para família contando que “na primeira noite eu usei as pernas de homens mortos como travesseiro” (INGLIS, 2008, p. 82).

Antes da Primeira Guerra Mundial já era costume homenagear os mortos de guerra com monumentos¹²². Porém, devido ao elevado número de combatentes, e de combatentes mortos, 61.514 conforme os dados da Tabela 2, a construção de monumentos de guerra tomou uma proporção gigantesca. Foram formados comitês por todo país com objetivo de arrecadar dinheiro para construção dos monumentos em homenagem aos mortos. Estes comitês decidiam o local a ser erigida a obra, de que tipo deveria ser e o que deveria ser inscrito; *“toda comunidade era convidada para inauguração e muitos falavam em um ‘movimento dos monumentos de guerra”* (INGLIS, 2008, p. 118) [tradução nossa]. Por isto, praticamente em todas as cidades australianas é possível encontrar monumentos de guerra, e pude ver muitos deles durante o tempo que lá estive.

Tabela 2 – Participação dos australianos na Primeira Guerra Mundial

População da Austrália entre 1914-1918	4.9 milhões
Número total de alistamentos	416.809
Percentual da população masculina entre 18-44 anos que se alistou	38,7%
Mortos	61.514
Feridos	155.133
Prisioneiros	4.044
Registros médicos, incluído problemas mentais e outros que não causados em ação	431.448

Fonte: *Australian War Memorial*¹²³.

Os monumentos se tornaram os substitutos dos túmulos dos combatentes. Os mortos nunca foram trazidos para serem enterrados em solo australiano, pois a logística para repatriar os corpos era impossível (INGLIS, 2008). Somente o corpo do Major-General Sir Willian Throsby Bridges (1861-1915) e o de sua égua Sandi retornaram para Austrália, “seu caixão desfilou

¹²² Conheci um monumento que homenageia um único soldado, morto na Guerra Boer, na África do Sul, localizado no interior de NSW. Este monumento foi patrocinado pela comunidade de Millie e fica na beira da estrada.

¹²³ Disponível em: <https://www.awm.gov.au/encyclopedia/enlistment/ww1/#total>. Acesso em 12/05/2017.

pelas ruas de Melbourne” (INGLIS, 2018, p. 74) e seu túmulo está atualmente em Canberra, capital do país.

Desde então, nos últimos 100 anos, o nome *Anzac* se tornou a abreviação de uma narrativa de identidade nacional e de autodefinição cultural oficial, cujas características definem supostamente o comportamento nacional (SUMARTOJO, 2016).

Shanti Sumartojo (2016) utiliza a expressão “definem supostamente o comportamento nacional” porque, como não poderia deixar de ser, há críticas ao discurso oficial. Conversei com os australianos Linda e Steve, casados, artistas plásticos com 57 e 59 anos, respectivamente. Os avós de ambos participaram da Primeira Guerra Mundial. Ela falou que esse assunto não é conversado na família, que ninguém participa das comemorações do *Anzac Day*. Também não sabe com quem ficaram as medalhas do avô e considera que

A cultura *Anzac* é uma manipulação do governo, o espírito *Anzac* é algo muito mais sentimental do que racional. Talvez nós precisemos desta emoção, talvez por isto o *Anzac Day* seja tão popular. Os mais jovens não viveram isto, não têm conexão com os fatos ou com pessoas que estiveram lá [nas guerras] e mesmo assim têm o mesmo sentimento [*sadness*] (Diário de Campo, 14.05.2017) [tradução nossa].

Steve também não participa das comemorações e sua família não costuma conversar sobre o assunto. O pai dele foi piloto da Força Aérea Australiana na Segunda Guerra Mundial e o nome dele está no monumento de guerra na cidade de Bingara. O pai dizia que não participava dos *Anzac Days*, pois não considerava que fosse alguém especial ou precisasse daquelas honrarias.

Durante a transmissão do desfile a emissora *ABC Television* faz entrevistas com ex-combatentes. Um deles chamou minha atenção. Tinha participado da guerra do Afeganistão, mas não sentia orgulho daquela experiência, ao contrário. Tinha tentado suicídio duas vezes e hoje se sentia melhor devido ao apoio da esposa. Não participava das cerimônias do *Anzac*

Day, não assistia ao desfile na TV e não gostava de conversar sobre o assunto.

Percebe-se que não há unanimidade em relação aos sentimentos patrióticos inspirados na lenda *Anzac*, pois ainda que o discurso oficial “exerça domínio sobre toda sociedade, sempre haverá espaço para resistência e negociação de significados” (PERALTA, 2007, p. 12).

Nem todos os civis compartilham da ideia de que a lenda *Anzac* deve ser cultuada e há veteranos que não participam das cerimônias, evitando lembrar ou comemorar o sofrimento vivido em combate.

Atualmente o *Anzac Day* inclui na homenagem todos os que participaram ou participam das operações militares em que a Austrália esteve envolvida. Os monumentos de guerra listam todos os nomes dos combatentes, mortos em combate ou não. Ao lado dos que morreram em combate há uma cruz para identificar a morte em campanha.

Importante ressaltar que a história australiana em conflitos bélicos é muito significava, o que justifica este culto aos mortos de guerra, cuja função é “contribuir para integridade do grupo social e para perenidade da polis” (Peralta, 2014, p. 214). Conforme dados do *Australian War Memorial* (AWM), desde 1885 a Austrália tem participado de conflitos bélicos em um total de 29 guerras¹²⁴.

Apesar de a Austrália ter participado de três conflitos bélicos antes da Primeira Guerra Mundial – no Sudão (1885), na África do Sul (1899-1902) e na China (1900-1901) –, esta participação se deu na condição de colônia britânica. O primeiro conflito bélico que a Austrália participou como país autônomo¹²⁵ foi na Primeira Guerra Mundial, quando era uma “nação federada

¹²⁴ Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/commemoration/honour-rolls/roll-of-honour>. Acesso em 21/07/2017.

¹²⁵ A Austrália é uma Monarquia Constitucional Parlamentarista. A Rainha Elisabeth II, da Inglaterra, é a Chefe de Estado e o Primeiro-ministro australiano, é o Chefe de Governo. No entanto, é um país com autonomia em todas as áreas.

por apenas 13 anos e seu governo estava ansioso para estabelecer uma reputação entre as nações do mundo”¹²⁶.

Uma questão interessante sobre a entrada da Austrália na guerra e os motivos para tantos alistamentos diz respeito à motivação dos australianos. Alistaram-se em nome da “jovem nação”, mas também na defesa de seus *mates*: conforme o Tabela 2 o número de alistamentos em 1915 foi de 165.912 e 124.352 em 1916, ou seja, o maior número de alistamentos se deu após os fatos de Gallipoli. Mas também se alistaram em nome do rei.

O discurso do *Remembrance Day*¹²⁷ de 1993, feito pelo então Primeiro-ministro Paul Keating, afirma que as razões dos que se alistaram, mais do que viver uma aventura ou sentir vergonha por não ter ido à guerra, era o seu sentido de dever para com seu país e seu Rei. E, fazendo referência ao soldado desconhecido¹²⁸ disse

(...) ele pode ter sido um daqueles que acreditavam que a Grande Guerra seria uma aventura muito grande para perder. Ele pode ter sentido que nunca viveria com a vergonha de não ir. Mas as chances são de que ele foi por nenhuma outra razão senão que ele acreditava que era seu dever - **o dever que devia a seu país e seu Rei**¹²⁹(grifo nosso) [tradução nossa].

Certamente são inúmeras as razões para os alistamentos na época. Independentemente dos motivos, a campanha de Gallipoli foi usada na construção da lenda *Anzac*, e segue sendo utilizada pelo discurso oficial para manter e construir a memória e a identidade dos australianos.

¹²⁶Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/commemoration/anzac/anzac-tradition/>. Acesso em 28/04/2017.

¹²⁷ Dia 11 de novembro, o *Remembrance Day*, comemora o final da Iª Guerra Mundial. Não é feriado na Austrália, mas neste dia ocorrem comemorações e muitas pessoas respeitam um minuto de silêncio às 11 horas, conforme solicitado pelo Rei George V, em 1919, a todos os povos do Império Britânico. Informação disponível no *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/commemoration/remembrance/tradition/> acesso em 09/05/2017.

¹²⁸ O corpo de um soldado não identificado foi trazido do *Adelaide Cemetery*, perto de Villers-Bretonneux, na França, para ter seu túmulo colocado no AWM. Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/articles/blog/all-them-one-us-unknown-australian-soldier>. Acesso em 20/07/2017.

¹²⁹Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/talks-speeches/keating-remembrance-day-1993/>. Acesso em 09/05/2017.

Angus, um australiano com 20 anos, iniciou o treinamento na *Australian Air Force* (RAAF), Força Aérea Australiana. Ele me disse que se alistou por considerar-se

(...) alguém que precisa ser constantemente desafiado; queria um emprego que abrisse minhas perspectivas e que exigisse o máximo das minhas capacidades. Poderei viajar, conhecer lugares e pessoas diferentes. Além disso, receberei um treinamento que pode ser um diferencial no meu futuro (Diário de Campo, 13.06.2017) [tradução nossa].

Não fez nenhuma referência às questões patrióticas, nem mesmo referiu sentir orgulho de servir à Nação, mas certamente existem muitas outras profissões com estas características e que não exigem o preparo e a prontidão para participar de uma guerra.

Em maio de 2017 o Primeiro-ministro, Malcolm Turnbull¹³⁰ disse que está aberto ao pedido do Governo dos Estados Unidos da América (EUA) para enviar mais tropas australianas ao Afeganistão. Isto significa que, atualmente, qualquer cidadão australiano que voluntariamente serve nas Forças Armadas sabe que pode ser enviado para o Afeganistão.

Há muitas críticas a esta posição política. Jigme, meu interlocutor, é contra a participação da Austrália no que referiu como sendo a “*guerra dos outros*” quando falamos sobre o apoio da Austrália aos EUA. Mas, independentemente dos dissidentes, a Austrália segue com esta política e alistar-se significa lutar pelo país, se necessário, não por obrigação, mas por opção.

Em uma outra oportunidade, quando fui de *Uber* da Maroubra Beach para Coogee Beach, um trajeto de 6 km mais ou menos, conversei com o motorista que chamarei de Oscar, com 32 anos, sobre o *Anzac Day*. Com fala muito rápida e forte sotaque australiano, respondeu que o “‘espírito *Anzac*’ é uma coisa bem australiana, bem dos australianos”. Perguntei se ele costumava ir aos *Dawn Services* nos *Anzac Day*. Disse que sim, pois serve à *Royal Australian Navy* (RAN) há 7 anos e participa dos serviços no *Martin Place*¹³¹.

¹³⁰ Disponível em *ABC News*: <http://www.abc.net.au/news/2017-05-12/nato-requests-australia-troops-in-afghanistan/8520738>. Acesso em 20/07/2017.

¹³¹ *Martin Place* é um local no centro de Sydney, uma rua fechada para circulação de carros. No entorno há muitas lojas de grife, bancos e escritórios. Ali há um monumento de guerra onde

Indaguei se havia tradição familiar nas Forças Armadas e respondeu que sim, pois os avós por parte de pai e de mãe foram militares e que a avó materna foi para Segunda Guerra Mundial como telegrafista. Disse que sente muito orgulho da família por isto. Também perguntei o que significa para ele *mateship*: “algo que tem muito forte no serviço militar, tu tens que confiar no teu companheiro assim como ele em ti”.

Sempre perguntava aos australianos o que significava a palavra *mate* e a expressão *Anzac spirit*. As respostas para *mate* sempre remetiam à relação de confiança, em que um pode confiar no outro plenamente. A expressão *Anzac spirit* não tinha uma pronta resposta. Alan é um australiano, veterinário especialista em coalas e tem 34 anos. Disse que, apesar de usar a expressão *anzac spirit* com frequência, nunca tinha pensado muito sobre o significado. Sobre a palavra *mate* disse:

Mate nós chamamos aquele amigo em quem se pode confiar plenamente. Mas às vezes alguém que tu não conheces muito bem pode te chamar de *mate* também.

Anzac Spirit significa esse nosso jeito australiano de ser, prontos para fazer o que for preciso (Diário de Campo, 13.06.2017) [tradução nossa].

6.3 MONUMENTOS DE GUERRA E AS PRÁTICAS CULTURAIS AUSTRALIANAS

Durante o tempo em que estive na Austrália pude “privilegiar o anônimo e o cotidiano onde *zooms* destacam detalhes metonímicos” (DE CERTEAU, 2014, p. 55) e compreender as relações que os australianos têm com os monumentos de guerra e as práticas culturais que culminam nas comemorações do *Anzac Day*.

Essas práticas culturais são construídas através de duas fontes: uma vinculada ao discurso oficial [estratégias] e a outra às práticas privadas

são realizados os *Dawn Services* nos *Anzac Days*. Há duas estátuas, uma de um soldado da marinha e outra com um soldado do exército. Na base do monumento está a frase: “Lest We Forget”.

[táticas] que, em conjunto, criam os produtos culturais australianos e suas artes de fazer o cotidiano (DE CERTEAU, 2014).

Desde 1915 o discurso oficial vem produzindo estratégias que estimulam o conhecimento e a manutenção da cultura *Anzac* como forma de criar e conservar e memória e a identidade australianas. Estas estratégias mantêm viva a memória e a tradição *Anzac* que, em conjunto com os *Returned and Services League* (RSL), promovem o *Dawn Service* no *Anzac Day*, o minuto de silêncio diário¹³² e a produção de objetos com o nome *Anzac*¹³³. No entanto, a popularidade dos *Anzacs* e das comemorações do *Anzac Day* ficou adormecida durante o período da guerra do Vietnã até os anos 1990.

O historiador Bruce Scates, professor na *Monash University* e Diretor do Centro Nacional de Estudos Australianos, na apresentação do livro *Sacred Places* (INGLIS, 2008) afirma que “os australianos descobriram sua nacionalidade nos campos de morte de Gallipoli” (2006, xxii). Ainda que esta posição não seja unânime, na Austrália

(...) a figura do soldado da Primeira Guerra é icônica e os contornos básicos da narrativa são que a nação australiana nasceu no desembarque em Gallipoli em 25 de abril de 1915 (SUMARTOJO, 2016, p. 545) [tradução nossa].

Sobre as características do soldado australiano da Primeira Guerra Mundial e sua influência na formação da nação australiana, Alistar Thomson diz que

Era empreendedor e independente, leal aos seus companheiros e ao seu país, atrevido na batalha, mas

¹³² O minuto de silêncio é praticado em alguns RSL todos os dias. Porém, é no *Remembrance Day*, 11 de novembro, dia em que se comemora o final da 1ª Guerra Mundial, que ainda hoje muitas pessoas respeitam um minuto de silêncio, às 11 horas, conforme já mencionamos anteriormente. Informação disponível no *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/commemoration/remembrance/tradition/> Acesso em 09/05/2017.

¹³³ No site da loja do AWM é possível comprar uma infinidade de objetos relativos ao tema *Anzac*, tais como: camisetas, livros, bonecos, canecas, joias, moedas, biscoitos. Também é possível comprar sementes da árvore *Lone Pine*, típica dos campos de Gallipoli. Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/shop>. Acesso em 09.05.2017. É comum ver esta árvore nos Memoriais que são construídos em jardins e parques.

indisciplinado fora da linha de combate e desprezava a etiqueta militar da classe oficial Britânica. O exército australiano tinha uma natureza igualitária: as relações tanto com oficiais quanto com os outros eram amigáveis e respeitadas. De acordo com a lenda, essas qualidades, fomentadas no interior da Austrália, foram descobertas e imortalizadas na guerra, tipificaram os australianos e a sociedade australiana como uma terra com igualdade de oportunidades para pessoas empreendedoras. Esta foi a nação que atingiu a maioria nos campos de Gallipoli (THOMSON, 2013, p. 32) [tradução nossa].

Shanti Sumartojo afirma que a história dos soldados australianos está muito bem documentada e que “os Anzacs se destacavam entre as tropas combatentes devido a suas características exclusivas, tais como resiliência, perseverança, mateship, suspeita de resistência à autoridade e otimismo” (2016, p. 545) [tradução nossa].

No entanto, considerar que os soldados da Primeira Guerra Mundial foram a gênese da nação australiana não é uma crença unânime. Em outubro de 2008, o ex-Primeiro-ministro, Paul Keating, fez um pronunciamento, disponível no *The Age National*¹³⁴, dizendo que Gallipoli, além de ter sido uma campanha fracassada, não ocorreu em defesa da Austrália, mas sim devido aos laços com a Inglaterra. Disse não ter a intenção de diminuir a bravura dos soldados, mas “acreditar que a identidade australiana nasceu em Gallipoli é um absurdo, pois lá os australianos foram *cut to ribbons and dispatched*”, uma expressão que significa: foram dizimados e depois enviados para lutar nos campos de Flandres.

Mas o que está em jogo neste desejo de trazer o passado para o presente (HUYSSSEN, 2014) através da narrativa que exalta os *Anzacs* e suas características como sendo comum a todos os australianos? Garantir aos australianos diversas formas de lembrar, de manter a memória, pois só “lembramos aquilo que guardamos, aquilo que foi aprendido” (IZQUIERDO,

¹³⁴ “The truth is that Gallipoli was shocking for us. Dragged into service by the imperial government in an ill conceived and poorly executed campaign, we were cut to ribbons and dispatched. And none of it in the defence of Australia. Without seeking to simplify the then bonds of empire and the implicit sense of obligation, or to diminish the bravery of our own men, we still go on as though the nation was born again or even, was redeemed there. An utter and complete nonsense”. Disponível em *The Age National*: <http://www.theage.com.au/national/paul-keatings-speech-20081031-5f1h.html>. Acesso em 08/05/2017.

2014, p. 14) com objetivo de manter a nação coesa e unida pela crença em um passado comum?

Este passado comum se torna vivo através das formas de lembrar que utiliza rituais, comemorações, homenagens e objetos. Estes elementos, em conjunto, fazem parte do processo de lembrar. No entanto, os rituais são fundamentais nestas narrativas, pois o ritual

(...) é mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflete. É um culto encenado. Uma imagem do passado, mesmo sob a forma de meta-narrativa, é transmitida e conservada por performances rituais. E isto significa que aquilo que é recordado nas cerimónias comemorativas é algo mais que uma variante colectivamente organizada da memória pessoal e cognitiva, pois as cerimónias devem funcionar para os que dela participam, se devem ser persuasivas para eles, então esses participantes não devem ser apenas cognitivamente competentes para executarem a performance: devem estar habituados a essa performance (CONNERTON, 1993, p. 86).

Ainda que o discurso nacionalista dos *Anzacs* permeie toda sociedade australiana com objetivo de criar e manter a unidade nacional, utilizando para isto essas variadas formas de lembrar, não se pode olvidar da existência do binômio memória-comércio perpassando a narrativa.

Atualmente não é possível pensar no tema memória ou qualquer outro trauma histórico [como foi o episódio de Gallipoli] como tema ético ou político “separado das múltiplas formas em que está agora ligado à mercantilização e espetacularização em filmes, museus, dramas documentais, etc.” (HUYSSSEN, 2014, p. 15). A memória traumática e a memória de entretenimento são trabalhadas em conjunto de forma que o trauma é tão comercializado quanto a diversão (HUYSSSEN, 2014, p. 16).

O *Australian War Memorial* é o maior memorial e museu de guerra da Austrália. Oferece entretenimento através de temas vinculados às guerras que o país participou. Além das exposições permanentes e temporárias, há uma cerimônia diária às 17 horas. Nela, faz-se uma homenagem específica para um militar da Primeira Guerra Mundial e os familiares são convidados a

participar, levando coroas de flores, que são colocadas ao longo do espelho d'água. Particpei de duas destas cerimônias, cujo ritual inclui a música *The Lest Post* e a repetição da frase *Lest We Forget*.

Estas cerimônias¹³⁵ começaram a ser realizadas desde 2013 quando o australiano Brendan Nelson assumiu o comando do AWM. Naquela ocasião, fez o seguinte pronunciamento:

Nenhum grupo de australianos trabalhou mais para definir nossos valores e crenças, como vemos nosso mundo e nosso lugar nele do que os homens e mulheres que vestiram e agora usam o uniforme da *Royal Australian Navy, Army and Airforce*. O *Australian War Memorial* representa tudo o que é precioso para a nossa nação e, como tal, é uma grande honra e responsabilidade assumir a liderança desta icônica instituição viva na cúspide da comemoração da Austrália do centenário da Primeira Guerra Mundial.
(...)

Todo australiano, seja por nascimento ou imigração, deve se sentir conectado ao Memorial, o que ele representa e significa para nós. Eu farei o meu melhor com o Conselho e a equipe extraordinária do Memorial para trabalhar para este fim¹³⁶
(grifo nosso) [tradução nossa].

A cerimônia diária se desenvolve através de um discurso patriótico e baseado na bravura dos *Anzacs*. Além do público comum que visita o museu, há a presença de muitos escolares. Todos uniformizados, no momento da cerimônia ficam sentados em frente ao espelho d'água. Chamou minha atenção a concentração de todos, sem conversas ou bagunças. Eles não usavam capas de chuva e quase não se mexiam, ainda que estivesse muito frio e uma garoa gelada caísse sobre suas cabeças.

¹³⁵ Estas cerimônias estão disponíveis na internet, canal Youtube.

¹³⁶ Disponível em AWM: <https://www.awm.gov.au/media/press-releases/new-director-brendan-nelson-arrives-memorial>. Acesso em 13.11.2017.

6.3.1 **Surrogates Graves: monumentos de guerra como sepulturas**

Fernando Catroga, assim como Françoise Choay (2006) e Jacques Le Goff (1994) também refere que a palavra monumento deriva do latim *monumentum*, cuja raiz *men* expressa uma das funções do espírito que é a memória (2010, p. 170). Os monumentos de guerra, especialmente na Austrália, são suporte de memória (NORA, 1993) e de história, erigidos para homenagear os mortos, para que sejam lembrados e chorados.

Porém, estes monumentos têm outra função além das mencionadas, pois concedem um lugar aos mortos, o lugar que não lhes foi permitido estar após a passagem para o outro lado da vida. Seus corpos estão em uma terra estranha, em sepulturas coletivas que muitas vezes têm seus nomes, mas não seus corpos.

Um ouvinte do programa de rádio *Australian All Over*, programa semanal aos domingos de manhã, ligou contando que seu avô foi visitar o cemitério de *Lone Pine* e ficou surpreso ao ver a sua própria sepultura: seu nome estava lá, como se aquele corpo fosse o dele; contou que em uma ocasião, durante a campanha de Gallipoli, o avô entregou seu diário e sua identificação militar para um amigo enquanto tomava banho. Houve um ataque turco e o amigo morreu com a identificação dele.

A ausência dos corpos, que permitiriam a “despedida libertadora da presença do cadáver” (CATROGA, 2010, p. 166) e a realização dos rituais funerários na presença do corpo, não foi permitida aos australianos que perderam seus familiares e amigos na guerra. Por isto, o processo do luto se tornou uma prática coletiva, o movimento dos memoriais de guerra, de forma que os mais diversos tipos de memoriais foram construídos a partir de 1915: cenotáfios¹³⁷, os mais comuns, mas também obeliscos, estátuas, pilares, janelas, portões, estruturas ornamentais, parques, jardins ou edificações¹³⁸ que se tornaram os substitutos dos túmulos.

¹³⁷ Cenotáfios são os monumentos fúnebres em homenagem a alguém que está sepultado em outro lugar.

¹³⁸ Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/articles/encyclopedia/war-memorials> . Acesso em 26/07/2017.

Contemporaneamente a interação dos vivos com os monumentos de guerra não é somente um processo social de luto, mas sim “um culto coletivo aos mortos (...), uma forma de representar a continuidade do grupo mediante a sacralização do seu passado” (Peralta, 2014, p. 214). Este momento patriótico se desenvolve através de um ritual “codificado e institucionalizado, que exige um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de actores” (CATROGA, 2010, p. 165). O ritual é institucionalizado [há um roteiro semelhante em todas as cerimônias], há um dia específico para a comemoração [*Anzac Day*], os atores [os australianos] e há um espaço cênico.

Este espaço são os locais onde há monumentos de guerra, fundamentais nos processos de comemoração e nas homenagens aos mortos, pois ancoram a memória viva e a memória artificial, sendo tanto suportes de memória (NORA, 1993) quanto suportes de história.

Nestes monumentos, além dos nomes dos *Anzacs*, há frases de impacto como “*Lest We Forget*”, “*To our glorious dead*”, “*In the morning we will remember them*”; que auxiliam os australianos a lembrar quem eles são, de onde vieram e para onde vão, além de palavras que descrevem o caráter dos *Anzacs*, tais como, *endurance*, *mateship*, *courage* e *sacrifice*, indicando o caráter sagrado desta memória.

6.3.2 Ritos em homenagem aos mortos: religião civil?

Esse processo cultural que culmina no *Anzac Day* tem promovido debates na Austrália sobre ser ou não ser este dia um ritual que o caracteriza como “religião alternativa” ou “religião civil”. No prefácio do livro *Sacred Places*, o professor de História da Yale University, Jay Winter, afirma que “na celebração do *Anzac Day* os australianos criam uma religião civil” (INGLIS, 2008, p. iv).

Conforme Michael Kearl (1983), os sistemas políticos herdaram os problemas e as táticas das religiões quando confrontados com a morte, principalmente a morte na guerra que, não sendo uma morte natural, poderia

ser politicamente evitada. Esta morte, que poderia ter sido politicamente evitada, mas não foi, torna-se um símbolo político que mobiliza a coletividade e oferece opções de imortalidade (KEARL, 1983) aos combatentes, uma vez que “no Estado moderno são os sistemas políticos, e não apenas os sistemas religiosos, que se encarregam de dar ordem simbólica e transcendência à morte” (PERALTA, 2014, p. 214).

O combatente morto pode ser pensado em dois aspectos, que não são excludentes, e que lhe concede transcendência à morte. Um aspecto, é do combatente que tem um nome, uma família. Sua história é parte da tradição familiar e seu nome está inscrito no rol da fama no AWM¹³⁹ e, certamente no monumento da sua cidade.

Outro aspecto, é o do combatente anônimo, ou o “soldado desconhecido”, que não é uma pessoa individualmente considerada, que não desperta a emoção por ter um nome ou uma história particular a contar, mas cuja existência desperta a emoção coletiva por fazer parte da história de todos os australianos. O soldado desconhecido representa todos os mortos, pois é um compatriota assim como todos os australianos o são. O túmulo do “soldado desconhecido” é o suporte para o que não pode ser esquecido: a manutenção da memória de quem eles são, de onde vieram e para onde irão, conferindo-lhes uma identidade e o senso de pertencimento.

Em 1993 o AWM inaugurou a sepultura do “soldado desconhecido”. Nesta sepultura está o corpo de um soldado sem identificação que foi trazido do *Adelaide Cemetery*, perto de Villers-Bretonneux, na França¹⁴⁰. Para se chegar ao local é preciso subir uma escadaria e passar por um grande portão. A sepultura fica no meio da sala onde há quatro esculturas enormes de soldados, quatro pilares representando a água, a terra, o céu e o ar, três enormes e lindos vitrôs com soldados como motivo. Estes vitrôs são como os que se pode ver nas catedrais. O teto é uma abóboda dourada feita de

¹³⁹ Duas paredes do segundo andar do pátio interno do AWM fazem frente espelho d'água e têm o nome de todos os combatentes da Primeira Guerra Mundial inscritos em uma enorme placa de bronze. As pessoas fazem homenagens colocando as *poppies* compradas na loja.

¹⁴⁰ Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/talks-speeches/keating-remembrance-day-1993/>. Acesso em 09/05/2017.

pequenas pedras arranjadas que formam soldados que parecem anjos. As paredes são feitas destas pequenas pedras coloridas também em tons de dourado, que formam mosaicos de soldados. Dentro deste local se tem a sensação de estar em uma Igreja, com anjos e um altar, neste caso a sepultura do soldado desconhecido. Em cima da sepultura as pessoas colocam *poppies*, papoulas de papel vermelho que podem ser compradas na loja do museu.

Durante a cerimônia de inauguração o então Primeiro-ministro fez um discurso destacando o quanto a bravura dos *Anzacs* desperta a fé estimulada pela lenda

Ganhamos uma lenda: uma história de bravura e sacrifício e, com ela, uma fé mais profunda em nós mesmos e na nossa democracia, e uma compreensão mais profunda do que significa ser australiano¹⁴¹[tradução nossa].

A atmosfera do local onde está a sepultura do “soldado desconhecido” se harmoniza com a afirmação de Michael Kearl (1983) sobre a política ser como a religião na sua tendência e necessidade de fornecer opções de imortalidade. O discurso do ex-Primeiro-ministro Paul Keating faz referência aos *Anzac* como uma lenda, e do quanto a fé neles reafirma o que significa ser um australiano. Por isto, os mortos de Gallipoli se tornaram um símbolo político e nacionalista, cujo intuito visa mobilizar os australianos com diversas práticas [rituais, objetos] que lhes garantam a imortalidade.

No dia 17 de maio de 2017 entrevistei o prof. Dr. Robert James Smith, 64 anos e professor de história na Southern Cross University (SCU). Quando criança, participava de todos os *Dawn Services*, pois seus dois avôs foram para a Primeira Guerra Mundial e o pai também foi militar; por isso, conviveu a vida toda com militares. No entanto, não simpatiza com as comemorações. Em 1972 participou das manifestações contrárias à participação da Austrália na guerra do Vietnã, época em que o alistamento era

¹⁴¹ Parte do discurso do Primeiro-ministro em 1993, Paul Keating. Disponível em *Australian War Memorial*: <https://www.awm.gov.au/talks-speeches/keating-remembrance-day-1993/>. Acesso em 09/05/2017.

obrigatório – ele não precisou se alistar, pois a obrigatoriedade foi revogada antes dele ter a idade necessária. Naquela ocasião, muitos australianos se negaram a participar da guerra e foram presos. As manifestações começaram em 1970.

A Guerra do Vietnã foi o maior envolvimento militar que a Austrália já participou e muitos australianos se opuseram a isso. Após o sucesso das manifestações realizadas em cidades americanas em 1969, grupos de cidadãos uniram forças para fazer algo semelhante na Austrália. Eles esperavam forçar a retirada das tropas australianas e estrangeiras do Vietnã e revogar o *National Service Act* (1964).

(...)

A primeira manifestação ocorreu em maio de 1970. Em toda a Austrália, mais de 200 mil pessoas participaram, com cerca de 100 mil pessoas em Melbourne em uma ocupação pacífica da cidade, dia 8 de maio. A segunda, foi realizada em setembro de 1970, e uma terceira em junho de 1971. No início das eleições federais de 1972, uma promessa de encerrar o recrutamento fazia parte da campanha trabalhista. O governo de Whitlam, recentemente eleito, aboliu imediatamente o alistamento obrigatório e liberou da prisão os que se negaram a participar da guerra¹⁴² [tradução nossa].

Certamente o ritual do *Anzac Day* concede imortalidade aos combatentes, pois é o momento em que há mobilização para que o sistema social e suas estruturas de valor sejam revigoradas (KEARL, 1983). O valor dos mortos em guerra é (re)lembrado neste ritual anual, cuja função é “integrar os indivíduos em cadeias de filiação identitária” (CATROGA, 2010, p. 173). Esta filiação identitária é renovada e (re)alimentada pelo ritual, momento em que o sentimento de pertencer a um grupo social e de ser um australiano é relembrado com orgulho. Esse orgulho tem sua gênese nos *Anzacs*, cuja história é recordada durante todo ano por diversas práticas, mas que no *Anzac Day* tem seu ápice.

As homenagens do *Anzac Day* são rituais que podem ser comparados aos cultos religiosos que têm por objetivo estimulador do nacionalismo. Robert Smith diz que

¹⁴² Disponível em *ABC News*: http://www.abc.net.au/archives/80days/stories_/2012/01/19/3411534.htm . Acesso em 11.10.2017.

o folclore da guerra, especialmente os cavadores¹⁴³, são fortes elementos na nossa identidade nacional e que o espírito *Anzac* se traduz como o próprio nacionalismo australiano e o *Anzac Day* nada mais é do que uma mensagem nacional geral (SMITH, 2003, p. 199) [tradução nossa].

Neste sentido, as práticas culturais australianas produzem rituais, objetos, museus, memoriais, filmes, seriados, músicas, expressões, literatura, estudos acadêmicos, e só podem ser entendidas no contexto em que estão inseridas. Estas práticas indicam a influência da vida militar na vida civil, e vice-versa, de forma que estas duas dimensões da vida atuam juntas nas artes de fazer (DE CERTEAU, 2014) cotidiana dos australianos.

6.4. OUTROS ELEMENTOS INTEGRANTES DAS PRÁTICAS CULTURAIS

Durante minha pesquisa identifiquei vários elementos, além dos monumentos de guerra e do ritual do *Anzac Day*, que fazem parte das práticas culturais vinculadas aos *Anzacs*. As papoulas, o alecrim, medalhas, jogos, exposições, nome de ruas e avenidas, turismo cultural, filmes, pinturas, seriados, músicas e poemas, juntos formam uma “constelação de elementos” (SUMARTOJO, 2016, p. 550) que contribuem para a manutenção dos valores e do sentimento nacionalista, auxiliando na construção e manutenção da memória e da identidade.

As *poppies* [papoulas] são utilizadas como forma de homenagear os mortos. São usadas nas lapelas dos casacos, nos monumentos e para ornamentar jardins e memoriais. Nasceram nos campos onde ficava o *Western Front* e estão associadas ao sangue dos soldados mortos. Tornaram-se um símbolo do sangue dos mortos desde que o Major John McCrae escreveu o poema *In Flanders Field*

Durante os primeiros dias da segunda batalha de Ypres, um jovem oficial de artilharia canadense, tenente Alexis Helmer, foi morto em 2 de maio de 1915. Ele estava servindo na mesma

¹⁴³ *Digger*, como também são chamados os *Anzacs*, pois uma de suas atividades nos campos de Gallipoli era cavar as trincheiras.

unidade de artilharia do amigo, o médico militar Major John McCrae. Como o médico da brigada, John McCrae foi convidado a conduzir o serviço de enterro para Alexis. Acredita-se que naquela noite, após o enterro, John começou o rascunho para o poema agora famoso "*In Flanders Fields*"¹⁴⁴ [tradução nossa].

Parte do poema *In Flandes Fields*¹⁴⁵ diz:

In Flanders fields the poppies blow
Between the crosses, row on row,
That mark our place; and in the sky
The larks, still bravely singing, fly
Scarce heard amid the guns below.

We are the Dead. Short days ago
We lived, felt dawn, saw sunset glow,
Loved and were loved, and now we lie
In Flanders fields.

Conforme informação disponível na exposição *Spirit of Anzac Centenary Experience* e no blog "5000poppies", o uso das papoulas como forma de homenagem se intensificou nos últimos anos devido ao tributo que duas australianas fizeram aos seus pais:

Começou como um pequeno tributo pessoal de Lynn Berry e Margaret Knight para honrar seus pais que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Em 2013 elas fizeram 120 papoulas de crochê e colocaram no Memorial de Melbourne no *Remembrance Day*. Desde então as papoulas tornaram-se um tributo internacional de respeito e lembrança daqueles que serviram em todas as guerras, conflitos e operações de paz, suas famílias e comunidades¹⁴⁶ [tradução nossa].

¹⁴⁴ Disponível em *Great War*: <http://www.greatwar.co.uk/poems/john-mccrae-in-flanders-fields-inspiration.htm>. Acesso em 10.12.2017.

¹⁴⁵ Idem, ibidem.

¹⁴⁶ Disponível em *5000poppies*: <https://5000poppies.wordpress.com/about/>. Acesso em 15.11.2017.



Imagem 57:
Entrada da exposição *Spirit of Anzac Centenary Experience*, com a palavra *Anzac Day* escrita com papoulas.
Fonte: foto da autora, 26.04.2017.

O **alecrim** é uma planta que nasce nos campos da Península de Gallipoli. Muitas pessoas usam ramalhetes de alecrim nas lapelas dos casacos como forma de homenagem, pois

Desde a antiguidade, acredita-se que essa erva aromática possui propriedades para melhorar a memória. Talvez por isso, o alecrim tornou-se um emblema de fidelidade e lembrança na literatura e no folclore. Tradicionalmente, os raminhos de alecrim são usados no *Anzac Day* e, às vezes, no *Remembrance Day*. Rosemary tem um significado particular para os australianos, pois é encontrado ao natural e em crescimento na península de Gallipoli¹⁴⁷[tradução nossa].

(...)

Estudantes gregos usavam o alecrim nos cabelos para ajudar a lembrar seus estudos, e a associação com a lembrança

¹⁴⁷ Disponível em AWM: <https://www.awm.gov.au/commemoration/customs-and-ceremony/rosemary>. Acesso em 15.11.2017.

permanece até os tempos modernos. Na literatura e no folclore é um emblema da lembrança. No *Anzac Day*, o uso de pequenos raminhos de alecrim na lapela do casaco, preso ao peito ou mantido no lugar por medalhas é, portanto, sinônimo de lembrança e comemoração¹⁴⁸[tradução nossa].

As **medalhas** são uma das formas de homenagear os combatentes por bravura e outros feitos, sendo uma tradição nas organizações militares. Na Austrália são passadas de geração em geração, mas não podem ser divididas entre os familiares. “Somente uma criança da família receberá o conjunto de medalhas e os critérios de escolha de quem receberá podem ser motivo de conflito familiar” (SMITH, 2003, p. 199). Em outras situações as medalhas podem ser

organizadas em um lugar como um santuário juntamente com a foto do familiar uniformizado; no entanto, qualquer uma destas formas de exibição parecem inadequadas nos casos em que o familiar não desejava compartilhar suas experiências de guerra (SMITH, 2003, p. 200) [tradução nossa].

Ainda que não exista nenhum *Anzac* na família, a narrativa se generalizou e se tornou familiar através do ensino escolar, da cobertura da mídia, das comemorações do *Anzac Day* e pela repetição feita pelos líderes políticos (SUMARTOJO, 2016).

Não encontrei informação específica sobre o ensino do tema *Anzac* quando acessei o site do Sistema Educacional do Estado de NSW. No documento oficial¹⁴⁹ há referência ao ensino da cultura “através do estímulo ao conhecimento e a descoberta da cultura desde o kindergarden (jardim de infância)”, porém não há indicação específica sobre o estudo da tradição *Anzac*.

¹⁴⁸ Disponível em AWM: <https://www.awm.gov.au/commemoration/customs-and-ceremony/rosemary>. Acesso em 15.11.2017.

¹⁴⁹ Disponível em *Department of Industry*: <https://www.industry.nsw.gov.au/live-and-work-in-nsw/lifestyle/quality-of-life/education>. Acesso em 15.08.2017.

A australiana Britney é professora na *Randwick Public Scholl*, tem 25 anos e contou sua experiência como aluna e sobre o seu trabalho como professora, referindo que

Durante toda a vida escolar lembro que o *Anzac Day* era sempre durante as férias escolares. Portanto, antes do dia 25 de abril de cada ano era realizada uma assembleia para enfatizar a importância do dia. Sempre participavam convidados especiais que falavam sobre o significado por trás do *Anzac Day*. Além disso, tínhamos o minuto de silêncio na sala de aula, seguido de uma atividade como a colocação de papoula vermelhas em algum monumento.

(...)

O *Anzac Day* é um dia especial e quanto mais velha eu fico, mais eu entendo e mais minha admiração cresce.

Neste ano mostrei meu respeito participando do *Dawn Service*, onde centenas de membros da comunidade estavam presentes. O *Dawn Service* inclui uma chamada de corneta com *Ode of Remembrance*, *Last Post*, um minuto de silêncio, *Reveille*, grinaldas de flores e discursos [tradução nossa].

Atualmente, ela é professora de crianças na faixa etária de sete anos, e disse que faz atividades com os alunos com objetivo de que eles entendam a importância do dia:

Todos os anos na época do *Anzac Day* realizo atividades apropriadas para a idade. O objetivo é ajudar meus alunos a entenderem a importância do dia. Ensinei as crianças de 7 anos através de livros ilustrados e de histórias como *One Minute's Silence*, escrito por David Metzthen. Nós também fizemos uma girlanda de papoula vermelha, pois essa flor particular se tornou um símbolo da lembrança da guerra através do mundo.

(...)

A maioria das crianças já tinha conhecimento sobre o *Anzac Day* e muitos tinham histórias para compartilhar sobre seus bisavós que eram soldados. Recebemos na escola um soldado que foi convidado a compartilhar suas experiências. A banda da escola tocou uma música chamada "Lembrar os Anzacs", seguida do *The Last Post* e do minuto de silêncio [tradução nossa].

Assim sendo, o tema *Anzac* está presente no ensino escolar desde os primeiros anos. Os alunos são estimulados a compreender o sentido do *Anzac Day* através de várias atividades, como leituras e atividades artísticas

[produção de guirlandas de papoulas]. Conforme refere Britney, alguns alunos compartilharam histórias dos seus bisavôs que foram soldados. Além disto, são promovidas outras atividades na escola: soldados que compartilham suas experiências e a banda da escola toca as mesmas músicas que fazem parte do ritual matinal do *Anzac day*.

Outras práticas são a promoção dos **jogos** no dia do *Anzac Day*, como o “*Anzac Day Clash*”¹⁵⁰ e o “*Anzac Day Cup*”¹⁵¹. Também são promovidos **concursos** de arte e educacionais, assim com **exposições**. Existem **músicas** com o tema *Anzac*, relatando o sofrimento dos soldados ou das famílias. Há pelo menos uma **avenida** ou uma **rua** em todas as cidades onde estive que são chamadas de *Anzac*. Em Sydney, a *Anzac Parede* atravessa a cidade desde o centro até os bairros ao sul da cidade e tem mais de 15 km.

O **turismo cultural** também faz parte das práticas: visitar o *Western Front* e Gallipoli tem sido um dos destinos escolhidos pelos australianos para prestarem suas homenagens nos dias 25 de abril. Sumartojo (2016) aponta uma pesquisa em que 62% dos australianos que visitam Villers-Bretonneux têm um parente que serviu na Primeira Guerra Mundial. David, 72 anos e atual Prefeito de uma cidadezinha litorânea ao norte do estado de *NSW*, esteve em Gallipoli em 2016. Seu avô paterno morreu naqueles campos, por isso fez a viagem ao local. Na ocasião em que conversamos, mostrou-me algumas fotos da viagem: a *Anzac Cove*, o cemitério *Lone Pine* e duas lápides com os nomes de australianos e suas idades: 16 anos. Segundo ele, “os meninos mentiam suas idades na hora do alistamento e os responsáveis fingiam que acreditavam”.

Existem muitos **filmes** sobre o tema Gallipoli, mas destacarei dois: *Gallipoli*, de 1981, e *Promessas de Guerra*, de 2014. O filme *Gallipoli* tem Mel Gibson no papel principal e o assisti na Austrália. O enredo conta a história de amigos que se alistam juntos e vão para o treinamento no Egito e depois para Gallipoli. *Promessas de Guerra*, com Russel Crowe no papel principal, narra a

¹⁵⁰ *Anzac Day Clash* é um jogo de futebol. Disponível em https://en.m.wikipedia.org/wiki/Anzac_Day_clash. Acesso em 20/07/2017.

¹⁵¹ *Anzac Day Cup* é um jogo de Rugby. Disponível em *Roosters*: http://www.roosters.com.au/news/2015/04/19/anzac_day_cup_the_tr.html. Acesso em 20/07/2017.

história de um pai, fazendeiro que perdeu os três filhos em Gallipoli. Ele viaja para Turquia porque prometeu à esposa que traria os corpos dos filhos para casa. Na primeira vez que assisti, achei um filme comum. Na segunda vez, já tendo ouvido, lido e pesquisado sobre Gallipoli, e o filme tomou outra proporção. Baseado em uma história real, o filme mostra a dor privada – dos pais que perderam os três filhos, mas também a dor de toda nação que não pode elaborar a morte de seus filhos nos rituais funerários.

O **seriado** *Anzac Girls* conta a história de quatro enfermeiras australianas trabalhando na Primeira Guerra Mundial. Alice, a personagem principal, se encanta pelo Major Harry, recém-chegado da Austrália. Em uma cena os dois estão tomando chá quando ela faz uma crítica à campanha de Gallipoli. O diálogo é o seguinte:

Alice – Bem, isto é invasão. Tenho visto o que isto significa para pessoas reais.

Major – Você não viu os australianos [na Austrália]. Você deveria ver como as pessoas reagem quando a palavra Gallipoli é mencionada. Eles estão reagindo ao que leem nos jornais e não ao que realmente acontece.

Nós não podemos esquecer Alice, estamos construindo um nome para nós mesmos. Os neozelandeses também e eu estou orgulhoso disto.

Alice – Eu também estou, mas você fala sobre isto como se fosse um jogo de *cricket*. Eu não acredito que tu entendas o que estamos enfrentando.

Major – Eu penso que tenho uma leve ideia.

Eles ficam constrangidos com o diálogo pesado. Ele ajeita a garganta e segue dizendo:

Major – Uma vitória contra os turcos provará que nós não somos somente uns colonos.

Alice – Uma vitória? Harry, nós não estamos ganhando e pessoas estão morrendo!

Major – Eu sei o que está nos jornais. E sei o que está acontecendo na Turquia também. Gallipoli, Alice, é nossa chance, o passo que nos tirará da sombra dos britânicos e eu quero ser parte disto.

Mais chá? [tradução nossa].

O diálogo acima retrata um possível passado, buscando remeter a um passado real através da posição do Major e da enfermeira Alice, mas

também indica como é “difícil traçar a linha divisória entre o passado mítico e o passado real” (HUYSSSEN, 2014, p. 12).

Todos estes elementos são constituintes das práticas culturais. Alguns são promovidos pelas estratégias, tais como, nomear ruas e avenidas, conceder medalhas aos combatentes, manter o dia 25 de abril como feriado. Outros são criações espontâneas, como as papoulas que as australianas produziram para homenagear seus pais e que se tornaram uma prática incorporada às homenagens, com impacto internacional.

6.5. EMOÇÃO: PROGRAMA DE AÇÕES QUE ATUA NA MEMÓRIA ATRAVÉS DOS RITUAIS

As comemorações do *Anzac Day*, especialmente o *Dawn Service*, têm as características dos rituais apontadas por Paul Connerton (1993): linguagem performática [discurso do mestre de cerimônia criando a imagem do desembarque em Gallipoli], formalizada [script, músicas, bandeiras, bênçãos], discursos mais ou menos invariáveis [a importância dos *Anzacs* na formação da identidade australiana], repetição de expressões [*Lest we forget*] e a realização do evento anual.

Durante todo o ano são realizadas as estratégias e as táticas para a construção e manutenção da memória que, usando os diversos elementos descritos no item 6.4., permitem que

Bastante pontos de contato entre umas e as outras [memórias] para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (...) É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito quanto no dos outros (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A reconstrução da lembrança se opera a partir de dados, no caso australiano a constelação de elementos carregados de apelo emocional e de referência à identidade australiana, que permeiam o cotidiano da população.

Estes elementos são os *atos de transferência* (CONNERTON, 1993), transmitidos e conservados durante todo o ano pelas práticas culturais cotidianas. No entanto, o ritual do *Anzac Day* permite que o passado conceda sentido ao presente, pela identificação com aqueles mortos que eram tão australianos quanto os vivos são, ou seja, “eles eram um de nós”, como disse o mestre de cerimônias no *Dawn Service* em *North Bondi*.

Neste processo, as emoções têm um papel fundamental, uma vez que o *script* do ritual conduz ao processo intelectual que desenvolve um programa de ações, tais como ouvir [discursos, sons] e ver [monumentos, bandeiras], provocando reações dentro do corpo de forma complexa, no coração, músculos, pulmões (DAMÁSIO, 2012) e que não podem ser escondidas, pois se percebe objetivamente: o coração e a respiração aceleram, a pele se arrepia e as lágrimas enchem os olhos. Foram essas as lágrimas que vi no meu interlocutor nas duas cerimônias em que estive presente, em *North Bondi* e no *Anzac Memorial*, quando repetiu a frase *Lest We Forget*.

Preciso referir que fui afetada pela cultura australiana e, por isso, entendi a importância das emoções no processo de construção da memória e da identidade nesse país. Fiquei emocionada inúmeras vezes, e isto me ajudou a compreender a dinâmica cultural que tem um programa de ações (DAMÁSIO, 2011) onde as emoções são fundamentais na forma como a memória e a identidade australianas são construídas e mantidas. Jeanne Favret-Saada (2005) escreve sobre a importância do ser afetado pelo campo de pesquisa sem que isto signifique que há envolvimento com o ponto de vista dos nativos, pois o ponto de partida do deixar-se afetar

é o reconhecimento de que a comunicação etnográfica ordinária – uma comunicação verbal, voluntária e intencional, visando à aprendizagem de um sistema de representações nativas – constitui uma das mais pobres variedades da

comunicação humana. Ela é especialmente imprópria para fornecer informações sobre os aspectos não verbais e involuntários da experiência humana (FAVRET-SAADA, 2005, p.160).

O ritual do *Anzac Day* atrai milhares de pessoas¹⁵² em um processo que, associado a outras práticas, funciona como uma forma específica de dominação, reforçando a coesão social pela adesão afetiva do grupo (OLIVEN, 1993). Nesse momento, a “combinação entre a transmissão protomemorial e a memorial interagem uma sobre a outra” (CANDAU, 2011, p. 121), fazendo com que todas as atividades que ocorrem durante o ano se configurem em “um sistema organizado de pensamentos e gestos” (CANDAU, 2014, 121). Esse sistema é evocado pelo programa de ações (DAMÁSIO, 2012), cujos estímulos externos são fundamentais. São os estímulos aos olhos [atmosfera do local, medalhas, moedas, flores, bandeiras], aos ouvidos [música, discursos, bênçãos], a fala [repetição da expressão *Lest we forget*] e às emoções os responsáveis pela criação e manutenção da memória e da crença nos *Anzacs*.

Essa crença é estimulada durante todo o ano nas escolas e nas atividades culturais. Porém, é no ritual do *Anzac Day* que ocorre o ápice do processo. Ainda que a cerimônia seja efêmera, pois dura somente algumas horas do dia, sua eficácia emerge da combinação de “história, memória, lugar, ambiente, paisagem, objetos, textos, sensação” [e emoções], cuja constelação de elementos “encoraja conexões entre as pessoas” (SUMARTOJO, 2016, p. 550). Uma conexão que é construída ao longo do ano, através de inúmeras práticas culturais.

Neste sentido, os monumentos têm um papel de destaque. Eles são os atores principais do espetáculo nos *Anzac Day*, atuando como actantes não-humanos (LATUR, 2014). Mais do que representar na sua materialidade os combatentes, pode-se considerar que os mortos realmente estão ali, vivos. Por isto, os monumentos de guerra não são apenas objetos de valor estético ou

¹⁵² Há um número elevado de pessoas que comparecem aos serviços matinais, aos desfiles, às comemorações mais descontraídas e há ampla cobertura dos meios de comunicação.

histórico, mas são os próprios combatentes que, revividos através da emoção, evocam a memória e a identidade australianas.

REPENSANDO OS ACHADOS ETNOGRÁFICOS: À GUIA DE CONCLUSÃO

O que somos nós sem memória?
Ela nos concede existência
Nos permite esquecer e lembrar
Sem esquecer há tudo
Sem lembrar não há nada.

Dediquei esta tese ao estudo dos processos de interação dos atores humanos com os monumentos no que se refere aos usos e apropriações, na perspectiva da constelação identitária formada pelas categorias patrimônio cultural, memória e identidade. Este estudo se ocupa tanto das práticas culturais da contemporaneidade que decorrem dos usos e dos significados dos monumentos cívicos, quanto analisa em que medida esses usos e significados se modificaram, dando lugar a novas práticas culturais que participam da construção e da manutenção da memória e da identidade.

Para atingir este objetivo escolhi três monumentos cívicos que têm a função de homenagear pessoas e eventos. Em Porto Alegre, pesquisei o Monumento a Júlio de Castilhos, localizado na Praça da Matriz. Na Austrália, escolhi dois monumentos de guerra: em *North Bondi* e no *Hyde Park*, ambos na cidade de Sydney.

Nos capítulos 2 e 3 foram estudadas as principais categorias de análise. No capítulo 2, evidenciou-se que, ainda que objetos e rituais existam em todas as sociedades, o patrimônio cultural foi forjado no final do século XVIII e século XIX para consagrar os Estados Nacionais pela construção e manutenção da memória e identidade nacional. Desde então, são realizadas inúmeras práticas que visam garantir sua preservação, tais como os processos de patrimonialização e as técnicas de conservação preventiva e restaurativa, que visam evitar os agentes dissociação. No capítulo 3, constatou-se o papel dos monumentos no processo de construção e manutenção da memória e da identidade, assim como em que medida as categorias função, origem, usos, memória, valor, tempo e agentes de dissociação contribuem para a

caracterização dos monumentos como sendo monumentos vivos ou monumentos históricos. As emoções têm um papel fundamental no lembrar e no esquecer, pois quanto mais emocionais são os eventos e estímulos externos, maior será a possibilidade de manter a memória.

No capítulo 4, dedicado às origens e à história do monumento, constatou-se que o Monumento a Júlio de Castilhos foi construído com objetivo de homenagear o político gaúcho, consagrar os princípios republicanos por ele defendidos e garantir que seus feitos políticos não fossem esquecidos. Para isto, eram realizados rituais e homenagens durante a República Velha, práticas que foram abandonadas na década de 1930 devido às diretrizes políticas centralizadoras do governo de Getúlio Vargas, que priorizou a homogeneização cultural da nação brasileira, com o afastamento de algumas práticas sociais locais e regionais.

Os capítulos 5 e 6 apresentam o trabalho empírico de cunho etnográfico, realizado em Porto Alegre e na Austrália. Em relação ao Monumento a Júlio de Castilhos, constatou-se que as funções para as quais foi construído não se mantêm na atualidade. Ainda que tenha sido construído para ser um suporte de memória, os agentes de dissociação se tornaram realidade e seus usos não mais seguem os originalmente pensados à época da sua construção. Atualmente, o monumento não é mais um suporte de memória e, eventualmente, pode ser um suporte de história. Caracteriza-se mais como um objeto artístico e suporte para colocação de objetos e frases de cunho político, bem como outras intervenções, como pichos e pinturas. Diversamente da realidade encontrada em Porto Alegre, o papel dos monumentos de guerra na Austrália segue suas funções originais. Os monumentos pesquisados revelaram que são suportes de memória para a construção e manutenção da memória e identidade australianas. Para isto, são realizadas inúmeras práticas culturais durante o ano com vistas à participação de todos no *Anzac Day*, momento em que as emoções provocadas pelo ritual de homenagem aos combatentes têm um papel de destaque na lembrança de quem eles são.

Assim, pode-se constatar que os monumentos cívicos são objetos que têm funções definidas desde a sua gênese, pois são erigidos com o objetivo de homenagear pessoas e/ou eventos que representam os valores de

um grupo. A construção de monumentos com este propósito ganha força no século XIX, quando o uso de aportes como bandeiras, escudos, hinos, um passado comum e monumentos foram largamente utilizados para consagrar a ideia de nação.

No entanto, devido à dinâmica dos processos sociais, nem sempre as funções originais dos monumentos são mantidas. Dois elementos são fundamentais para que os monumentos não se dissociem de suas funções originais: a conservação da materialidade e a conservação das informações e valores a seu respeito.

A conservação da materialidade evita os danos físicos que podem ser ocasionados pela ação do tempo, agentes químicos, pragas, vandalismo, etc., conforme descrito no Quadro 4. A conservação dos valores depende da continuidade das práticas sociais no cotidiano, pois são elas que garantem a construção e a manutenção dos valores associados aos monumentos. Estes, por sua vez, serão mantidos conforme a intensidade com que as práticas sociais são realizadas, pois quanto maior o grau de intensidade das práticas, maior será a preservação dos valores e das informações.

Os monumentos, isoladamente, não têm o poder de manter os valores que lhes foram imputados quando da sua construção, pois não têm realidade intrínseca. Por isto, poderão ser considerados como vivos quando sua presença no cotidiano estiver acompanhada de práticas que estimulem a memória dos valores para os quais foram erigidos. São essas práticas, com destaque para os rituais de homenagem, que constroem e mantêm a memória viva e a identidade, garantindo o senso de pertencimento ao grupo e o autorreconhecimento pessoal.

Neste aspecto, os monumentos podem ser considerados actantes não-humanos, pois provocam ações e reações em sua materialidade e, por isto, estão vivos e participam da rede. Ainda que as interações possam ser diversas das pensadas quando da sua construção, o que caracteriza um monumento como actante não-humano é a sua capacidade de provocar os

atores sociais, cujas consequências serão as diferentes formas de interação, conforme ficou evidente nesta pesquisa.

A pesquisa empírica no Brasil e na Austrália demonstrou de que forma estas práticas se desenvolvem e como a intensidade das comemorações pode contribuir para que os monumentos se mantenham vivos no cotidiano. A experiência nos dois países permitiu a compreensão de duas categorias relativas aos monumentos: “monumentos vivos” e “monumentos históricos”. Para que os monumentos cívicos possam ser considerados como “monumentos vivos”, e sejam mantidas suas funções originais, é preciso que a constelação identitária formada pelo patrimônio cultural, memória e identidade estejam presentes nas práticas sociais cotidianas. Os “monumentos históricos”, por sua vez, são testemunhos do passado quando dissociados das informações e valores originais e das práticas cotidianas. Poderão ainda ser meros objetos nas situações em que sua materialidade deixa de representar o testemunho do passado.

Brasil e Austrália possuem inúmeras diferenças culturais, apesar de as duas nações terem sido colônias de países europeus. Essas diferenças podem ser observadas na constelação identitária, na organização política, na língua e na forma como cada país valoriza e preserva os valores, a memória e a identidade da nação.

Françoise Choay afirma que a construção dos monumentos, ao final do século XVIII e século XIX, foi impulsionada pela Revolução Industrial, ainda que as consequências na Grã-Bretanha e na França tenham sido diferentes. Esta diversidade foi identificada na pesquisa de campo em Porto Alegre e na Austrália, uma vez que estes países sofreram a influência dos valores franceses e ingleses, respectivamente, cuja consequência pode ser vista até hoje pela forma como as interações com os monumentos se desenvolve em cada país.

Na Austrália, por influência inglesa, a construção dos monumentos se mantém ligada às tradições e ao passado, sendo os valores lembrados por rituais sazonais e outras práticas cotidianas que reforçam quem são os

australianos. No Brasil, por influência francesa, a construção dos monumentos esteve associada à ideia de progresso e de futuro, com vistas à construção da nação brasileira. A ereção de monumentos cívicos foi fundamental no processo de formação da nação brasileira e, em sua maioria, foram construídos para homenagear políticos que defendiam a nova configuração política no Brasil. Assim como na França, quando o Brasil se tornou uma República, as tradições da monarquia deveriam ser esquecidas para que o sentimento republicano iniciasse a sua tradição. Por isto, a colocação do monumento a Júlio de Castilhos, republicano desde sua gênese, ocorreu simultaneamente à retirada de dois objetos que faziam referência ao regime monárquico: o Chafariz do Imperador e a estátua do Conde de Porto Alegre.

Estas diferenças, o uso de monumentos para confirmar as tradições e o uso de monumentos para iniciar uma tradição, indicam as diferentes formas de relação que a Austrália e que o Brasil têm com os monumentos cívicos. A forma como as interações com os monumentos são praticadas nos dois países têm consequências diferentes.

O monumento a Júlio de Castilhos foi construído para ser um testemunho do futuro e para garantir sua memória, que deveria ser preservada com o auxílio do monumento e das práticas [homenagens] que se realizavam durante a República Velha.

Na Austrália os monumentos de guerra começam a ser construídos de forma sistemática após a campanha militar de Gallipoli, onde mais de oito mil australianos morreram em apenas oito meses. Os corpos dos mortos não eram repatriados e as famílias não podiam ter a despedida libertadora com a presença do cadáver. Por isso, os monumentos eram os substitutos dos túmulos e, os rituais de homenagem aos combatentes mortos, uma forma de manter sua memória viva e de chorar sua ausência. Estas homenagens se tornaram práticas coletivas, pois o número elevado de australianos mortos na Primeira Guerra Mundial, comparado com a população total do país, fazia com que todos tivessem ou um familiar ou um amigo próximo morto nos campos de batalha. Estas práticas nunca se interromperam desde então, e os *Anzacs* se tornaram uma lenda devido a sua resistência, coragem, *mateship* e sacrifício,

palavras que caracterizam os combatentes e também a todos os australianos. Essas palavras são comumente gravadas nos monumentos e os homens australianos costumam chamar-se mutuamente de *mates*.

No entanto, ainda que durante a guerra do Vietnã a narrativa dos *Anzacs* tenha perdido espaço devido às críticas sobre a participação da Austrália nesta guerra, há cem anos esta memória está viva, e as práticas sociais foram intensificadas a partir da década de 1990.

Devido às peculiaridades históricas dos dois países é possível identificar de que maneira os monumentos fazem parte do cotidiano. Essas maneiras estão diretamente ligadas à forma como os dois países constroem e mantêm as memórias individuais de seus nacionais.

A memória é formada no presente, no exato instante da lembrança, quando os processos cerebrais e mentais realizam o programa de ações formado por quatro etapas: ver o objeto/pessoa, tocá-lo e/ou ouvi-lo; evocar a memória e desencadear as emoções associadas ao objeto/pessoa. Este processo ocorre simultaneamente, de forma que ver monumentos, ouvir músicas e discursos e emocionar-se com este momento evoca a memória. Para que a memória seja forte e atue na construção e manutenção do senso de identidade e de pertencimento ao grupo é preciso lembrar sistematicamente. São as emoções que, quando desencadeadas pelo estímulo emocionalmente competente, evocam a memória fazendo a lembrança presente.

Os monumentos são estímulos emocionalmente competentes, mas isoladamente não têm o poder de evocar memórias, pois são somente uma das partes do programa de ações. Para que seus significados e funções sejam mantidos é preciso que a memória seja evocada e, para isso, é preciso que as emoções se façam presentes. Como o cérebro e a mente não têm capacidade funcional para lembrar tudo o tempo todo, são as emoções que, quando produzidas pelo estímulo emocionalmente competente, evocam as lembranças. Lembrar e esquecer são os dois lados da memória e, para que o lembrar não seja consumido pelo esquecer, é preciso produzir emoções sistematicamente.

Os australianos reproduzem as emoções sistematicamente pela forma como interagem com os monumentos: os rituais de homenagem aos mortos e aos combatentes de guerra são realizados anualmente no feriado do *Anzac Day*. Além disto, durante o ano, outros elementos são trabalhados para manter a memória, tais como atividades escolares, propagandas, filmes e seriados de TV, biscoitos com a marca *Anzac* e outros elementos descritos no item 6.4.

Contemporaneamente, o monumento a Júlio de Castilhos não está associado a nenhum programa de ações, pois não são realizados rituais de comemoração a sua vida e obra, e não há uma data específica para homenageá-lo. Por isto, não há emoção capaz de evocar memórias sobre ele. Quando há alguma memória vinculada ao monumento trata-se de uma memória artificial. Nossa identidade, principalmente o sentimento de ser gaúcho, não está vinculada à memória de Júlio de Castilhos ou aos seus feitos. Sua postura como político foi reconhecida na oportunidade em que o monumento foi construído, e pelos rituais que aconteciam diante do monumento e no Mausoléu localizado no Cemitério da Santa Casa. Tanto o monumento quanto o mausoléu eram o suporte material para as práticas que foram realizadas sistematicamente durante a República Velha.

Os frequentadores atuais da Praça da Matriz têm uma memória lacunar sobre o monumento, de forma que vivem um tempo lacunar, onde há dissociação entre a materialidade e as informações [valores] do monumento. A inexistência de práticas cotidianas ou regulares que tenham o monumento como marco interrompeu a memória viva, dando lugar à dissociação e a novas formas de interação.

Na Austrália não há dissociação, uma vez que as práticas cotidianas não permitem o esquecimento e a deterioração da materialidade. A memória dos australianos é viva e o tempo é percebido como tempo vivido, uma vez que os australianos se sentem hoje como os *Anzacs*. Neste aspecto, as estratégias do governo e dos RSL são desenvolvidas para que esta memória do povo permaneça viva e se torne viva também para os imigrantes. Os estrangeiros, quando optam pela cidadania australiana, precisam responder uma série de

perguntas sobre a cultura; dentre estas perguntas encontra-se “quais são as razões para a comemoração do *Anzac Day*”. Ainda que estas táticas tenham sido observadas na pesquisa empírica, e exista resistência de alguns dos interlocutores que discordam da política oficial, todos tinham memória sobre quem foram os *Anzacs* e o quanto suas características foram incorporadas ao sentimento de ser australiano. Por isto, os monumentos de guerra mantêm suas funções e significados originais. Sua preservação os afasta da dissociação, pois medidas de conservação preventiva são adotadas para manter a materialidade e as informações [valores e memória] presentes no cotidiano dos australianos.

A pesquisa na Austrália revelou a forma como os australianos vivem a constelação identitária que os fazem como nação. Os *Anzacs* são o passado comum a todos, e as práticas culturais cotidianas atuam como elemento principal para a construção e manutenção do sentimento de nação. Neste sentido, os monumentos de guerra são testemunhos do presente, mantêm seu sentido original desde sua construção, e os rituais e homenagens aos mortos fazem parte do cotidiano. Com isto, os agentes de dissociação são controlados pela conservação preventiva na materialidade e na memória, que se mantém viva há um século. No entanto, isoladamente os monumentos de guerra não tem o poder de atuar no processo que faz os australianos sentirem-se como “australianos”. Como sociotransmissores, os monumentos de guerra necessitam dos rituais comemorativos que se realizam nos feriados do *Anzac Day* e no *Remembrance Day*, nos dias 11 de novembro. No entanto, os monumentos de guerra não são os únicos sociotransmissores. Os museus e memoriais, as atividades escolares e o processo privado [histórias de família, medalhas que passam de geração a geração, diários], em conjunto com o patrimônio material [monumentos, medalhas, *poppies*], constroem e mantêm a memória e a identidade australiana.

Neste processo cultural a emoção tem papel de destaque. O processo memorial que se passa no cérebro e na mente depende de quanta emoção foi empregada na formação da memória. Quanto mais emocionalmente marcante o evento, o lugar e/ou as pessoas, maior será a capacidade de lembrar ou de esquecer. Além da emoção, a forma de viver o

tempo também contribui para que a cultura *Anzac* permaneça viva, pois não houve ruptura nestas práticas culturais durante os últimos cem anos. Este processo se dá de forma contínua desde então, o que não significa que seja um processo sem mudanças. As *poppies*, por exemplo, foram introduzidas como forma de homenagem há menos de cinco anos, e as cerimônias diárias no AWM iniciaram com a gestão do diretor atual, há apenas três anos.

Importante ressaltar que a intensidade da celebração do passado coletivo dos australianos concorre para a construção e manutenção da sua identidade. Por serem intensas, as celebrações promovidas pelas estratégias e pelas táticas fazem dos australianos mestres nas artes de fazer a cultura *Anzac*, mantendo-a viva no cotidiano e na emoção da nação há mais de 100 anos.

Eu mesma vivi a minha própria emoção no *Anzac Day* e nas outras cerimônias que assisti. No *Dawn Service* do *Anzac Day*, quando o orador solicitou aos presentes que virassem para o mar, imaginassem que ali fosse Gallipoli e que fôssemos os soldados que desembarcaram na *Anzac Cove* na manhã do dia 25 de abril de 1915. Como estrangeira não tinha memória, nem viva nem artificial, sobre absolutamente nada do tema *Anzac*. Estava no processo de transformar o exótico em familiar e, mesmo assim, me emocionei com aquele discurso: o dia amanhecendo, milhares de pessoas juntas recriando a cena de 100 anos atrás, com a voz guiando a formação das imagens na mente. Imaginar aqueles jovens soldados que se alistaram voluntariamente na esperança de defender a jovem federação e seus “mates”, cujas esperanças foram sepultadas naquele dia, foi realmente um dos momentos mais emocionantes desta pesquisa.

Além disso, a frase *Lest We Forget*, repetida por todos no *Dawn Service*, é o ápice da emoção e pude ver essa emoção nas lágrimas do interlocutor. Esta expressão pode ser vista em muitos lugares: nas edificações, nos memoriais e monumentos, na arte de rua também como protesto político pelos aborígenes. Participei de outros dois rituais depois do *Anzac Day* e, por ter aprendido o significado da expressão, ao ouvi-la naquele contexto

específico também me emocionei: naquele momento me senti como eles, como se eu fosse um deles.

No entanto, nada disso foi visto ou sentido durante minha pesquisa na Praça da Matriz. Só foi possível compreender as interações atuais com o monumento a Júlio de Castilhos devido à pesquisa na Austrália. Viver por cinco meses imersa naquela cultura, e estudar as formas como os australianos interagem com os monumentos cívicos [neste caso os monumentos de guerra], foi fundamental para a compreensão dos processos sociais com o monumento a Júlio de Castilhos.

As interações observadas, as entrevistas com os frequentadores e o convívio com o interlocutor principal mostraram que o monumento a Júlio de Castilhos perdeu sua função original. A ele pode estar associada uma memória artificial e um testemunho do passado, mas não há memória viva. Uma hipótese para a interrupção do elo entre o monumento a Júlio de Castilhos e a memória aponta para a política de cultura da República Nova. O esvaziamento do poder dos estados, a unificação do ensino e a proibição de práticas culturais regionais impediu que as homenagens continuassem sendo realizadas. Ainda assim, as interações com o monumento indicam que ele está vivo, mas não como os contemporâneos de Júlio de Castilhos almejavam. Sua existência está vinculada às artes de fazer o cotidiano pelas táticas, uma vez que a estratégia [discurso oficial] tem sido negligente com a preservação das funções e dos valores do monumento.

Atualmente, os usos e as apropriações têm outras características. Quando o monumento não está invisível aos frequentadores, as intervenções são de ordem política, artísticas [fitas e pichos são arte?] e outras [colar etiquetas e pintar as unhas do *Velho*], mostrando que o monumento é um actante não-humano e que atua na rede. A memória lacunar deu origem a outras práticas e formas de interação com o monumento. Essas outras práticas foram observadas na pesquisa em campo e se classificam em duas formas: as legais e as transgressoras, conforme descrito no Quadro 6. As formas legais observadas foram a colocação de bandeiras e faixas, fotografar, apreciar como obra de arte e fazer protesto político. As formas transgressoras se

materializaram em pichos, pinturas nas unhas e na boca do *Velho*, frases de cunho político como “Sartori depredador do patrimônio público” e “guerra civil em breve”, além da colocação de fitas coloridas nas estátuas do *Velho* e do *Gaúcho*.

Vale destacar que não considero esta última intervenção ser um ato de vandalismo: interpreto-a como uma intervenção efêmera, bela e interessante. Uma das imagens (imagem 21) que, junto com a imagem 22, me causam emoção cada vez que vistas e lembradas. E, por isto, não serão esquecidas.

A memória artificial só está presente nos casos em que há estudo específico sobre quem foi o político e sua importância para o estado do Rio Grande do Sul. Nos casos em que há total desconhecimento sobre a história do monumento, e por não existirem mais rituais comemorativos, nem memória artificial existe. A memória artificial, isolada, não tem o poder de manter os monumentos como suporte de memória, e o resultado é o esquecimento ou a ressignificação, situações em que o monumento pode ser visto como um objeto de valor estético, de arte ou ser invisível aos frequentadores do local onde se encontram.

Além disto, o monumento é chamado “Monumento a Júlio de Castilhos”, mas ali estão representados outros valores. O ano 1789, ao alto da pirâmide, remete à Inconfidência Mineira, movimento que pretendia a separação do Brasil de Portugal. O ano de 1889 remete à Proclamação da República e ainda que Júlio de Castilhos tenha sido um político de destaque nacional naquele período, o evento remete a um passado coletivo e não somente a ele como político. As frases que estão atrás das estátuas do *Velho* e do *Jovem* dizem respeito ao lema da Inconfidência Mineira e a José Bonifácio. Outro questionamento se soma ao primeiro: por que estes outros eventos não são lembrados e comemorados tendo o monumento como suporte?

Pierre Nora faz um interessante questionamento: o trabalho do *homem de escrita* está criando uma memória artificial [memória prótese] na ânsia de manter uma identidade e memória perdidas? Considero este homem

de escrita não somente o historiador, mas também aquele que produz filmes, cria museus, centros culturais, exposições, escreve livros, seriados de TV, etc.

Arrisco uma resposta à pergunta: sim, este trabalho cria uma memória artificial. No entanto, essa memória pode estar associada às memórias vivas. Este estudo demonstrou que os monumentos são suporte de memória, nas situações em que são construídos com a intencionalidade de provocar e de se manter como testemunhos do presente. Serão suporte de história, nos casos em que sua escolha se dá *a posteriori*, isto é, são escolhidos após sua construção, para serem testemunhos do passado. Ainda que a memória viva [que atesta testemunhos do presente] e a memória artificial [que atesta testemunhos do passado] tenham diferentes formas de serem adquiridas, nada impede a presença das duas no cotidiano, conforme demonstram as artes de fazer australianas. Os monumentos de guerra australianos são monumentos vivos e a memória é viva, porém as informações do passado fazem parte da construção desta memória e, por isto, uma memória artificial [dados históricos] também se faz presente nos processos e artes de fazer a cultura australianas.

As práticas sociais cotidianas que simultaneamente usam o patrimônio cultural material [monumentos e outros objetos] e imaterial [rituais] mantêm a memória viva. Por outro lado, quando essas práticas estão ausentes, os monumentos podem ser invisíveis ou ser um suporte de história, com valor histórico e/ou estético.

As maneiras como um grupo social vive seus valores, ou seja, a forma como realizam ou não realizam práticas sociais cotidianas com o patrimônio cultural, têm impacto direto na maior ou menor identificação com os valores do grupo. Nesse sentido, são as práticas sociais que, apoiadas nas dimensões material [objetos, lugares] e imaterial [rituais e comemorações] do patrimônio cultural, revelam em que medida se dá a construção e a manutenção da memória. Esse processo está vinculado às emoções e também à quantidade de vezes com que os eventos emocionalmente competentes são repetidos. Os dois, emoções e repetição, tem um papel fundamental na forma como o cérebro e a mente lembram ou esquecem eventos, lugares e/ou

peças. Por isto, a forma como um grupo vive seu patrimônio cultural, com ou sem rituais repetitivos que lembrem eventos, lugares e pessoas, mostra o maior ou menor grau de identificação com os valores do grupo e, como consequência, em que medida há um maior ou menor grau de identidade. Por isto, os australianos têm memória viva e os monumentos de guerra são suportes para a recordação de quem eles são. A realização dos rituais anuais do *Anzac Day* concede a dose e o estímulo necessário para que a emoção evoque memórias, sem olvidar das outras práticas anuais.

Assim, para que o patrimônio possa ser vivo e presente no cotidiano de um grupo é necessário que exista uma simbiose entre o patrimônio cultural e as emoções que ele desperta, permitindo a construção e a manutenção da memória e da identidade. Neste aspecto, não se pode falar em uma memória coletiva como única responsável pela manutenção dos valores coletivos.

A crítica de Andreas Huyssen sobre a memória coletiva de Halbwachs refere-se ao fato de que este autor cunhou o termo considerando formações estáveis da memória. Para Huyssen, a atual dinâmica dos *media*, e a forma como se vive as memórias, o tempo vivido e o esquecimento, são completamente diferentes do tempo em que Halbwachs escreveu sobre o tema. Elsa Peralta também faz sua crítica à memória coletiva, pois sua existência pressupõe um sistema estático de valores, não prevê a resistência a esses valores e a atuação das estratégias oficiais que manipulam essa memória.

Atualmente se formam memórias artificiais com facilidade, pois não somente a atuação dos *media* contribuem para isto, mas também o turismo cultural. A infinidade de museus, memoriais e locais que passaram pelo processo de patrimonialização e estão incluídos como locais de história contribuem para o turismo cultural e, também, para a formação de novas memórias, ainda que artificiais.

Outro aspecto sobre a memória coletiva pode ser destacado. A memória é uma formação também individual, e sua existência pressupõe um suporte onde as lembranças se formam. Esse suporte só é possível pela

existência do cérebro e da mente, conforme comprovam os estudos dos neurocientistas Antônio Damásio e Ivan Izquierdo.

A memória coletiva não tem suporte que lhe conceda lugar para ser criada e mantida exclusivamente por fatores sociais, e por isso sua existência suscita questionamentos. Dessa forma, a coesão de um grupo sob os mesmos valores não se encontra apenas na memória coletiva, mas sim nas práticas sociais realizadas coletivamente, momentos em que as emoções são despertadas. Os valores coletivos não são mantidos somente pela existência de uma memória coletiva, mas sim por formações da memória individual que se inter-relacionam com outras memórias individuais, através dos valores compartilhados nas práticas sociais. Dito de outro modo: o social e o individual articulam-se na construção da memória e da identidade.

Ao concluir esta tese novos questionamentos surgiram. Um deles aponta para o afastamento de uma memória coletiva e a existência de uma memória que denominei de “memória rizoma”. Rizomas são tipos de raízes que crescem de uma forma peculiar, pois se ramificam irregularmente. Ainda assim, ele é um, pois suas ramificações são o próprio rizoma. As memórias individuais são como as ramificações do rizoma, pois mantêm as mesmas características da raiz [valores do grupo ao qual se identifica], mas têm liberdade para crescer de forma irregular [ressignificar valores, realizar diferentes práticas].

O monumento a Júlio de Castilhos será reinaugurado em janeiro de 2018. Ele está, como não poderia deixar de ser, muito diferente do monumento que foi objeto desta pesquisa. A restauração concedeu-lhe uma nova aparência estética, pois além da retirada dos pichos e das marcas, a cor das estátuas que o compõem está diferente.

Outros questionamentos são: o poder público continuará investindo na preservação do monumento? Ele voltará a exercer suas funções originais? Sua materialidade voltará a ser um suporte de memória para os gaúchos e porto-alegrenses? Novas práticas, diferentes das observadas na atualidade, serão realizadas com intuito de fazer presente no cotidiano aqueles valores almejados pelos idealizadores do monumento? É necessário retomar aqueles

valores do início do século ou é possível ressignificar o monumento para que se torne um veículo de memória e identidade contemporâneas?

Desejo que essas perguntas possam ser respondidas oportunamente em um outro momento de pesquisa. O tema é apaixonante e me fez compreender porque Nora considera o patrimônio cultural, a memória e a identidade como uma “constelação passional”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Santos de. Entre Civismo e Democracia. In: KNAUSS, Paulo (coord). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte, 2003, p. 83-127.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões de patrimônio. In: **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 52-67, jul/dez 2005.

_____. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 263-285.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre**: história, contexto e significado. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

ARAÚJO, Fernando Cesar de. O silêncio do informante e a ausência do amigo: os sonhos e a morte como encruzilhadas da pesquisa etnográfica. In: **Teoria & Pesquisa – Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 65-89, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia de supermodernidade. São Paulo: Papyrus, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraia. Diário de Campo (sempre) um experimento etnográfico-literário? 27 de janeiro de 2006. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Porto Alegre, 2006, p.6-30. Disponível em Scribd: <<https://pt.scribd.com/doc/151935652/Entre-Saias-Justas-e-Jogos-de-Cintura>.> Acesso em 05.11.2017.

BRITO, Luciana Oliveira de. **O permanente e o efêmero**: o conceito de patrimônio nas perspectivas do ocidente e do oriente. Trabalho de Conclusão. Curso de Museologia. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40080/000827136.pdf? ...1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40080/000827136.pdf?...1)> Acesso em 05/06/2016.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Entrevista para o Museu das Coisas Banais. **Expressa Extensão**. Pelotas, v. 20, n.1, p. 13-16, 2015. Disponível em Periódicos UFPEL: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/5077/5391>> Acesso em 23/09/2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>> Acesso em 31/05/2016.

COHEN, Albert K. **Transgressão e controle**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1993.

CORADINI, Lisabete. **Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. 1992. Disponível em repositório UFSC: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76892>> Acesso em 03/09/2017.

CORDOVIL, Daniela. Casos e acasos: como acidentes e fatos fortuitos influenciam o trabalho de campo. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraia (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Porto Alegre: 2006, p.189-205. Disponível em Scribd: <<https://pt.scribd.com/doc/151935652/Entre-Saias-Justas-e-Jogos-de-Cintura>> Acesso em 05.11.2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de

Barcelona. Barcelona, v. IX, n. 15, febrero 2005. Disponível em Scripta Nova: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>.> Acesso em 14.09.2017.

DAMÁSIO, Antônio. **O erro de Descartes**. Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Entrevista com Antônio Damásio. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/editora-globo/revista-galileu/v/antonio-damasio-a-diferenca-entre-emocao-e-sentimento/2736952/>.> Acesso em 20/09/2017.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIAS, Jamille Pinheiro; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 499-519, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87772/90699>.> Acesso em 07/10/2017.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Porto Alegre 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. A Cidade: sede de sentidos. In: **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 343-361.

_____. O antropólogo na figura do narrador. In: **Habitus, Revista do Instituto de Pré-História e Antropologia**. Universidade Católica de Goiânia. Goiânia, GO: Editora da UCG, v.1, n.2, p.395-420, jul./dez. 2005.

_____. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. **Etnografia de rua**: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

_____. As variações "paisageiras" na cidade e os jogos da memória. In: **Iluminuras**. Porto Alegre, v.9, n. 20, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9294>.> Acesso em 25/05/2016.

FABRE, Daniel. Les Monuments sont Habités. In: **Les Monuments sont habités**. Paris: Éditions Maison des Sciences de l'Homme, 2010. p. 17-58.

Disponível em: <<http://books.openedition.org/editionsms/3477>.> Acesso em 18.10.2016.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**. São Paulo, v.13, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de Paula Siqueira. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>>. Acesso em 10/11/2017.

FERRER, Débora Franco. Os silêncios do conflito da Praça da Matriz. In: **Lumina**. Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.6, n.1/2, p. 93-112, jan./dez. 2003. Disponível em UFJF: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R10-06-Lerrer.pdf>> Acesso em 11.11.2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1967.

_____. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 2006

_____. & ROZANO, Mario (orgs). **Porto Alegre ano a ano: cronologia histórica 1733-1950**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2012.

FIORE, Renato Holmer. O caráter histórico da Praça da Matriz em Porto Alegre: significados do lugar, permanência e mudança. **Revista ARQTEXTO** Departamento de Arquitetura PROPAPAR-UFRGS, n. 9, 2006. Disponível em LUME UFRGS: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22247>.> Acesso em 28.07.2016.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**. São Paulo, v.1, n.1, p. 115-126. 1º sem. 2009.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.> Acesso em 30.01.2016.

FRASER, Nancy. Rethinking recognition. *New Left Review* 3, May-June 2000. p. 107-120. Disponível em *New Left Review*: <<http://newleftreview.org/II/3/nancy-fraser-rethinking-recognition>.> Acesso em 03.02.2016.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOOT-WHYTE, Willian. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FUMAROLI, Marc. **Jalons pour une histoire littéraire du patrimoine**. p. 101-116. In: NORA, Pierre (org.) *Science et Conscience du Patrimoine*. Editions du Patrimoine. Paris: Fayard, 1997.

GARLAND, David. **A cultura do controle**. Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O Antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: **Coleção Museu, Memória e Cidadania**. Ministério da Cultura. 2007.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf> Acesso em 12/05/2016.

GUILLAUME, Marc. **A política do patrimônio**. Porto: Campo das Letras, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória do nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014 (e-book).

INGLIS, K.S. **Sacred places**. War memorials in the Australian landscape. Melbourne University Press, 2008.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. [recurso eletrônico] 2ª. edição revisada e ampliada. Porto Alegre: ARTMED, 2014 (E-pub).

_____. Memória e emoção nos circuitos cerebrais. Entrevista. In: **Revista Sessões do Imaginário**. Porto Alegre, v.18, n. 30, p. 147-149, 2013. Disponível em Revistas Eletrônicas da PUCRS: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/16920/11082>> Acesso em 29.10.2017.

KEARL, Michael C.; RINALDI, Anael. The political uses of dead as symbols in contemporary civil religions. **Social Forces**, v. 61, n. 3, p. 693-701, 1983. Disponível em Academic Oup: <<https://academic.oup.com/sf/article-abstract/61/3/693/2231421/The-Political-Uses-of-the-Dead-as-Symbols-in?redirectedFrom=fulltext>> Acesso em 12/07/2017.

KIPLING, Rudyard. **Recessional**. 1897. Disponível em *Poetry Foundation*: <<https://www.poetryfoundation.org/poems/4678recessional>> Acesso em 23/12/2017.

KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/artigoslivres/artg3-6.pdf>> Acesso em 14/10/2017.

_____. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 20, ago. 2000. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10810>>. Acesso em 14/10/2017.

_____. Introdução. In: KNAUSS, Paulo (coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte, 2003, p. 9-22.

_____. Cidade Panteão. In: KNAUSS, Paulo (coord.). **Sorriso da cidade**. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte, 2003, p. 175-193.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edudba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEAL, Elisabete. **Representando a história em praça pública**: os monumentos a Benjamin Constant e a Júlio de Castilhos. In: Anais da ANPUH – Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.204.pdf>> Acesso em 20/01/2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 74-88, 2010. Disponível em Scielo: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>> Acesso em 10.11.2017.

_____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n. 49, p. 115-134, 2002. Disponível em Scielo: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200008&script>> Acesso em 10.11.2017.

LEMOIS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Ano 19, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015. Disponível em

Revista UFPE: < <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/572>.> Acesso em 23.09.2016.

LIRA NETO, João de [Lira] Cavalcante. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1939-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LIXINSKI, Lucas. International cultural heritage regimes, international Law, and the politics of expertise. In: **International Journal of Cultural Property**. 2013, p. 407– 429.

_____. Direito Internacional da arte e do patrimônio cultural: estratégias de exclusão e inclusão. In: MAMADE, Gladston *et al.* (orgs.). **Direito da Arte**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 209-232.

MACHADO, Andrea Soler. A Praça da Matriz. In: **Revista Arquitexto** Departamento de Arquitetura / PROPARG-UFRRS, 1º semestre de 2000, p.45-56. Disponível em: <http://www.ufrrs.br/proparg/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_Andrea.pdf.> Acesso em 19/05/2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na cidade. In: **Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 1-30.

MUNHOZ CONDE, Francisco. **Direito Penal e controle social**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto/MG, 2009/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf.> Acesso em 22.11.2015.

MIRANDA, Jorge Morales. O processo de comunicação na interpretação. In: MURTA, Stela; ALBANO, Celina (orgs). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG Território Brasília, 2002, p. 95-105.

MUSIL, Robert. **The posthumous papers of a living author**. New York: Arquipélago Books, 2006.

NORA, Pierre (org). **Science et conscience du patrimoine**: actes des entretiens du patrimoine. Paris: Fayard, 1997.

_____. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEN, Ruben George. Nação e tradição na virada do milênio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 77-87, dez. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647991>>. Acesso em 10/10/2017.

PADIGLIONE, Vincenzo. Efeito Marco – As mediações do patrimônio e a competência antropológica. Florianópolis: **Ilha. Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1 e 2, p. 57-81, Jan-dez. 2012.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In: Antropologia: **Revista Contemporânea de Antropolítica**. Niterói: EdUFF, v. 25, n. 1, p.99-112, 2º sem. 2008. Disponível em Universidade Federal Fluminense: <http://www.uff.br/antropolitica/revistas/antropolicas/revista_antropolitica_25.pdf>. Acesso em 08.11.2017.

PERALTA, Elsa. O Monumento aos combatentes: a performance do fim do Império no espaço sagrado da nação. In: **Antropologia e Performance. Agir, atuar, exibir**. Castro Verde-Alentejo: 100LUZ, 2014.

_____. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: resenha crítica. In: **Arquivos da Memória**, n. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em Universidade Nova de Lisboa: <[http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02ElsaPeralta\[1\].pdf](http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02ElsaPeralta[1].pdf)>. Acesso em 23.07.2017.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Pichando da cidade: apropriações “impróprias” do espaço urbano. In: MAGNANI, José Guilherme Cantos; SOUZA, Bruna Mantese de. **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontros e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007. p. 225-246.

PEREIRA, Cláudio; DIFENBACH, Samanta; CALOVI, Ricardo. **Acrópole e ágora: as novas praças de Porto Alegre na República Velha**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2008, p. 1-21. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70457/000655385.pdf?sequence=1&locale=en>>. Acesso em 22/06/2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334/9893>>. Acesso em 22.09.2016.

_____. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995. Disponível em: <<http://sandrapesavento.org/livros.php?id=c90c925dd3f1f79086c037d002eb77a>>. Acesso em 04.11.2017.

_____. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan-jn, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em Biblioteca Digital: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em 09.11.2017.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História e Patrimônio**. n. 34, p. 27-44, 2012. Disponível em IPHAN: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em 21.09.2017.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. **A Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana**. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 105-124, set. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1548>>. Acesso em 10/11/2017.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 31, p. 19-26, dez. 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041>>. Acesso em 08/11/2017.

SANTOS, Milton Almeida dos. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade, 2017.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: FFLCH-USP, n. 54, p. 81-100, Junho 1977. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>. Acesso em 03.11.2017.

_____. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SEGATA, Jean. Bruno Latour – Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 14, n. 1,2, p. 238-243, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2012v14n1-2p238>>. Acesso em 14/10/2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm>> Acesso em 29.10.2017.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVEIRA, Luciana Braga; BUENDÍA, Mercedes Pardo. Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam). Notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 17, n. 36, p.145-169, jul/dez 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Sobre la individualidad y las formas sociales**. Quilmes: Universidade Nacional de Quilmes, 2002.

_____. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jesse; OELZE, Berthold (orgs.). **Simmel e a modernidade**. 2a. ed. Brasília: Editora da UNB, 2014.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SMITH, Robert James. A probing of the limits of Anzac. **Australian Folklore**, 18, p. 199-205, 2003.

SUMARTOJO, Shanti. **Commemorative atmospheres: memorial sites, collective events and the experience of national identity**. Trans Inst Br Geogr, 41: 541–553, 2016. Disponível em Online Library: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/tran.12144/full>> Acesso em 06.06.2017.

THOMSON, Alistar. **Anzac memories**. Living with the legend. Monash University Publishing, 2013.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: autocontrole, autoexorcismo e liminaridade na Antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraia (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Porto Alegre: 2006, p. 31-53. Disponível em Scribd: <<https://pt.scribd.com/doc/151935652/Entre-Saias-Justas-e-Jogos-de-Cintura>> Acesso em 05.11.2017.

VELHO, Gilberto. O Antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: **O desafio da cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método em ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123-132.

VILLARES, Décio. In: **O monumento a Júlio de Castilhos**. Inaugurado a 25 de Janeiro de 1913. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. s/d.

VILLARES, Décio. In: **O monumento a Júlio de Castilhos**. Inaugurado em 25 de Janeiro de 1913. Edição do Governo do Estado (Commemorativa do Centenário da Independência) 7 de Setembro de 1922. Estado do Rio Grande do Sul. 1922.

JORNAIS:

Correio do Povo – 25 de outubro de 2017.

Correio do Povo on line – 12 de maio de 2017.

A Federação (In: Biblioteca Nacional Digital) – janeiro de 1913.

Zero Hora (In: Click RBS) – junho de 2015.

O Pampeiro – novembro de 1903.

DOCUMENTOS:

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul:

- livros de setembro de 1901 a dezembro de 1903;
- livro de 1904-1906;
- livro de 1905-1909;
- livro de 1910-1913.

Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul:

- anos 1903-1913.

FONTES DE INTERNET:

(identificadas nos rodapés das páginas respectivas)

OUTRAS:

- Laboratório de Tratamento de Imagens e Geoprocessamento da PUCRS (LTIG)

- Diário de Campo:

a) Porto Alegre:

- meses de abril e maio de 2015;
- meses de setembro a novembro de 2016;
- meses de janeiro-março e setembro-dezembro de 2017.

b) Austrália:

- abril a agosto de 2017.

APÊNDICE

EPÍLOGO: SOBRE A DOR E O PRAZER DOS NOVOS DESAFIOS

É no exato momento quando nos aventuramos em uma nova área de conhecimento, diferente da nossa de formação, que começa o nosso prazer e, quase que simultaneamente, a nossa dor. Muitos pesquisadores devem ter passado por este processo e, enquanto faço esta reflexão, lembro de Foote-Whyte (2005) e dos desafios que imagino tenha passado por ser um economista pesquisando um bairro italiano pobre, em Boston, que resultaram no *Sociedade de Esquina*.

Tenho formação em Ciências Jurídicas, especificamente do estudo das leis penais e da Criminologia. O distanciamento entre o mundo das leis, abstrato por natureza, e o mundo vivido se tornou um tema de reflexão constante nos últimos anos da minha atividade como docente. Pensando em diminuir este hiato, e desejando entender as relações das pessoas com o patrimônio cultural [por vezes ações que o danificam], iniciei o curso de Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Conhecer outras perspectivas acadêmicas que têm o patrimônio cultural como foco foi muito satisfatório. Isto me levou a ingressar no Doutorado em Ciências Sociais, pois visava a aproximação entre a teoria e a pesquisa dos processos sociais *in loco*, possibilitada pelos procedimentos metodológicos da Antropologia. O Monumento a Júlio de Castilhos, uma vez que localizado na Praça da Matriz, levou-me a frequentá-la. Até então a praça era um local estranho, pois lembrava que nos anos 1980 o local tinha a fama de ser muito perigoso. As primeiras visitas foram tensas e senti muito medo de estar lá. No entanto, o local inicialmente exótico se tornou familiar, no sentido antropológico destes termos. Terminada esta pesquisa posso afirmar que conheço a história da praça e do monumento, assim como o cotidiano do local. Nossa aproximação e

cooperação mútuas a fez familiar e, por isto, posso afirmar que hoje a Praça da Matriz é um lugar de afeto.

E o prazer e a dor sobre os quais escrevi no início deste epílogo, onde se encaixam nesta narrativa? O prazer esteve na descoberta deste mundo novo, o que é sempre bem-vindo para uma mente curiosa como a minha. A dor esteve neste mesmo mundo, cujos autores, métodos de pesquisa e formas de narrativa são completamente diferentes das Ciências Jurídicas, fazendo com que minhas escolhas fossem questionadas inúmeras vezes. Posso garantir que este desafio rendeu muito suor e muitas lágrimas, sempre me fazendo lembrar que as lágrimas não substituem o suor e que, por isto, era preciso sentar e trabalhar, trabalhar e trabalhar.

Desejo que esta narrativa tenha sido uma leitura agradável e interessante, tanto quanto foi interessante a minha descoberta deste mundo novo, difícil, desafiador, mas muito apaixonante. Isto porque, ao final, tudo realmente valeu a pena.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br